

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

MARIA CLARA SOARES RODRIGUES

**LESBOFOBIA NO JORNALISMO DIGITAL: constelações de sentido em uma
publicação sobre violência contra lésbicas no Instagram**

Monografia

Mariana

2024

MARIA CLARA SOARES RODRIGUES

**LESBOFOBIA NO JORNALISMO DIGITAL: constelações de sentido em uma
publicação sobre violência contra lésbicas no Instagram**

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Karina Gomes Barbosa

Mariana
2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R696l Rodrigues, Maria Clara Soares.
Lesbofobia no jornalismo digital [manuscrito]: constelações de sentido em uma publicação sobre violência contra lésbicas no Instagram. / Maria Clara Soares Rodrigues. - 2024.
112 f.: il.: color., gráf..

Orientadora: Profa. Dra. Karina Gomes Barbosa Barbosa.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Homofobia. 2. Jornalismo. 3. Lésbicas. 4. Portais da Web. I.
Barbosa, Karina Gomes Barbosa. II. Universidade Federal de Ouro Preto.
III. Título.

CDU 659.3

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Clara Soares Rodrigues

**Lesbofobia no jornalismo digital: constelações de sentido em uma
publicação sobre violência contra lésbicas no Instagram**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharela em Jornalismo.

Aprovada em 12 de dezembro de 2024.

Membros da banca

Dra. Karina Gomes Barbosa - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Dayane do Carmo Barretos - (Universidade Federal de Minas Gerais)
Dra. Mariana Barbosa Gonçalves - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Karina Gomes Barbosa, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 18/12/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Karina Gomes Barbosa da Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 18/12/2024, às 21:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0831473** e o código CRC **32699FEF**.

AGRADECIMENTOS

Quando cheguei à Universidade Federal de Ouro Preto, com 17 anos e recém-saída do armário, jamais imaginaria que, no Trabalho de Conclusão de Curso, eu escreveria sobre lesbianidades. Para isso, além de coragem, eu precisaria me entender, me encontrar enquanto pessoa no mundo e me afirmar. Hoje, compreendo que esta monografia é resultado de tudo aquilo que, um dia, eu pensei ser tão distante de mim. Agora, entendo que estudar, especialmente lesbianidades, é um desejo que me move e que pulsa dentro de mim. Todas essas descobertas, que resultaram neste trabalho, foram permeadas por várias pessoas que, ao longo desses 4 anos, cruzaram meu caminho. Portanto, considero que este é um trabalho de muitas mãos.

Agradeço aos meus pais, por serem as pessoas que mais me incentivam, torcem e amparam no mundo. Por se esforçarem tanto para me proporcionar todas as oportunidades até aqui. Pai, obrigada por me encorajar a “ir com medo mesmo” para outro estado e por confiar em mim. Por me acalmar diante de alguns dos desesperos dessa trajetória, por me ajudar com as referências deste trabalho e por ser o melhor pai do mundo. Mãe, obrigada por ser tão presente e fazer com que pareça não existir distância entre Espírito Santo e Minas Gerais. Por cuidar tanto de mim e me fazer sentir que sempre vou ter um lar seguro e afetuoso para voltar. Eu amo vocês imensamente. Essa conquista é nossa.

Estive rodeada de mulheres incríveis durante a faculdade, que contribuíram para que esse caminho fosse mais fácil, divertido e amoroso. Agradeço às minhas amigas Izabela, Ana Carolina, Alice e, em especial, à Júlia e à Wanessa pelo companheirismo e, por muitas vezes, terem sido o meu suporte ao longo desses 4 anos. Obrigada por dividirem comigo tantos abraços, risadas, lamentações, conquistas e pela companhia desde os primeiros dias do curso. Por me proporcionarem viver esse amor tão lindo que é a amizade e por me carregarem sempre na mochila. Vocês são a minha família também. Às minhas queridas Laene, Yasmim e Clara Lua por tanto cuidado, carinho e aconchego, e também pelos piqueniques, cafezinhos, bolos e pães de queijo temperados (com bastante sal). À Luísa, Beatriz e Mariana, por me acolherem na panelinha com tanto amor. Pelas noites de conversas, comidas e momentos deliciosos. Levo todas vocês sempre em um (grande) espaço do meu coração.

Agradeço às minhas colegas que de casa por tornarem esse um espaço tranquilo e afetuoso, em que eu me sinto confortável e, verdadeiramente, em casa. Iara, você sempre será minha mini grande diva. Laura, obrigada por tantas conversas madrugadas afora, abraços

apertados, risadas escandalosas e muito amor. Essa casa sempre vai ser meu lar porque tinha você nela.

À Aline Monteiro, minha supervisora de estágio e uma das pessoas mais grandiosas que conheço. Obrigada por me acolher, por acreditar em mim e pelos áudios de 10 minutos. Como você diz: “tamo junta, sempre”. À Karina Gomes Barbosa, minha orientadora incrível, que segurou minha mão no 2º período do curso e nunca mais soltou. Obrigada por despertar em mim o desejo de estudar gênero, por me acompanhar e incentivar ao longo desses anos. Todas as alunas deveriam ter uma Karina na vida. Ao Ariadnes, projeto no qual me sinto tão pertencente, acolhida e instigada a aprender cada vez mais. Ao GEL, grupo de estudos que todas as sextas me ensina e faz meus olhos brilharem ao ver outras mulheres, outras sapatonas compartilhando experiências e pesquisas. À Dayane e à Joana, por me acolherem tão bem no GEL e por serem minhas principais referências nos estudos das lesbianidades.

Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto, pelo ensino público, inclusivo e de qualidade. Por me proporcionar tantos aprendizados, encontros e experiências enriquecedoras, que possibilitaram que eu me tornasse uma pessoa mais madura em relação àquela que, no início do curso de Jornalismo, entrou pelos portões do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

*À Raíssa, à Beatriz e a todas as lésbicas vítimas
de lesbofobia*

RESUMO

Este trabalho analisa as constelações de sentido que emergem dos comentários negativos de uma publicação do *G1* no Instagram sobre um caso de lesbofobia que Raíssa Furlan e Beatriz Péulopi, um casal de mulheres, sofreu em 2021 na cidade de Catanduva. As principais discussões teóricas giram em torno de como a lesbofobia está atrelada às diversas formas de apropriação sexual/emocional e/ou física das mulheres, ao mesmo tempo em que está articulada com a heterossexualidade compulsória, heteronormatividade e inteligibilidade sexo-gênero-desejo. As mudanças do jornalismo com a inserção no meio digital e com as redes sociais como lugares para expressar ódio e preconceitos sem punições também foram pontos bastante discutidos. A perspectiva metodológica adotada foi a de mapear a quantidade de comentários positivos e negativos, e agrupar os negativos em constelações de sentidos que nos permitissem discorrer a respeito deles de forma individual e, ao mesmo tempo, coletiva. Desse modo, identificamos cinco constelações de sentido presentes no material: Imoralidade/Culpabilização das vítimas; Lesbofóbicos; Apoiadores do violentador; Religiosos; e Descrédibilização jornalística/ Descaso com a luta lésbica. Uma das conclusões a que chegamos é que grande parte desses comentários são carregados de violências e preconceitos, que fazem atribuições pejorativas à homossexualidade baseadas em visões de mundo conservadoras, religiosas e ultrapassadas. Além disso, apesar de não ser o objeto de análise, percebemos que um grande percentual dos comentários era positivo, em apoio às lésbicas e, portanto, os separamos em um grande agrupamento nomeado “Apoiadores das vítimas”, o que evidencia como as redes digitais também podem ser um espaço para manifestações sociais.

Palavras-chave: lesbofobia; lesbianidades; jornalismo; G1; constelações de sentido

ABSTRACT

This work analyzes the constellations of meaning that emerge from the negative comments of a G1 publication on Instagram about a case of lesbophobia that Raïssa Furlan and Beatriz Péulopi, a couple of women, suffered in 2021 in the city of Catanduva. The main theoretical discussions revolve around how lesbophobia is linked to different forms of sexual/emotional and/or physical appropriation of women, at the same time as it is articulated with compulsory heterosexuality, heteronormativity and sex-gender-desire intelligibility. Changes in journalism with its inclusion in the digital environment and with social networks as places to express hatred and prejudice without punishment were also widely discussed points. The methodological perspective adopted was to map the number of positive and negative comments, and group the negative ones into constellations of meanings that allowed us to discuss them individually and, at the same time, collectively. In this way, we identified five constellations of meaning present in the material: Immorality/Victim blaming; Lesbophobic; Supporters of the rapist; Religious; and Journalistic discredit/Disregard for the lesbian struggle. One of the conclusions we reached is that most of these comments are full of violence and prejudice, which make pejorative attributions of homosexuality based on conservative and religious points of views. Furthermore, despite not being the object of analysis, we noticed that a large percentage of the comments were positive, in support of lesbians. Then, we separated them into a large group called “Victim Supporters”, which highlights how digital networks can also be a space for different social demonstrations.

Keywords: lesbophobia; lesbianities; journalism; G1; constellations of meaning

Lista de Figuras

Figura 1: Captura de tela de uma tabela do blog <i>Silvio Koerich</i>.....	55
Figura 2: Captura de tela de um dos textos do blog <i>Machismo Esclarecido</i>.....	56
Figura 3: Posts feitos por Raíssa no Instagram.....	64
Figura 4: Publicação do Portal <i>GI</i> no Instagram sobre o caso de lesbofobia.....	65

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Divisão dos comentários por gênero.....	67
Gráfico 2: Divisão dos comentários em positivos e negativos.....	68
Gráfico 3: Constelações de sentido presentes na publicação.....	71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
2. Conceitos introdutórios do patriarcado.....	14
2.1 - O casamento como instituição de controle.....	19
2.2 - Sexualidades e desejos sob controle.....	23
3. Gênero, heteronormatividade e homofobia.....	28
3.1 Lésbicas, lesbianidades e lesbofobia.....	37
4. Jornalismo, trolls e machosfera.....	43
5. O Instagram e suas políticas.....	60
6. Procedimentos Metodológicos.....	62
6.1 - Análise das constelações de sentido nas redes digitais.....	66
6.2 As consequências da lesbofobia.....	96
6.3 - A necessidade de um olhar interseccional.....	97
Considerações finais.....	99
REFERÊNCIAS.....	103

INTRODUÇÃO

“Onde é esse bar pra eu dar os parabéns. Ninguém é obrigado a participar dessa aberração 🙌🙌🙌”. Esse foi um dos comentários lesbofóbicos, dentre centenas, que coletei na análise da presente pesquisa. A afirmação foi retirada de uma publicação realizada pelo portal *GI* no Instagram em dezembro de 2021, a qual noticiou um caso de lesbofobia que um casal sofreu em um bar, onde confraternizavam depois de um show. A comemoração acabou quando o proprietário do bar – não identificado na matéria – cancelou o pedido de Raíssa Furlan (28) e Beatriz Péulopi (29) após vê-las dando um selinho. Segundo as vítimas, o violentador fez um símbolo de “aqui, não”, referindo-se que no estabelecimento não seria permitido que elas trocassem afetos. O autor do comentário em questão, como tantos outros, deu seu apoio ao criminoso, visto que, para ele, duas mulheres trocando afetos não passam de monstruosidades, “aberrações” e que, portanto, devem ser repreendidas e afastadas de lugares públicos.

Tal atribuição me traz inúmeras inquietações: por que o amor entre mulheres é visto como negativo? Por que demonstrar afeto – onde quer que seja – é visto como errado? Por que o gênero com o qual nos relacionamos importa tanto? Não só para uma sociedade que é lesbofóbica, mas também conservadora, de direita e preconceituosa em diversos aspectos, que atua contra vários grupos. Não à toa, mulheres, especialmente as negras, periféricas e integrantes da comunidade LGBTQIAPN+, têm sido cada vez mais vítimas de violências, e violências no plural, porque são atingidas e atravessadas de diversas maneiras pelos sistemas patriarcal, machista, misógino, racista e homofóbico, que as reprime, inferioriza, machuca e/ou mata.

Segundo o *Anuário de Segurança Pública de 2024*, foram 1.467 as mulheres vítimas de feminicídios em 2023, o maior número registrado desde que a lei foi criada. No que diz respeito ao grupo LGBTQIAPN+, entre 2022 e 2023, ainda segundo o documento, foram 214 registros de assassinatos cometidos contra integrantes dessa comunidade, o que representa um aumento de 42% em relação ao ano anterior. Apesar de alarmantes os dados, quando se leva em conta a subnotificação dos casos de violências contra grupos marginalizados, sabemos que os números reais podem ser bem maiores. O anuário, embora traga informações sobre violências contra mulheres e indivíduos LGBTQIAPN+, com recortes de raça e

regionalidade, não traz nada em específico sobre as lésbicas. A palavra “lésbica” sequer é citada ao longo do documento, o que configura-se como uma falha, um apagamento (Rich, 2019) dessas existências, que ocasiona na invisibilidade das violências que são direcionadas às lesbianidades (Barretos, Ziller, Xavier, 2024) e na falta de reconhecimento da questão como um problema social que precisa de políticas públicas para ser solucionado.

Neste sentido, são muitos os apagamentos a que as lésbicas estão vulneráveis. Em um levantamento feito no Portal Periódicos, Ziller, Hoki e Barretos (2021) encontraram apenas 39 artigos como resultado da busca pelo termo “lesbianidade”, em contraponto, quando a busca é por "gay", tem-se 1.647 produções. Tal resultado explicita que, entre os corpos dissidentes da heteronormatividade, há diferenças de privilégios e visibilidades.

Diante deste cenário, evidencia-se o caráter de urgência de pesquisas que tratem sobre lesbianidades. Afinal, apenas com acesso a dados, informações e estatísticas que expressem o contexto de vulnerabilidade a que estamos sujeitas, é que poderemos nos organizar para lutar contra tudo aquilo que nos violenta, limita, exclui e marginaliza. A partir dessa necessidade, visando trazer um conhecimento relevante sobre as violências que as lésbicas vivem, é que essa pesquisa se configura, partindo da pergunta norteadora “Como o discurso de ódio se manifesta em comentários de casos sobre lesbofobia?”. Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho é investigar as motivações do ódio às lésbicas e como isso se articula à heteronormatividade, à misoginia e ao patriarcado, mediatizados por meio de comentários na internet. Aqui, apesar de reconhecer que há um continuum online e offline (Valente, 2023), trabalharemos com a perspectiva de que o meio cibernético não só reverbera a realidade offline, ele próprio produz, articula e retroalimenta discursos de ódio, preconceitos e violências. Portanto, como objetivos específicos, temos: analisar como os haters encontram nos comentários mais um espaço para perpetuar violências; identificar e dividir as “constelações de sentidos” (Machado, Gonzatti, 2020) que emergem dos comentários; compreender como os discursos ali enredados caracterizam-se como uma percepção social a respeito das lesbianidades.

A escolha dos comentários online como objeto de análise deste estudo se deve pela crescente caracterização das redes sociais como espaços de participação e interação dos atores sociais com os conteúdos e entre eles mesmos, ou seja, pela atribuição dos espaços de sociabilidade virtuais como lugares de trocas de expectativas, experiências e opiniões (John, Costa, Caminada, 2018). Além disso, entendemos que as violências expressadas nos comentários ao mesmo tempo em que são mediadas por textualidades sociais, políticas e históricas, também são mediadoras de outros processos sociais (Abril, 2012), o que nos

auxilia a responder à pergunta de pesquisa e chegar ao objetivo geral de compreender como o ódio às lésbicas está articulado à heteronormatividade, à misoginia e ao patriarcado.

A escolha dessa publicação em específico foi feita pensando em três fatores primordiais para a realização desta pesquisa: a temporalidade relativamente recente, que nos permite ter uma noção da percepção social das lesbianidades nos últimos anos; um número significativo de comentários, que nos possibilita ter uma estabilidade na análise; a foto de capa evidenciar que o assunto a ser tratado (no post e na matéria do site) é referente às lesbianidades.

Os passos metodológicos para desenvolver a análise dos comentários, a princípio, configuram-se como: 1) dividi-los entre os que foram feitos por homens, mulheres ou usuários anônimos 2) separá-los em positivos (apoiadores das lutas lésbicas e do casal) ou negativos, sendo essa última categoria submetida às próximas análises. Devido à necessidade de problematização dos sentidos ali enredados, nos dedicaremos, mais a fundo, aos comentários negativos, porque é a partir deles que conseguiremos ter um panorama da lesbofobia expressada neste espaço cibernético. A próxima etapa diz respeito a subdividi-los em “constelações de sentidos”, realizadas a partir de agrupamentos de discursos semelhantes, para além de conseguirmos analisá-los de forma específica, também termos uma visão integral do significado daquele grupo por inteiro. Para permitir que o objeto tivesse autonomia em nos mostrar os sentidos ali construídos, separamos as constelações depois que uma aproximação com os comentários já havia sido feita, para que trabalhássemos, de modo assertivo, a partir dos discursos que emergiram.

Para chegar a esta análise, trazemos discussões sobre conceitos-base e, para isso, acionamos potências, como Monique Wittig, Adrienne Rich, bell hooks, Judith Butler, Heleieth Saffioti, Guacira Lopes Louro e tantas outras, imprescindíveis para os diálogos sobre patriarcado, misoginia, gêneros, sexualidades, interseccionalidades, lesbianidades e diversos outros assuntos que essas autoras discorrem.

No primeiro capítulo, trazemos conceituações sobre o sistema patriarcal e destacamos a importância da adoção de uma perspectiva feminista interseccional para reconhecer privilégios, opressões e atravessamentos dentro desse sistema. Na sequência, nos debruçamos sobre algumas formas de apropriação física, emocional e sexual das mulheres e, nesses tópicos, nos baseamos, principalmente, em Gayle Rubin, Carole Pateman, Donna Haraway e Heleieth Saffioti. No próximo capítulo, discorremos sobre gênero, heteronormatividade e homofobia, nos apoiando em Judith Butler, Joan Scott, Paul Preciado, Guacira Lopes Louro,

Daniel Borillo, entre outras autoras e autores relevantes. Para tratar de lésbicas, lesbianidades e lesbofobia, evocamos, principalmente, os nomes de Adrienne Rich e Monique Wittig.

No terceiro capítulo, além de discutir as mudanças que o jornalismo sofreu – e ainda sofre – com a internet, abordamos alguns exemplos sobre como a violência online não se restringe ao espaço virtual, mas tem consequências no offline e vice-versa. Ali, exploramos especificidades do universo de haters e trolls que, ao propagarem misoginia contra tantas vítimas na internet, são encorajados por outros masculinistas a propagá-la também na realidade fora do meio cibernético: fazendo massacres, punindo, violentando e matando mulheres.

Todos esses tópicos que discutimos são essenciais para abrir a temática principal deste trabalho: a violência cibernética sofrida pelas lésbicas. Isso porque não há como distanciar a lesbofobia de outros sistemas opressores, como o patriarcal e o misógino, que incitam o ódio contra as lésbicas por, além de serem mulheres, não corresponderem às expectativas do sistema heterossexual de estarem disponíveis emocional, física e/ou sexual aos homens. Portanto, depois de perpassar esses pontos, iremos nos debruçar especificamente sobre o contexto de violência lesbofóbica na internet, pois, a partir disso, tentaremos descobrir por que comentaristas, como o que utilizamos para iniciar essa introdução, sentem-se tão à vontade para apoiar violências contra as lésbicas.

CAPÍTULO 1

2. Conceitos introdutórios do patriarcado

“O paradoxo começa na própria existência do patriarcado, resultante de um pacto entre os homens e a nutrição permanente da competição, da agressão e da opressão. A dinâmica entre controle e medo rege o patriarcado” (Saffioti, 2015, p. 146). Essa definição, retirada do livro *Gênero, Patriarcado e Violência* (2015), de Heleieth Saffioti, discorre sobre a contrariedade existente no sistema patriarcal, que precisa da união entre os homens para ser mantido, mas, ao mesmo tempo, incita a competição e a “luta por espaço” entre eles. Embora frequentemente associado às relações entre homens e mulheres, o patriarcado está profundamente vinculado às relações entre os homens (Saffioti, 2015). bell hooks (2018) acrescenta que, na cultura patriarcal, a ligação entre os homens era aceita e afirmada, enquanto a das mulheres sequer era possível: era vista como um ato de traição.

Neste regime, o homem (não a mulher) é o resultado da criação divina e semelhança de Deus. “O homem é o princípio modelador, criador, a referência da existência, a medida de todas as coisas, do Ser” (Soares, 2017, p. 58). O homem é essencial e universal, uma vez que “a classe dos homens se apropriou do universal para si. [...] o universal foi, e continuamente é em todo momento, apropriado pelos homens” (Wittig, 2022, p. 119). Enquanto isso, não existe ‘a mulher’ como uma categoria universal, mas mulheres vivendo em condições sociais variadas em termos de orientação sexual, raça, idade/geração, classe social, entre outros marcadores sociais da diferença (Almeida, 2020, p. 8).

Colette Guillaumin (2014) reitera esse argumento ao dizer que “diz-se ‘masculino’ porque os homens guardam o geral para si. Na verdade, há um geral e um feminino, um humano e uma fêmea [...] O geral basta para os homens” (Guillaumin, 2014, p. 82). A autora enfatiza também como essa posição enquanto classe dominante é confortável e cômoda, afinal, “por que eles insistiriam em ser apenas uma fração da espécie, como as mulheres? Eles preferem ser o todo, e é bastante compreensível” (Guillaumin, 2014, p. 82). Nessa mesma linha, Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, complementa:

O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem". Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o "sexo" para dizer que ela se

apresenta diante do macho como um ser sexuado: para êle, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (1). (Beauvoir, 1980, p. 10).

Em todos esses discursos sobre masculino e feminino, o que há em comum é que a mulher é sempre inferior e o homem é sempre o modelo (Rubin, 2017). A partir disso, compreender as manifestações do patriarcado nos dias atuais é entender seus movimentos na estrutura social, política e econômica de cada Estado. Para Saffioti (2015), as mulheres integram e não integram esse sistema, visto que fazem parte dele como subordinadas, não como indivíduos. Segundo a autora, no patriarcado, “as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (Saffioti, 2015, p. 112).

bell hooks, por sua vez, em *Tudo sobre o amor*, traz uma característica do patriarcado comum a todos os sistemas de dominação: a crença de que há pessoas superiores e inferiores umas às outras. Nas palavras da autora:

O patriarcado, como qualquer sistema de dominação (como o racismo, por exemplo), precisa socializar todo mundo para acreditar que em todas as relações humanas há um lado superior e um inferior, que uma pessoa é forte e a outra, fraca, e, conseqüentemente, é natural que o poderoso domine o que não tem poder. Para aqueles que apoiam o poder patriarcal, é aceitável manter o poder e o controle por qualquer meio. Naturalmente, alguém socializado para pensar dessa forma se interessaria e se estimularia mais por cenas de dominação e violência (hooks, 2021, p. 115).

O paralelo entre pessoas “fortes e fracas” feito por bell hooks, neste regime, materializa-se no sentido de que homens representam os fortes, que exercem sua “força-potência-dominação” (Saffioti, 2015, p. 80) contra as mulheres, associadas à emoção-passividade-submissão-maternidade-heterossexualidade. Neste sentido, o destinado ao feminino é ligado ao íntimo, sensível e passivo, enquanto aos homens, o externo, bruto e dominador (Braga, 2019).

Essa distinção entre os sexos – denominada sexismo – culmina numa feminilidade inferiorizada e uma masculinidade supervalorizada, na qual perpetua-se a dominação dos homens e a desigualdade para os não-homens (Braga, 2019). Além disso, o sexismo pode ser conceituado, como um “conjunto complexo de métodos empregados, no seio das sociedades patriarcais, para manter a situação de inferioridade, subordinação e exploração de um gênero” (Braga; Ribeiro; Caetano, 2022, p. 6). Para Bailey Poland, o sexismo consiste em um sistema

baseado em favorecimentos e exclusões: “é uma combinação de preconceitos contra pessoas baseado em seu gênero, junto com o privilégio e poder necessários para causar danos” (Poland, 2016, p.2). Isto é, devido à posição privilegiada em que os homens estão na sociedade patriarcal, seus preconceitos e ódios direcionados ao gênero considerado feminino podem ser gravemente destrutivos. Como consequência, a sociedade é constituída a partir desses princípios e normas, “marginalizando cada vez mais as mulheres, principalmente negras e periféricas” (Barbosa, 2020, p. 52).

O sexismo – explícito e/ou velado – contamina não só a sociedade, mas também o Estado (Saffioti, 2015). Ele se faz visível e está profundamente ligado no espaço público e privado, em diversos lugares e instituições, como no seio familiar, na religião, na escola, no mercado de trabalho, na mídia e nos locais de lazer e prazer. No trabalho, por exemplo, o sexismo é notável por meio do assédio, importunação sexual, diferença de tratamento e de salário entre homens e mulheres. De acordo com um levantamento feito em 2024 pelos ministérios das Mulheres, do Trabalho e do Emprego (MTE), as mulheres, ainda hoje, ganham quase 20% a menos que os homens no Brasil. Aqui, vale lembrar que esse número pode variar de acordo com o cargo ocupado, região e com marcadores sociais como raça, classe e orientação sexual.

Tudo isso culmina na formação da instituição patriarcal, que, como organização social onde mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens, é responsável por gerar traumas, doenças, violências, mortes, sobrecarga ao mesmo passo em que gera desemprego, crimes de ódio, crises de autoestima e etc (Soares, 2017). Suane Soares (2017) questiona, ainda, a respeito de quais fundamentos o patriarcado se sustenta e, apesar de chegar à conclusão que não há nenhuma fundamentação plausível ou minimamente ética, o sistema se assegura na submissão das mulheres e reconhecimento do direito patriarcal aos homens.

Diante desse cenário, é possível perceber como a divisão biológica/comportamental/sexual se instala em formações sociais, justifica e aprova o uso da força, do poder, do controle do trabalho e da domesticação dos corpos das mulheres (Swain, 2009). Mirla Cisne (2015), em *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*, afirma que ao nos referirmos ao patriarcado, “estamos nos referindo às relações de dominação, opressão e exploração masculinas na apropriação sobre o corpo, a vida e o trabalho das mulheres” (p. 65).

Ainda, ao falar sobre patriarcado, é imprescindível se atentar às diferentes maneiras que esses sistemas de dominação se manifestam e atingem os sujeitos, uma vez que, apenas assim, conseguiremos compreender como as relações de poder materializam-se na sociedade.

Raça, etnia, geração, pertencimento religioso, classe econômica e social, nível de escolaridade, nacionalidade, orientação sexual, ter alguma deficiência ou não, são exemplos de marcadores sociais que constituem a complexidade e pluralidade do existir enquanto indivíduo. Neste sentido, Ochy Curiel (2006) discorre sobre a necessidade de considerar a interseccionalidade entre as mulheres para analisar sua subordinação. Nas palavras da antropóloga:

Lésbicas, afrodescendentes e as chamadas “mulheres populares” passaram a questionar essa universalidade, demonstrando que a subordinação das mulheres era histórica quando outras categorias como sexualidade, “raça” e classe eram consideradas na análise dessa subordinação. Não afecta todas as mulheres e o patriarcado afecta-as igualmente¹ (Curiel, 2006, p. 2, trad. minha).

Para Curiel (2006), o patriarcado atinge majoritariamente mulheres e pessoas racializadas sem privilégios de raça e classe. Por isso, como já citado anteriormente por meio de Almeida (2020), é necessário se referir às mulheres, no plural, pois todas as mulheres, em toda a sua diversidade, são os outros de uma categoria masculina que é universal. O singular, neste sistema, é o homem localizado no topo da hierarquia de privilégios: branco, cisgênero, heterossexual, rico e ocidentalizado (Soares, 2017). Segundo Soares (2017):

Os demais homens (gays, negros, indígenas, mestiços, latinos, transexuais/transgêneros e outros), em alguma medida, oscilam entre espaços de poderes propriamente masculinos e espaços de subordinação que ocupam junto com determinadas mulheres, mas o ponto em questão é compreender que há um grupo de indivíduos humanos para os quais o patriarcado busca assegurar os mais altos privilégios e organizar as relações sociais estruturais de sexo de forma a garantir a manutenção de tais privilégios (p. 59)

Tomaremos aqui, como definição de privilégio, o conceito de Bailey Poland (2016), que consiste em “vantagens sociais associadas a eixos específicos de identidade que são considerados dominantes” (apud Barbosa, 2020, p. 52). No caso do patriarcado, essa percepção de privilégio se enquadra no sentido de que ao mesmo tempo em que os homens são beneficiados e subalternizados de diferentes formas, as mulheres também o são. Sueli Carneiro (2020), ao se referir à luta do feminismo pela conquista dos direitos das mulheres, enfatiza que as negras nunca partiram do mesmo lugar que as brancas:

¹ Las lesbianas, las afrodescendientes y las llamadas “mujeres populares” comenzaron a cuestionar esta universalidad, demostrando que la subordinación de las mujeres se hacía histórica cuando otras categorías como la sexualidad, la “raza”, la clase eran consideradas a la hora de analizar esa subordinación, pues no a todas las mujeres el patriarcado les afectaba igual. (Curiel, 2006, p. 2).

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência”. (p. 2)

Angela Davis (2016) defende o mesmo argumento. Segundo a autora, diferente das brancas, as mulheres negras não eram associadas à fragilidade, docilidade, nem eram impedidas de trabalhar, muito pelo contrário: eram exploradas e obrigadas a trabalhar “de modo tão ‘masculino’ quanto seus companheiros” (p. 24). Nesse mesmo raciocínio, Françoise Vergès (2020), em *Um Feminismo Decolonial*, escreve sobre a importância de, no feminismo, lutar contra o sexismo e o sistema patriarcal, mas sempre com um olhar interseccional sobre raça. Nas palavras da autora:

Os feminismos de política decolonial rejeitam essas fórmulas que segmentam, pois eles se apoiam na longa história das lutas de suas antepassadas, mulheres autóctones durante a colonização, mulheres reduzidas à escravidão, mulheres negras, mulheres nas lutas de libertação nacional e de internacionalismo subalterno feminista nos anos 1950–1970, mulheres racializadas que lutam cotidianamente nos dias de hoje (Vergès, 2020, p. 28).

É a partir dessa ótica feminista – que considera a diversidade e a interseccionalidade entre as mulheres, no plural – que irei discorrer ao longo desta monografia. Afinal, apenas é possível reconhecer as diferentes violências que perpassam as mulheres, compreendendo os diversos lugares privilegiados e hierarquizados que ocupam dentro da sociedade e, para isso, é imprescindível levar em conta todos os marcadores sociais que citamos anteriormente, pois eles atuam diretamente na forma como os sujeitos são vistos, tratados, respeitados (ou não), dentre inúmeras outras facetas em que olhar para as interseccionalidades se faz mais que necessário.

2.1 - O casamento como instituição de controle

Segundo Segato (2016), o patriarcado tem como principal missão ser um apropriador dos corpos das mulheres e faz destes sua primeira colônia (p. 19, trad. minha). Isso porque, de acordo com Susan Bordo (1997), o corpo é, para além de uma linguagem concreta sobre a qual é operada a cultura, “um lugar prático direto de controle social” (p. 19). Ele representa “um dos signos mais fortes do que é ser-menina, e transformações corporais demarcam as fronteiras dessa experiência: a menarca, o crescimento das mamas e a pubescência” (Barbosa, 2020, p. 5). Apoiada em Federici (2017), Karina Barbosa (2020) discorre sobre a trajetória do “deixar de ser menina” e iniciar o percurso de estar à disposição do homem: casando-se, maternando e gerando força de trabalho.

Neste sentido, Soares (2017) defende que a apropriação masculina sobre as mulheres acontece sobre duas vias: “a estrutural, por meio do sistema patriarcal que inclui toda a humanidade, e a individual, pelo matrimônio” (p. 136). Butler (2018) reforça esse argumento ao dizer que, na posição de esposas, as mulheres asseguram a reprodução do sobrenome masculino e “viabilizam o intercuro simbólico entre clãs de homens” (p. 62). Colette Guillaumin (2014) discorre sobre a instituição do casamento ao dizer que caracteriza-se como “apenas a superfície institucional (contratual) de uma relação generalizada: a apropriação de uma classe de sexo pela outra” (p. 54). Segundo a autora, o matrimônio é uma expressão individualizada de uma relação de classes geral, em que uma está à disposição da outra. Nas palavras de Guillaumin (2014): “o casamento é, contudo, tão-somente a expressão restritiva de uma relação; ele não é em si mesmo uma relação, ele legaliza e ratifica uma relação que existe antes dele e fora dele: a apropriação material da classe das mulheres pela classe dos homens: a sexagem” (p. 54).

Butler (2018) acrescenta que, no matrimônio, “a mulher não se qualifica como uma identidade, mas somente como um termo relacional que distingue e vincula os vários clãs a uma identidade patrilinear comum mas internamente diferenciada” (p. 62). A filósofa britânica Carole Pateman, em *O Contrato Sexual*, compartilha do mesmo ponto de vista a respeito da (falta de) identidade das mulheres no casamento. Ela afirma que “as mulheres não participam do contrato original através do qual os homens transformam sua liberdade natural

na segurança da liberdade civil. As mulheres são o objeto do contrato” (Pateman, 1993, p. 21). Isto é, enquanto os homens se beneficiam do patriarcado, das relações formadas entre eles e da subordinação feminina (hooks, 2018), as mulheres são cada vez mais objetificadas e tomadas durante os combates, enviadas como tributo, dadas em casamento trocadas com o objetivo de conseguir favores, compradas e vendidas (Rubin, 2017). Não à toa, segundo Donna Haraway (2019):

Ser feminizado significa: tornar-se extremamente vulnerável; capaz de ser desmontado, remontado, explorado como uma força de trabalho de reserva; que as pessoas envolvidas são vistas menos como trabalhadores/as e mais como servos/as; sujeito a arranjos do tempo em que a pessoa ora está empregada num trabalho assalariado ora não, num infeliz arremedo da ideia de redução do dia de trabalho; levar uma vida que sempre beira a ser obscena, deslocada e reduzível ao sexo (p. 189-190).

Em outras palavras, ser feminizado (Haraway, 2019) está sempre associado à fragilidade, vulnerabilidade e à marginalização, tudo isso sob a justificativa de que tais características são naturais e intrínsecas ao sexo feminino e ao que significa “ser mulher”. No matrimônio, como abordado anteriormente, “ser mulher” significa ser o objeto e o veículo das transações (Rubin, 2017). “Trata-se de uma troca que implica uma distinção entre quem oferta e o que é ofertado. Se as mulheres são os presentes, os homens são os parceiros de troca” (Rubin, 2017, p. 26).

A troca de mulheres conceituada por Rubin (2017) é uma percepção de uma estrutura na qual as mulheres não têm plenos direitos sobre si mesmas. No casamento, a troca ocorre entre o pai – representante da máxima personificação de poder na hierarquia familiar – e o marido, que, agora, representa o atual dono e proprietário do corpo, desejo e da vida daquela mulher. Por isso, nas cerimônias tradicionais, costumeiramente, é o pai quem arca com os custos da festa e leva a noiva ao altar e a entrega – como objeto de posse sem domínio próprio – ao noivo. Pateman (1993), complementa a ideia da objetificação e subordinação feminina sob a perspectiva do contrato social. Segundo a autora:

O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. (Pateman, 1993, p. 16-17)

Isto é, enquanto o gênero considerado masculino desfruta da posição de poder do contrato social, o feminino é subordinado a cumprir as normas de obediência para manter a estrutura de dominação-sujeição do sistema patriarcal, inclusive e especialmente no casamento. Nele, as mulheres perdem diversos direitos, e o principal deles é a liberdade (quando não, a vida).

Pateman (1993), ainda, acrescenta que quando uma mulher se casa e adquire funções familiares, ela renuncia a todas as outras ocupações que não dizem respeito a esse cargo. De acordo com esse argumento, após pronunciar o “sim” e aceitar o homem que está diante de si como seu futuro marido, dono e/ou proprietário, a mulher perde sua individualidade e abdica de sua vida antes de se tornar objeto de posse daquele homem. A partir deste momento, ela se torna “esposa de” e se ocupa com as funções domésticas condizentes a esse cargo.

Além disso, mesmo quando são explicitamente subalternizadas e trocadas como propriedades masculinas, as mulheres são ensinadas socialmente, em diversos lugares e instituições ao longo da vida, a agradecerem pelo privilégio de estarem sendo “escolhidas”. Isso porque, na sociedade patriarcal, a maior realização de uma mulher é ser validada por um homem e ter um casamento bem-sucedido. Então, quando se casa, ela consegue a tão sonhada aprovação masculina e é considerada “salva”. *Mas salva de quê?* De uma das maiores desgraças que pode acontecer a uma mulher neste regime: ficar solteira a vida inteira.

Mulheres desacompanhadas de homens são vistas como sozinhas, terras sem dono, avulsas na sociedade, reféns da própria sorte num mundo violento (Braga, 2019). Na ausência de homens, elas são infantilizadas e equiparadas a crianças, uma vez que, por um homem não tê-las elevado à categoria de pessoas adultas e completas, permanecem eternamente como meninas (Castañeda, 2006). Como consequência, foi e é continuamente construído no imaginário das mulheres que elas só serão completas ao lado “de sua cara metade”, desde que essa seja um homem.

Os contos de fadas, por exemplo, colaboram para a reiteração dessa ideia. A narrativa tradicional de alguns dos mais conhecidos, como Branca de Neve, Bela Adormecida, Cinderela, Ariel e Rapunzel, traz o homem – geralmente o príncipe – como o ser poderoso e almejado, que salva a princesa das adversidades nas quais ela esteja inserida. Enquanto isso, as princesas são representadas como mulheres brancas, indefesas, singelas, que cuidam da casa e estão em busca do grande amor. Desse modo, conforme Rich (2019), o casamento é apresentado sob uma perspectiva bastante atrativa: a de ser protegida por um homem.

Rich (2019), em *Heterossexualidade Compulsória*, além de reforçar a ideia de que meninas são fortemente educadas para idealizar e planejar durante a vida o momento do matrimônio, traz uma relação íntima entre casamento e busca incansável da beleza feminina. Segundo Keith Braga (2019), “a imagem da mulher ideal exige um processo árduo de se diferenciar do masculino, através da construção de uma feminilidade valorizada, própria para o olhar dos homens” (p. 283). A autora, ainda, complementa que as mulheres precisam gastar muita energia em se depilar, enfeitar, adornar, maquiar, emagrecer, entre outras atividades estéticas.

Nessa mesma linha, Bordo (1997) afirma que a “busca de um ideal de feminilidade evanescente, homogeneizante, sempre em mutação — uma busca sem fim e sem descanso” (p. 20) resulta no que Foucault chama de “corpos dóceis”. “Corpos dóceis”, neste sentido, significa “aqueles cujas forças e energias estão habituadas ao controle externo, à sujeição, à transformação e ao aperfeiçoamento” (Bordo, 1997, p. 20). Isto é, corpos que precisam acreditar que são falhos para se dedicarem — diariamente — a atingir o ideal de perfeição e serem facilmente controláveis. A imposição de tantos padrões estéticos — altamente mutáveis e inalcançáveis — é uma estratégia espantosamente durável e efetiva para controlar os corpos femininos (Jaggar, Bordo, 1997).

Bordo acrescenta que a insatisfação entre meninas e mulheres em relação à sua aparência, as desordens alimentares e os regimes compulsivos de ‘aperfeiçoamento’ corporal, sugerem uma batalha política sobre os recursos e a energia do corpo feminino (Bordo, 1997). Diante desse cenário, é nítido como os corpos femininos são construídos e moldados a partir de um “padrão estético instituído com o interesse de reforçar o lugar de subalternidade do gênero feminino” (Barbosa, 2020, p. 42). Assim, o absolutismo da beleza objetiva nos manter em constante vigilância — do corpo e da mente — e em busca da aprovação masculina, de estar “bonita o suficiente” para ser escolhida por um homem, pois, somente neste momento, ao lado de um homem no altar, é que a vida das mulheres tem significado.

2.2 - Sexualidades e desejos sob controle

Aqui, trataremos da apropriação masculina sobre a sexualidade da mulher sob a ótica de que tudo aquilo que é dissociado do falo e de seu prazer não é considerado expressão sexual e/ou é repreendido socialmente. Nos aprofundaremos em três aspectos: no valor negativo atribuído à masturbação feminina, na mutilação genital de meninas e mulheres como forma de privá-las do prazer e na concepção social de que o sexo lésbico não é sexo.

Segundo Donna Haraway (2019), “a mulher não é simplesmente alienada de seu produto: em um sentido profundo, ela não existe como sujeito, nem mesmo como sujeito potencial, uma vez que ela deve sua existência como mulher à apropriação sexual” (p. 178). Isto é, a mulher na sociedade patriarcal nada mais é que a representação do desejo masculino, sua existência é resumida a satisfazer os homens. Butler (2018), em *Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, traz o argumento de que “Ser o Falo é ser o ‘significante’ do desejo do Outro e apresentar-se como esse significante. Em outras palavras, é ser o objeto, “o Outro de um desejo masculino (heterossexualizado), mas também é representar ou refletir esse desejo” (p. 68). A autora ainda complementa que essa posição de “ser” o falo implica em confirmar para o sujeito masculino a sua superioridade em “ter” o falo:

Para as mulheres, “ser” o Falo significa refletir o poder do Falo, significar esse poder, “incorporar” o Falo, prover o lugar em que ele penetra, e significar o Falo mediante a condição de “ser” o seu Outro, sua ausência, sua falta, a confirmação dialética de sua identidade. (...) Assim, “ser” o Falo é sempre “ser para” um sujeito masculino que busca reconfirmar e aumentar sua identidade pelo reconhecimento dessa que “é para” (Butler, 2018, p. 68)

Ou seja, na sociedade patriarcal, enquanto “a sexualidade masculina é considerada ativa, espontânea, genital, facilmente suscitada por ‘objetos’ e pela fantasia, a sexualidade feminina é vista em termos de sua relação com a sexualidade masculina, como basicamente expressiva e responsiva à masculina” (Lauretis, 2019, p. 141). Neste sentido, o parâmetro de comparação sempre tem o sexo heterocentrado e falocêntrico como o símbolo de completude

sexual e de ápice do prazer. Portanto, todas as expressões sexuais que estão fora desse espectro são consideradas sujas, inferiores e incompletas.

A masturbação feminina, por exemplo – que configura-se como uma das formas de materialização do prazer sem o envolvimento masculino – é repudiada, oprimida e intitulada como imoral. Afinal, segundo a norma heteropatriarcal, as mulheres não devem sentir prazer, menos ainda se não estiver atrelado a um homem. No livro *A Origem do Mundo: Uma História Cultural da Vagina ou A Vulva VS. O Patriarcado*, de Liv Stromquist, a autora discorre sobre como, historicamente, a masturbação feminina é problematizada:

Freud acreditava que as mulheres que não atingiam o orgasmo através da relação de penetração vaginal com um homem deveriam ser consideradas frígidas. Segundo ele: Se a mulher for incapaz de atingir o orgasmo através da relação sexual - desde que seu marido seja um parceiro adequado - e preferir a estimulação do clitóris a outras formas de atividade sexual, ela pode ser considerada como sofrendo de frigidez e necessitar de ajuda psicológica. Para Freud, a masturbação e outros tipos de estimulação do clitóris eram atividades inapropriadas e inúteis para adultos, que deveriam se dedicar às relações heterossexuais de penetração vaginal, a única forma de atividade sexual saudável e aceitável para as mulheres. (Stromquist, 2019, p.73)

Ou seja, se a mulher não atingia o ápice do prazer numa relação sexual com um homem, ela tinha sua sanidade mental questionada e era avaliada como fria. Contraditoriamente (ou não), segundo uma pesquisa publicada pelo portal de notícias *GI*, 96% das mulheres afirmaram não atingir o orgasmo apenas com penetração. De acordo com Freud, todas as mulheres que deram essa resposta no estudo seriam “consideradas frígidas e precisariam de ajuda psicológica”. Afinal, sentir prazer sem a presença masculina é considerado uma afronta sem tamanho ao patriarcado e uma negação do poder do falo.

Além disso, embora reprimida socialmente, são muitos os benefícios que a masturbação traz ao corpo feminino. Segundo uma matéria da revista *Vogue*, de 2023, a prática ativa os hormônios do bem-estar, uma vez que libera serotonina, endorfina e ocitocina; aumenta a autoestima; reduz o estresse e a ansiedade; ajuda na saúde e vitalidade do cérebro (Angelo, 2023). Ainda, “conhecer o próprio corpo e experimentar prazer é muito importante para o desempenho sexual, pois essa aprendizagem leva à descoberta das zonas erógenas mais sensíveis, dos toques que excitam mais, das melhores maneiras de despertar o desejo” (Garcia, Lisboa, 2012, p. 714). Uma mulher que não se masturba fica distante de todos esses benefícios.

Em um estudo publicado na Revista da Abrasex (2022), chegou-se ao resultado que 63,7%, ou 93 das 146 entrevistadas, afirmaram já ter fingido um orgasmo numa relação heterossexual. Isso ocorre por diversos motivos, dentre eles, insegurança com o próprio corpo, falta de autoconhecimento – visto que mulheres não são incentivadas a se dar prazer para conhecer suas preferências – e, principalmente, receio de magoar o ego do parceiro. Isso porque, na sociedade heteropatriarcal, a dignidade do homem está diretamente ligada ao seu desempenho sexual, que quando questionado, ainda mais por uma mulher, é um símbolo de vergonha e humilhação extrema. Nesta mesma pesquisa, obteve-se a conclusão que, para grande parte das mulheres, é mais importante que o parceiro chegue ao ápice do prazer do que elas mesmas. Em dados numéricos, 58% das entrevistadas deram essa resposta. Tudo isso culmina na cultura machista de que, por instinto, o homem tem a sexualidade aflorada, e que é ele quem precisa estar satisfeito sexualmente, enquanto o prazer da mulher pouco importa.

O prazer da mulher é tão insignificante nesta lógica ao ponto de que, na verdade, é melhor que ele nem exista. A cultura da mutilação genital feminina é uma consequência desse pensamento. Ela consiste na retirada, parcial ou total, dos órgãos genitais das mulheres, sem razões médicas (WHO, 2019, p.1, trad. minha). Segundo a Organização Mundial da Saúde, mais de 200 milhões de meninas e mulheres vivas atualmente foram mutiladas em regiões da África, Ásia e Oriente Médio, lugares onde a prática é realizada com maior frequência. De acordo com o órgão, a mutilação genital feminina é reconhecida internacionalmente como uma violação dos direitos humanos e viola principalmente os corpos de meninas até os 15 anos de idade.

Como consequência, são vários os riscos a que essas meninas são submetidas, uma vez que o procedimento é, em geral, feito “com uma lâmina de barbear, sem nenhum cuidado higiênico, decorrendo daí muitas mortes por infecção” (Saffioti, 2015, p. 53). As complicações imediatas podem incluir dor intensa, choque, hemorragia (sangramento), tétano ou sepse (infecção bacteriana), retenção de urina, feridas abertas na região genital e lesão no tecido genital próximo (WHO, 2019, p.2, trad. minha). Ainda, os danos da mutilação genital feminina não se restringem ao âmbito físico. “Igualmente nefastos são os danos psicológicos, visto que a MGF pode provocar problemas de saúde mental e psicosssexuais, incluindo depressão, ansiedade e disfunção sexual” (p.11). Ou seja, as mulheres que são vítimas desse crime são oprimidas de tal forma que, além de correrem inúmeros riscos, precisam se adaptar a viver sem um dos órgãos de seu corpo, que lhes fora tirado de modo brutal e torturador.

A prática, muito comum em países do Oriente Médio, é motivada com a justificativa de um viés religioso, o qual pretende “preservar a virgindade e a pureza do ser feminino”.

Com a retirada do clitóris – um dos órgãos responsáveis pela sensação de prazer – acredita-se que a vítima terá uma diminuição na libido e, por isso, resistirá a atos sexuais “ilícitos” (WHO, 2019). Ou seja, em razão de crenças que julgam haver um comportamento sexual adequado para os corpos que não são os de homens cis héteros, as mulheres e pessoas com vulva são limitadas de sentir prazer. Os homens, sim, podem sentir prazer. O prazer livre é reservado apenas à esfera masculina.

Partindo dessa perspectiva em que apenas os homens devem sentir prazer, o sexo entre mulheres, muitas vezes, sequer é considerado sexo. É visto como preliminar, “algo que antecede o principal”, e o principal no contexto da sexualidade, é sempre a penetração falocêntrica. Como consequência, as lésbicas e bissexuais sofrem uma grande invisibilização em relação às suas práticas sexuais, nítida até no atendimento de saúde, uma vez que a pouca quantidade de informações sobre sexo entre mulheres, “em contrapartida ao imenso quantitativo sobre fecundidade, sobre fertilidade e sobre questões relacionadas às mulheres como corpos-máquinas-produtores-de-força-de-trabalho” (Soares, 2017, p. 149) demonstra como tudo parte de uma visão heterocentrada, em que o papel da mulher no sexo é exclusivamente em relação ao falo e à reprodução. Por isso, a relação sexual entre duas mulheres – corpos constituídos pela dupla ausência (do falo e do prazer) (Ziller, Barretos, 2020, p. 2) – é vista como inconcebível, inimaginável e inferior.

Não à toa, com frequência, mulheres lésbicas escutam perguntas como “quem é o homem da relação?” ou afirmativas relacionadas à lesbiandade ser resultado da falta e/ou frustração de uma relação íntima com um homem e, inclusive, este é um argumento utilizado para os estupros corretivos, afinal, a figura masculina representa a possuidora do prazer, impossível de ser rejeitada. Tudo isso retorna ao ponto de tentar enquadrar relações lésbicas na normatividade, “como se a vivência dos casais lésbicos coubesse perfeitamente no esquema heterocentrado que serve como base para a constituição da sociedade” (Ziller; Barretos, 2020, p. 6).

A ida ao ginecologista, por exemplo, configura-se, geralmente, como uma consulta que traz ansiedade e desconforto a mulheres lésbicas e bissexuais, uma vez que “pelo próprio desconhecimento de profissionais da saúde, em determinados casos elas são instruídas de que não há a necessidade da realização de exames de rotina para mulheres heterossexuais, como o Papanicolau” (Ziller; Barretos, 2020, p. 6). Além disso, muitas vezes, há a pressuposição da heterossexualidade das pacientes, o que conduz a perguntas inadequadas para o caso de mulheres com sexualidades dissidentes da heteronormativa. Segundo Almeida (2009):

A maioria dos ginecologistas teria dificuldade de proporcionar um ambiente adequado à revelação dos comportamentos sexuais, bem como uma escuta capaz de proporcionar o resgate da história pessoal de suas pacientes, sobretudo sem a manifestação de julgamentos morais. O questionamento, portanto, é da atitude médica, notadamente da anamnese. Por isso haveria que ser criada uma outra forma de anamnese que excluísse “perguntas fechadas” que não dão a possibilidade de a paciente “se abrir”. O reconhecimento de com quem está lidando, através do uso de perguntas abertas, permitiria ao médico perceber as diferenças e adaptar tratamentos e discurso às especificidades do sujeito (p.22).

Como consequência desse atendimento falho e despreparado, as lésbicas estão mais vulneráveis à desinformação sexual, o que inclui o desconhecimento sobre como se proteger, como se tratar e quais os reais riscos do sexo entre mulheres. Aqui, vale lembrar que a premissa fundante dessas falácias é baseada na “crença de que não há transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST’s) nas relações entre mulheres quanto no sexo com homens” (Ziller, Barretos, 2020, p. 7), o que reitera a ideia de que o homem é um sujeito de sexualidade mais afluada, animalésca, enquanto as mulheres são indivíduos recatados, que não transam (somente para agradar o sujeito masculino).

3. Gênero, heteronormatividade e homofobia

Para Judith Butler, o gênero é uma forma de performar dentro de uma cultura, é a “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser” (Butler, 2018, p. 54). Isto é, um conjunto de atos performáticos determinados culturalmente sob “um sistema inflexível baseado na binariedade de padrões” (Vilela, p. 27), em que meninas têm vulva e meninos têm pênis. Nessa mesma linha, Joan Scott (2010) discorre sobre como o gênero é dividido estrategicamente para atribuir papéis sociais:

Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 2010, p.50)

Neste sentido, o gênero materializa-se como uma forma de dividir funções sociais de acordo com a justificativa biológica da diferença entre os sexos. Essas tarefas, por sua vez, são atribuídas da seguinte maneira: “homens se preocupam com dinheiro, carreira, ideias e progresso; mostram que se preocupam com o trabalho que realizam, os valores que têm e o sustento de suas famílias” (Tronto, 1997, p.182), enquanto as mulheres preocupam-se com todas as atividades relacionadas ao cuidar (de suas famílias, vizinhos, amigos) e à esfera doméstica.

Prosseguindo nas definições, Braga, Caetano e Ribeiro (2018) defendem que o gênero é uma “fabricação inscrita nos corpos, um estilo corporal, e que inclusive não se adquire de uma vez, quando se nasce, mas se realiza por toda a vida” (p. 13). Neste trecho, os autores explicitam como o gênero é uma construção regulada e avaliada a todo momento, durante toda a existência. “Nosso corte de cabelo, nossa roupa, a forma com que empossamos a voz, nossas decisões profissionais, nossa maneira de caminhar, sujeitos com quem vivenciamos nossos desejos, nossas atitudes mais íntimas e sutis, tudo se amarra a nossa performatização de gênero” (Braga, Caetano, Ribeiro, 2018, p. 13). Em *Quem tem medo do gênero* (2024), Butler reitera esse argumento ao dizer que a atribuição do sexo é feita de maneira constante, “repetida por diferentes atores e instituições” (p. 34) que avaliam “a maneira certa ou errada de ser” (p. 34) tendo homem ou mulher, infelizmente, como duas únicas opções possíveis (Butler, 2024).

Diante desse cenário, toda afirmação de gênero (ou ausência de afirmação dela) distinta de “feminina ou masculina” fica à margem da aberração, do desumanizado e abjeto (Wittig, 2022). Na nossa sociedade, ninguém consegue escapar do conjunto de normas sociais pré-estabelecidas. “As convenções, os modos de tratamento e as formas institucionais de poder já estão agindo antes do momento em que sentimos sua impressão pela primeira vez, antes do surgimento de um ‘eu’ que pensa em si como alguém que decide quem ou o que quer ser” (Butler, 2024, p. 36).

No livro, a autora reforça a ideia de que as categorias de gênero são tão intrínsecas à construção social que precedem e excedem nossa vida pessoal. Em suas palavras: “Categorias têm vidas sociais e históricas que não são iguais às que temos na condição de criaturas vivas. As categorias nos precederam e passam a nos influenciar quando recebemos um nome e uma atribuição de sexo, como aconteceu com a maioria de nós” (p. 144). Ao nascer, antes de compreender sua própria existência, aquele pequeno humano já é instruído por meio de uma fala médica que o define como “menino ou menina” a agir de determinada forma. Braga, Caetano e Ribeiro (2018), acrescentam a respeito das expectativas de gênero relacionadas ao ser antes dele sequer existir propriamente no mundo. “A cor das roupas, os brinquedos, o nome, as projeções futuras, a personalidade, o conjunto de atributos qualitativos, tudo se decide antes da chegada da criança” (p. 14-15). Dessa forma, é até difícil não se questionar a respeito do quanto de nós, da nossa existência, não é resultado das construções e das normas de gênero.

Nesta linha, as pessoas que ousam não corresponder à lógica binária homem-mulher estão sujeitas a uma série de punições. Segundo Dayane Barretos (2021), as normas de gênero

atuam como “ferramentas das redes de poder que enredam os corpos na sociedade, determinando os parâmetros de normalidade e, conseqüentemente, os desvios” (p. 9). Ou seja, tudo aquilo que é distinto do estabelecido como normativo – no caso, homem-másculo-viril-forte-heterossexual e mulher-submissa-maternal-sentimental-heterossexual – é interpretado como desviante, doença, crime e/ou pecado. Isso porque, essa visão imutável e restrita do gênero não leva em conta “o processo de constituição de identidades como aquilo que circunscreve e delimita o Eu” (Barretos, 2021, p. 29), o que negligencia, exclui e/ou destrói todas as outras possibilidades de vida e “marcações do Eu” construídas a partir da complexidade do existir. Ainda, Barretos (2021), complementa que o verbo “estar” é bastante útil para pensar no terreno instável que compõe as identidades dos sujeitos:

Na língua portuguesa o verbo estar nos auxilia na árdua tarefa de desestabilização dos sujeitos e suas identidades, nos permitindo pensar para além de uma permanência absoluta do ser. E é Butler quem critica exatamente a necessidade de se criar uma identidade fixa de sujeito em um terreno instável de sujeitas e sujeitos (RODRIGUES, 2019). É o estar que me parece possibilitar a passagem de um ser a um devir. Estar em constante movimento, devir um corpo marcado e remarcado, transitar (p. 29)

Prado e Machado (2008), também reiteram esse argumento ao dizer que “construídas através das relações sociais e políticas de um tempo histórico” (p. 19), as identidades não estão no domínio da natureza, mas sim da moral e da política. Neste sentido, ficar refém de uma visão naturalista e binária é sinônimo de exigir a afirmação de um eu normativo e negar outras possibilidades humanas (Butler, 2024). Deduzir a imutabilidade do gênero como universal “é impor uma falsidade cruel a quem vive o gênero de forma diferente” (Butler, 2024, p. 261). Segundo Butler (2024), o gênero é apresentado pela direita como assustador sob alguns argumentos:

O gênero é apresentado pela direita como assustador, não só porque expõe como mutável o que antes era considerado imutável, mas porque, se outras pessoas podem se envolver em sexo gay e redesignação de sexo ou desfrutar de uma imagética sexual que a direita nega a si mesma ou trata como impensável, isso significa que o outro está vivendo uma possibilidade humana que redefine o que pode ser considerado humano (p. 261).

Isto é, identidades fora da normatividade são incômodas à direita conservadora porque redefinem e alargam, de forma inclusiva, as possibilidades de humanidade. Não à toa, uma das principais estratégias do movimento anti gênero é desumanizar/ tornar monstruoso os

corpos fora do espectro cisheteronormativo de sexo-gênero-desejo. Tomaremos, aqui, como heteronormatividade o conceito de Wermuth e Canciani (2018), que a definem como um “sistema que regula as relações afetivas e sexuais de forma binária e dualista” (p. 14). As autoras complementam que, enquanto “a heterossexualidade é vista como natural e desejável, a homossexualidade é vista como anormal e imprópria” (p. 14).

Barretos (2021), sob a perspectiva de Mendonça (2018), também reitera esse argumento ao dizer que a heteronormatividade é “resultante de diversas normatizações que compreendem a heterossexualidade como a única forma natural e normal, além de responsável pela conformação social” (p. 44). Como consequência, a heterossexualidade segue sendo vista como a única sexualidade válida/correta/coerente, enquanto as outras possibilidades são vistas como comportamentos desviantes/ patológicos e/ou pervertidos. Mas, antes de adentrar mais a fundo na discussão de sexualidade, é pertinente colocar de forma mais concreta os conceitos referentes ao que significa desviar da associação presumida entre sexo, gênero e desejo, nomeada por Butler (2018) como “gêneros inteligíveis”:

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (p. 34).

Isto é, a inteligibilidade do gênero consiste em uma lógica “rígida e binária estabelecida entre sexo biológico (cromossomo XX, XY), identidade de gênero (masculino/feminino) e desejo (homossexual/heterossexual) de modo a dar coerência e naturalidade à heterossexualidade” (Braga, Caetano e Ribeiro, 2018, p. 12). Desse modo, somos impelidos socialmente por meio da religião, das propagandas midiáticas, da literatura, do cinema, e etc (Rich, 2019) a “performatizar nosso gênero de acordo com nosso sexo e nos atrairmos erótico, sexual e afetivamente por nossos opostos” (Braga, Caetano e Ribeiro, 2018, p.12).

Ainda nessa linha de sexo-gênero-desejo, Preciado (2014) defende que o corpo funciona como uma prótese-total a serviço da reprodução sexual e da produção de prazer genital no âmbito do sistema capitalista heterocentrado, “de maneira que a função dos órgãos chamados sexuais, como pênis e vagina, é a reprodução e ao cumprir essa função os corpos contribuiriam para a manutenção desse sistema heteronormativo” (Barretos, 2021, p. 45). Ou

seja, a partir dessa perspectiva, é possível notar a relação intrínseca entre corpo, identidade e relações de poder (Barretos, 2021), uma vez que no argumento da coerência entre sexo-gênero-desejo a necessidade de reprodução é sempre trazida à tona para justificar um “apelo à heteronormatividade”. Como consequência, todas aquelas relações que não visam a procriação são mal vistas e estigmatizadas, como explicitado na pesquisa *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil* (2011), em que 92% dos entrevistados concordavam com a afirmação “Deus fez homem e a mulher para que tenham filhos” e 64% concordavam com a ideia de que homossexuais não devem andar abraçados e nem se beijar em público, somente em espaços privativos.

Neste sentido, transexuais, travestis, gays, lésbicas e bissexuais são vistos como identidades a serem corrigidas, indivíduos que precisam ser curados pela medicina ou pela religião. Por isso, são muitas as punições que os sujeitos que questionam a heteronormatividade estão vulneráveis a sofrer, afinal, as redes de poder operam simultaneamente ao longo da vida “enredando nossos corpos, identidades e subjetividades para que eles sigam o ideal normativo” (Barretos, 2021, p. 44). Toda essa vigilância gira em torno de supervalorizar e impor a heterossexualidade como única e correta possibilidade de orientação sexual. Nas palavras de Wittig (2022), “serás-hétero-ou-não-serás” (p. 63).

A autora discorre sobre o caráter opressivo do pensamento hétero (Wittig, 2022), que torna a heterossexualidade universal e totalizante, seja da “história, da realidade social, da cultura, da linguagem e simultaneamente de todos os fenômenos subjetivos” (Wittig, 2022, p. 62). O pensamento hétero é universalizante ao ponto de ser aplicável em “todas as sociedades, a todas as épocas, a todos os indivíduos” (Wittig, 2022, p. 62). Aqui, vale trazer o conceito de monocultura do saber (Santos, 2002) que trata como totalizante uma experiência que deveria ser pessoal:

Muitos argumentos que elidiram na origem do pensamento cultural dominante e que foram responsáveis pela ponte invisível da transposição da diferença em desigualdade transformaram um conjunto de valores e de experiências particulares em uma noção de cultura universal. Santos (2002) denomina este movimento como o desperdício da experiência no mundo moderno, que seguindo uma noção única de racionalidade, ou monocultura do saber, não reconhece como legítimas quaisquer experiências que escapem à sua lógica (Prado; Machado, 2008, p.72)

Para Adrienne Rich (2010), a heterossexualidade é “algo que tem que ser imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido à força” (p. 35). É uma instituição o tempo todo reiterada e tida como única possibilidade legítima. De acordo com Guacira Lopes

Louro (2000), há uma pressuposição heterossexual que “todos os sujeitos têm uma inclinação para eleger como objeto de seus desejos, afetos e jogos sexuais alguém do sexo oposto” (p.10). Como consequência, as outras sexualidades são vistas como peculiares, antinaturais e anormais (Louro, 2000).

Não à toa, devido a essa pressuposição-heterossexual em todos os ambientes, a escola é um dos espaços mais difíceis e causadores de transtornos psicológicos para indivíduos LGBTQIAPN+. Isso porque, segundo Braga, Caetano e Ribeiro (2018), a linguagem trabalhada no ambiente escolar é androcêntrica e heteronormativa. Alguns exemplos disso consistem a divisão de banheiros exclusivamente por aquilo que é entendido socialmente como sexo biológico (XX, XY) , o que dificulta e reprime ainda mais a afirmação de identidade de crianças trans e não binárias, e abre portas para situações de constrangimento; a circulação, a crença, e a reiteração de discursos que naturalizam comportamentos tidos como de meninos e meninas; exercícios, conteúdos, contos, histórias e materiais que tomam a heterossexualidade como única relação possível (Braga; Caetano; Ribeiro, 2018). Assim, como aponta Louro (2000), o lugar do conhecimento, com relação à sexualidade, mantêm-se como o lugar da ignorância e do desconhecimento.

Nesse contexto heteronormativo, discutir gênero e sexualidade é visto pela direita conservadora religiosa como doutrinação, apologia, abuso infantil e esforço para converter crianças à transexualidade e homossexualidade (Butler, 2024). De acordo com Butler (2024), o intuito dessa limitação ao conteúdo de gênero e diversidade é excluí-lo não só da materialidade física, mas também do imaginário, torná-lo impensável. Diversidade, na visão dos oponentes à educação sexual, é uma afronta só de existir em pensamentos.

Em *Quem tem medo do gênero* (2024), a autora explica que, na verdade, trazer conteúdos de educação sexual às escolas configura-se como uma forma de dar oportunidade às pessoas contarem suas próprias histórias, conhecerem as dos outros e o mundo em que se vive, além de outras vantagens:

A educação sexual geralmente inclui discussões sobre ética sexual, condições de consentimento, o aprendizado sobre quando e por que dizer "sim" ou "não". Geralmente também inclui uma compreensão da sexualidade humana que, em condições ideais, ajuda as pessoas jovens a compreenderem o que está acontecendo com seus corpos e permite que elas considerem formas de desejo e prazer que não são prejudiciais e de que nunca devem se envergonhar. Ao considerar o que significa ter a existência generificada e quais são as outras possibilidades de ter a existência generificada, os currículos de educação sexual encorajam idealmente tanto o julgamento informado e a tomada de decisões éticas quanto um sentido de autonomia corporal (Butler, 2024, p. 107)

Nesse sentido, a educação sexual materializa-se como uma estratégia de enfrentamento ao preconceito, uma vez que esse espaço de discussão livre colabora para que os sujeitos que não se enquadram na cis-heteronormatividade, como pessoas transexuais, travestis, não binárias, homossexuais, assexuais, bissexuais, dentre tantas outras, nomeadas ou ainda não sintam-se acolhidas, respeitadas e confortáveis diante de si mesmas sobre suas identidades. Afinal, fora desse espaço de acolhimento, esses indivíduos são vítimas diárias de diversos tipos de violências.

Mas por que essas pessoas são alvos de tanto ódio? Antes de prosseguir na discussão, cabe aqui trazer algumas definições do termo-base para toda discriminação: o preconceito. Segundo Nascimento e Manfrim (2015), o preconceito “pode ser entendido como um dos importantes mecanismos da manutenção da hierarquização entre os grupos sociais e da legitimação da inferiorização na história de uma sociedade” (p. 2). Em relação à sexualidade, os autores complementam:

No âmbito da sexualidade, o preconceito social produziu a invisibilidade de certas identidades sexuadas, garantindo a subalternidade de alguns direitos sociais e, por sua vez, legitimando práticas de inferiorização sociais como a homofobia. O preconceito, neste caso, possui um funcionamento que se utiliza, muitas vezes, de atribuições sociais negativas advindas da moral, da religião ou mesmo das ciências, para produzir o que aqui denominamos de hierarquia sexual, a qual é embasada em um conjunto de valores e práticas sociais que constituem a heteronormatividade como um campo normativo e regulador das relações humanas (Nascimento; Manfrim, 2015, p. 5).

Isto é, o preconceito utiliza de conceitos difundidos na moral, religião e até nas ciências – instituições criadas pela própria sociedade humana – para justificar a subalternidade e a hierarquia entre os grupos sociais. De acordo com Prado e Machado (2008), “a ciência produzida nessa perspectiva colaborou para esta categorização hierárquica, por meio da construção de “verdades” capazes de explicar e justificar a superioridade dos grupos dominantes” (p. 73). Mas, as “verdades” sempre estiveram associadas à experiência de um grupo dominante que objetiva manter a inferiorização dos outros. Assim, é possível concluir que o processo de exclusão social não é simples, mas complexo e responsável pela estigmatização de grupos minoritários (Prado; Machado, 2008, p. 71).

Nesse contexto, a homofobia materializa-se como uma forma de designar outro como anormal ou inferior, alheio ao universo comum e natural dos humanos (Borrillo, 2010). Segundo Braga (2019), a homofobia é um produto da heteronormatividade, que não busca apenas legitimar e implementar a lógica complementar entre os sexos, mas rechaçar e inferiorizar outras formas de vivenciar a sexualidade. Rubin (2017), nessa perspectiva,

discorre que grande parte dos discursos sobre o sexo, sejam eles de que natureza for (religiosos, psiquiátricos, populares e/ou políticos), “delimitam uma porção bem pequena da capacidade sexual humana e a qualifica como potencialmente santa, segura, saudável, madura, legal ou politicamente correta” (p. 85). Enquanto isso, todos os comportamentos sexuais de outra ordem são entendidos como perigosos, obra do demônio, infantis, psicopatológicos ou politicamente condenáveis (Rubin, 2017).

Como consequência, há a fundamentação de um sistema hierárquico de valor sexual, e os heterossexuais brancos que se casam e reproduzem estão sozinhos no topo da pirâmide (Rubin, 2017). Eles são recompensados de diversas formas:

Os indivíduos cujo comportamento figura no topo dessa hierarquia são recompensados com o reconhecimento de saúde mental, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, apoio institucional e benefícios materiais. À medida que se vai descendo na escala de comportamentos sexuais ou ocupações, os indivíduos que os praticam se veem sujeitos à presunção de doença mental, falta de idoneidade, tendência à criminalidade, restrição de mobilidade social e física, perda de apoio institucional, sanções econômicas e processos penais (Rubin, 2017, p. 83).

Ou seja, enquanto a heterossexualidade é tida como correta, às identidades e sexualidades dissidentes da normativa restam a patologização, a estigmatização e a inferioridade, que funcionam como ferramentas para a manutenção de hierarquias sociais, políticas e morais. Apesar do texto de Rubin anteriormente citado ter sido escrito na década de 1980, atualmente, mais de 40 anos depois, ainda vivemos em um contexto discriminatório. Nossos corpos ainda são assassinados, violentados, impedidos de acessar determinados lugares e cerceados de direitos básicos.

A prova disso é a criminalização da homossexualidade em quase 70 países, segundo uma matéria publicada pelo portal de notícias *BBC News Brasil*. As punições variam entre multas, prisões e penas de morte, as últimas sendo legalizadas em países como Afeganistão, Paquistão, Somália, Arábia Saudita e Irã sob a justificativa de liberdade religiosa. Butler (2024), em *Quem tem medo do gênero*, contesta esse argumento ao afirmar que o direito à expressão religiosa jamais pode ignorar e ultrapassar a igualdade social que a lei antidiscriminação pretende garantir (p. 60-61). Ainda, a autora discorre que a criminalização da existência homossexual “é uma forma de regular a vida e a morte, diferenciando cidadania de criminalidade” (p. 64).

Se existir enquanto sujeito fora da lógica sexo-gênero-desejo é difícil, celebrar nossos amores também configura-se como uma resistência diante da sociedade heteronormativa. Segundo uma matéria do *Uol*, apenas 17% (34 em dados numéricos) dos países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), legalizaram o casamento homossexual. Isso porque, ao confrontar a norma cis-heterossexual, esses sujeitos são vistos como menos humanos e, portanto, menos merecedores de direitos plenos. Menos merecedores de amar, de chegar ao topo de um cargo profissional. Menos merecedores de viver.

O resultado disso são dados alarmantes em relação à violência contra pessoas LGBTQIAPN+. Segundo dados do *Grupo Gay da Bahia* (GGB), pelo 14º ano consecutivo, o Brasil é o país que mais mata indivíduos do grupo *queer* no mundo. Em 2023, foram 257 assassinatos com motivação preconceituosa. Desse total, o maior perfil de vítimas foi o de vidas transsexuais. Vidas que destoam da norma de gênero cis-binária e que, por isso, importam menos para o Estado. Neste sentido, Barretos (2021), afirma que o corpo trans questiona estruturas, saberes e poderes. Nas palavras da autora: “por serem uma espécie de errância da norma, possuem caráter contrapodador de resistência, que tensionam os binarismos socialmente fixados e performaticamente reproduzidos” (p. 49).

Diante desse cenário, podemos concluir que há algo muito errado em uma sociedade que cultiva a intolerância e o ódio a pessoas com identidades consideradas desviantes. Uma sociedade na qual, muitas vezes, aplaude e apoia a violência contra as pessoas LGBTQIAPN+. Mas, ainda com todo esse preconceito e intolerância, há esperança (ou a necessidade de mantê-la) de um futuro em que seja possível ser quem se é e amar quem se deseja sem repressões (físicas, políticas, psicológicas, econômicas e/ou institucionais). É nessa esperança que nós afirmamos nossa existência e nossa resistência. A prova disso são os resultados da pesquisa *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil – Intolerância e Respeito às Diferenças Sexuais*, que mostram que 65% dos entrevistados se sentem à vontade diante de sua identidade e sentem orgulho dela. Isto é, mesmo em um contexto de vulnerabilidade, em que a sociedade heteronormativa nos joga à margem e à hostilidade, vale a pena acolher e respeitar o nosso próprio Eu com todas as suas subjetivações.

3.1 Lésbicas, lesbianidades e lesbofobia

“Lésbica é o único conceito que conheço que está além das categorias do sexo (homem e mulher), porque o sujeito em questão (lésbica) não é uma mulher, seja em termos econômicos, seja em termos políticos ou ideológicos” (Wittig, 2022, p.53). Esta passagem, retirada do livro *O Pensamento Hétero*, de Monique Wittig, reflete o pensamento da autora sobre as lésbicas não corresponderem ao que é ser mulher na sociedade patriarcal. Segundo Wittig, “o que faz da mulher uma mulher é a relação social específica a um homem” (Wittig, 2022, p. 53). De acordo com a autora:

O que é a mulher? Pânico, alarme geral de defesa ativa. Francamente, esse é um problema que as lésbicas não têm, graças a uma mudança de perspectiva, e seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem com mulheres, pois “a mulher” só tem significado nos sistemas heterossexuais de pensamento e nos sistemas econômicos heterossexuais. Lésbicas não são mulheres.

Ou seja, por não cumprir os papéis de uma mulher heterossexual na sociedade – o de estar disponível física/ emocional e/ou sexualmente aos homens – as lésbicas não são consideradas mulheres. O pensamento hétero parte da noção que a lésbica é um desvio, e que pode ser muitas identidades políticas que não obedecem à ideia de mulher.

Suane Soares (2017), reitera esse argumento ao dizer que o contrato heterossexual é “a forma pela qual o patriarcado se faz presente e organiza a sociedade segundo o critério do sexo.” (p. 138-139) Para as lésbicas, o contrato não se aplica por inteiro e, por isso, são consideradas fugitivas da classe Mulher, estrangeiras à essa categoria. Mas, aqui, vale ressaltar que, apesar de as lésbicas escaparem parcialmente da apropriação privada masculina, elas ainda estão sujeitas à apropriação coletiva (Falquet, 2004), que é o que discutiremos mais adiante.

Rich (2019), ao discorrer sobre a heterossexualidade compulsória, acrescenta que “um dos muitos mecanismos de imposição é, naturalmente, tornar invisível a possibilidade lésbica” (p. 63). Desse modo, ao romper com a heterossexualidade e apresentar novas possibilidades de vida, a existência da lésbica passa a ser indesejada, deslegitimada e perigosa (Soares, 2017).

Por não se reproduzir por meio da relação sexual com homens, a lésbica que faz apenas sexo com mulheres por toda a sua vida comete o horrível pecado de permanecer virgem e nunca parir (Soares, 2017). Nunca parir não é aceitável na sociedade patriarcal. De acordo com Soares (2017), a maternidade funciona como instrumento de controle das mulheres dentro da sociedade patriarcal e “está condicionada ao dever de ser heterossexual e de suprir o desejo de um ou mais homens com os quais deveriam se relacionarem ao longo da vida para gerar os descendentes dele(s)” (p. 220). Nesse contexto, as lésbicas são odiadas, depreciadas e marginalizadas por, além de não se relacionarem intimamente com os homens, ainda não lhes darem herdeiros. Elas são vistas como “corpos confusos, imersos em um contexto social de subversão, que atua como ameaça à norma padrão de gênero e sexualidade” (Wermuth, Canciani, 2018, p. 13).

Neste sentido, a lesbofobia atua como uma grande aliada ao patriarcado na opressão das lésbicas. Segundo Santana (2014), a lesbofobia

é uma prática social que naturaliza a hostilidade, possibilitando práticas de aversão e repulsa contra mulheres não heterossexuais, bem como legitima os comportamentos de agressão física, psicológica e institucional contra essas mulheres. A lesbofobia compõe o rol da discriminação caracterizado por 'preconceito de gênero', expressões da legitimação do patriarcado. Nesse caso, os comportamentos machistas, sexistas, homofóbicos, transfóbicos, entre outros. Portanto, a lesbofobia configura-se como um instrumento de legitimação de uma hierarquia em torno da sexualidade e da identidade de gênero, sendo, portanto, um mecanismo responsável pela manutenção da ordem social patriarcal. (p. 158)

Isto é, como um preconceito com viés de gênero, a lesbofobia é um dos elementos que compõe o sexismo porque, por meio da violência, a oposição entre os gêneros e a reiteração forçada das práticas educativas heteronormativas (Braga; Ribeiro; Caetano, 2022). Na perspectiva de Braga, Ribeiro e Caetano (2022), as mulheres “são orientadas, nas sociedades patriarcais, a se submeterem e estarem disponíveis aos homens, não necessariamente no sentido sexual, mas em termos de obediência, admiração e dependência” (p. 8). Como as lésbicas não correspondem integralmente a essa lógica, são punidas com a lesbofobia, sistema

intrinsecamente relacionado ao ódio ao feminino e, portanto, às suas formas de aliança (Braga; Ribeiro; Caetano, 2022).

Para Braga (2019), a relação entre lesbofobia e sexismo está na necessidade de desenhar o feminino enquanto inferior e passivo para sugerir “o homem como única saída para contrabalancear essa ausência de significação própria” (p. 144). Isso consiste em reiterar a ideia de que mulheres são seres de menor capacidade, valor e humanidade, que precisam investir em si mesmas e competirem entre si para serem escolhidas por um homem (Braga, 2019).

Partido da mesma ideia, Borillo (2010) afirma que “a lésbica é vítima de uma violência particular, definida pelo duplo desdém que tem a ver com o fato de ser mulher e homossexual” (p. 27). Ela sofre discriminações contra o gênero e sexualidade. Mas, Ziller e Barretos (2020), reforçam que essa dupla hierarquização vale apenas para as lésbicas jovens, magras, brancas e sem deficiência, uma vez que há outras hierarquias sobrepostas nessas vivências, como raça, idade e classe. Ainda nessa linha, segundo Soares (2017), o problema do patriarcado em relação à lésbica é que “seus desejos não são mediados pela aprovação masculina” (p. 117). A autora complementa essa ideia ao afirmar que, ao se juntar a suas iguais e negar “qualquer interferência dos homens em seus processos político-sexuais há uma ruptura bastante evidente e profunda com a estrutura patriarcal” (p.117).

Por falharem na função de atenderem aos desejos masculinos e questionarem as estruturas relacionadas ao contrato heterossexual, as lésbicas, neste sistema, não têm um lugar social e são vistas como sujeitas sem valor. É importante ressaltar também que a valoração varia entre as “categorias” de lésbicas e à medida que são atravessadas por marcadores sociais, como raça, deficiência e classe. As lésbicas visíveis ou que não performam feminilidade normativa (levando em conta que há diferentes formas de performar feminilidade), por exemplo, sofrem opressões distintas em relação às que performam aquilo que é entendido como feminilidade socialmente. Segundo Soares (2017), as lésbicas feminilizadas são aquelas que são “passáveis” como heterossexuais diante da sociedade. Nas palavras da autora:

As lésbicas feminilizadas são aquelas que agregam ao seu ser, em todas as nuances, traços normalmente considerados típicos da mulher heterossexual padrão. São mulheres que não são lidas, num primeiro momento, como lésbicas pela sociedade e que são destinatárias de olhares de cunho sexual masculinos e femininos. As lésbicas feminilizadas costumam ter maior permeabilidade no mundo heterossexual; maior sociabilidade com pessoas heterossexuais de ambos os sexos; e sofrerem menos estigmas por serem lésbicas tanto por não corresponderem à uma imagem “exótica”, afrontosa e

estranha como por não romperem com os lugares destinados às mulheres nos contextos de consumo e de cultura, ou seja, participam do universo da feminilidade (frequentam salões de beleza, lojas de roupas para mulheres e diversas marcas estereotipadas sobre a mulheridade) (Soares, 2017, p. 110).

Ou seja, a lésbica feminina é aquela que, à primeira impressão, não causa incômodo nem espanto, pois ela é vista como uma mulher heterossexual dentro da performatividade de gênero e sexualidade. Além disso, para a lésbica feminilizada, ainda há “esperanças de que ela pode ser convertida [...] de que um homem poderá ‘fazê-la mulher’ por meio do coito” (Soares, 2017, p. 95), uma vez que é vista como um sujeito não tão distante da normatividade. A lésbica feminilizada enfrenta a “falta de credibilidade” e o questionamento frequente em relação a sua orientação sexual, que, quando afirmada, resulta em reações de choque e decepção, visto que foge do estereótipo pré-concebido da “aparência de sapatão”. Neste sentido, frases lesbofóbicas, que colocam em xeque sua sexualidade, como “você é lésbica mesmo? nem parece”, são muito frequentes, inclusive no meio LGBTQIAPN+.

Pessoalmente, me enquadro nessa “categoria” de lésbicas e constantemente tenho minha orientação sexual invalidada e deslegitimada porque, em razão de um estereótipo, só é “lésbica de verdade” aquela que se veste e se porta de “maneira masculina”. Diante desse cenário, já escutei frases do tipo “você é a lésbica mais hétero que eu conheço” ou “é melhor falar só que não quer me beijar do que inventar que é lésbica” quando recusei aproximações afetivo-sexuais de homens alegando minha orientação sexual. Neste último exemplo, não só infringi à regra heterossexual de rejeitar um homem, como o rejeitei em razão de “preferir” um ser humano da classe considerada inferior, o que é uma afronta sem tamanho ao patriarcado.

As lésbicas visíveis ou que não performam feminilidade normativa, por sua vez, são lidas em qualquer local, por praticamente qualquer pessoa, como lésbicas (Soares, 2017). Além de não corresponderem ao desejo heteronormativo, incomodam por serem uma “indefinição aos olhos da lógica patriarcal” (Soares, 2017, p. 211). São lidas como pessoas revoltadas, insatisfeitas, menos mulher, menos homem, menos ser humano (Soares, 2017). A lésbica desfeminilizada foge, mais ainda, da “programação inicial” (Wittig, 2022, p. 45) do que é ser mulher em diversos aspectos e, por isso, é considerada rebelde e monstruosa.

Diante desse cenário, a lésbica visível encontra mais dificuldades no que se refere a “esconder-se no armário” (mesmo quando for de seu desejo) para se proteger e evitar sofrer represálias, sofrer discriminação ou violências. Isso porque há uma constante vigilância social sobre marcadores estéticos, como roupa, cabelo e acessórios; e comportamentais, como

maneira de andar, de falar e de se sentar, o que faz com que as lésbicas que não performam feminilidade normativa sejam mais identificáveis como lésbicas e, portanto, mais excluídas. Segundo Seffner (2011), é do desejo da sociedade homofóbica que o grupo LGBTQIAPN+ seja visível, para que assim seja mais fácil reconhecê-los e discriminá-los. “Para excluir, temos primeiro que localizar” (p. 48).

Para Adrienne Rich (2019, p. 52), uma lésbica que não sai do armário no ambiente de trabalho, por exemplo, “não é apenas forçada a negar a verdade sobre seus relacionamentos externos ou sobre sua vida privada. Seu trabalho depende de que finja ser não só heterossexual, mas uma mulher heterossexual em termos de vestuário”, aparência e performatividade. Além disso, a autora acrescenta como essa tarefa de camuflar-se no armário é exaustiva, psicológica e fisicamente, e dispendiosa:

A mentira mantém inúmeras mulheres aprisionadas psicologicamente, tentando encaixar mente, espírito e sexualidade num roteiro prescrito porque não podem olhar além dos parâmetros do aceitável. Retira a energia dessas mulheres ao mesmo tempo que drena a energia das lésbicas “no armário” – a energia que se esgota na vida dupla. A lésbica presa no “armário”, a mulher aprisionada nas ideias prescritivas do “normal”, compartilham a dor de opções impedidas, conexões interrompidas, do acesso perdido à autodefinição assumida de forma livre e vigorosa (Rich, 2019, p. 82).

Mas, ainda que seja difícil e imensuravelmente triste estar dentro dele e omitir-se enquanto sujeito, o armário é um aliado de sobrevivência a muitas pessoas LGBTQIAPN+, visto que, diante de situações de perigo, permite às pessoas “se camuflarem” e evitarem repressões. Na perspectiva de Prado e Junqueira (2011), esse conflito entre ocultação e reafirmação da diferença é nomeado “pedagogia do armário”, uma vez que, por um lado, o armário regula a vida social de pessoas fora da matriz cis-heteronormativa, de forma a submetê-las ao segredo e silêncio. Mas, por outro, é um “elemento de privatismo obrigatório como prática de defesa ante insultos e humilhações” (Prado, Junqueira, 2011, p. 57). Por isso, segundo Ziller e Barretos (2020), diante de situações em que expor a orientação sexual implica em consequências prejudiciais, é comum que permaneçamos dentro do armário. Nesse sentido, “a invisibilidade opera de forma extremamente sofisticada, tornando-se estratégica até mesmo para quem sofre com ela” (Ziller, Barretos, 2020, p. 5).

Além disso, o armário é presente mesmo para as pessoas assumidamente homossexuais, uma vez que não se sai dele apenas uma vez, mas continuamente (Sedgwick, 2007). Cada encontro social com novas pessoas em diferentes instituições implica em “novos

armários cujas leis características de óptica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição” (Sedgwick, 2007, p. 4). Isto é, a depender do lugar e meio social em que se está, por questões de segurança, é necessário elaborar estratégias de enfrentamento à discriminação e violência, e o armário se configura como uma delas.

Ao escrever esse trecho, me lembrei de um amigo homossexual que me confidenciou que, em determinados lugares onde não estava plenamente confortável, ele engrossava a voz e agia de uma forma que a sociedade interpreta como “ máscula”, heterossexual. Mas, caso estivesse com pessoas de confiança e que sabiam de sua orientação sexual, ele se sentia confortável a ser quem ele é, ou seja, a sair do armário. O mesmo vale para mim, a depender de qual grupo social estou, sob qualquer ameaça à minha segurança e/ou integridade física e emocional, tendo a omitir minhas vivências e evitar assuntos que levem para perguntas relacionadas às minhas relações afetivo-sexuais, como a clássica “e os namoradinhos?!”. É literalmente uma personalidade e uma vida dupla, como afirmado por Rich (2019), uma dentro do armário e outra fora. Diante desse cenário, é possível concluir que a saída do armário, geralmente, acontece “a partir da criação de sentimentos de pertença com determinados grupos sociais, os quais são capazes de elaborar sentidos e significados positivos à experiência da homossexualidade” (Prado; Machado, 2008, p. 77).

Neste sentido, muitas vezes, as famílias, principalmente as conservadoras e tradicionais, operam como uma “instituição de vigilância, encarregada de detectar os desvios e elaborar meios de corrigi-los” (Braga; Ribeiro; Caetano, 2022, p. 21). No caso das lésbicas, a instituição familiar atua reiterando comportamentos heteronormativos que ditam aquilo que é de menina e, neste sentido, roupas, brincadeiras, jeito de falar, andar e agir são regulados e fiscalizados. Não por acaso, segundo a pesquisa *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil* (2011), um dos principais grupos discriminadores é o círculo familiar, afinal, “são essas pessoas que têm o ‘poder’ de infligir violência psicológica e moral” (Seffner, 2011, p. 49), uma vez que, com frequência, a opinião e o acolhimento (ou falta de) delas é o que mais importa. De acordo com a pesquisa, 57% das lésbicas entrevistadas contaram ter sofrido preconceito de familiares (contando pais e outros), o que demonstra como até e, principalmente, os círculos mais íntimos podem ser cerceadores dos direitos e opressores das lésbicas por sua orientação sexual.

4. Jornalismo, trolls e machosfera

Neste capítulo, discutiremos alguns conceitos-base necessários para compreender como a dominação masculina e o ódio às mulheres lésbicas se fazem presentes e se manifestam em diversas territorialidades, neste caso, nas digitais. Partindo desse ponto, nada mais justo que iniciar essa discussão debatendo a respeito das mudanças que a internet trouxe ao jornalismo. Uma das principais é referente à divulgação dos conteúdos jornalísticos nas redes sociais, que funcionam como “cartões de visitas”, portas de ingresso às páginas dos veículos jornalísticos (Borges; Loures; Borges, 2021). Para Borges, Loures e Borges (2021), a principal função das redes sociais em relação aos veículos jornalísticos é atuar como um “canal oficial de compartilhamento das notícias publicadas nos portais” (p. 9), de forma que os leitores não precisam acessar o site diretamente para receberem as informações.

Neste sentido, Ferreira, Montardo e Valiati (2024) acrescentam que esse movimento de inserção dos jornais nas redes sociais visa o fortalecimento dos veículos e configura-se como uma estratégia para facilitar o acesso às notícias a todo momento por meio de smartphones. Como consequência, leitoras e leitores, cada vez mais, buscam por notícias e informações nas redes sociais digitais.

Além disso, de acordo com as autoras, mesmo que um veículo seja independente de plataformas digitais, ele sofre pressão para fazer parte desse ambiente, especialmente em razão de três aspectos: 1) as versões digitais dos jornais têm sido mais assinadas; 2) o meio virtual facilita encontrar e acompanhar diversas notícias simultaneamente; 3) o monitoramento do consumo dos produtos jornalísticos é facilitado quando feito por meio das plataformas digitais (Ferreira; Montardo; Valiati, 2024).

É crescente e visível a dependência do jornalismo de plataformas como Facebook, Instagram, X/Twitter, TikTok, para reter ou atrair um público que cada vez menos procura por notícias, mas quer encontrá-las, em um processo de ubiquitinação do jornalismo. Poell, Nieborg e Djick (2020) apontam que as plataformas dataficam praticamente todas as instâncias de interação humana, incluindo o jornalismo: dados de mídias sociais são utilizados por muitas organizações jornalísticas para a tomada de decisões editoriais e para estratégias de distribuição de conteúdo. O jornalismo vive, assim, um processo de plataformização, em que “práticas e imaginações sociais são organizadas em torno de plataformas” (Poell, Nieborg, Djick, 2020, p. 5).

A maior participação do público também é bastante característica nas publicações das redes sociais digitais referentes às notícias (John; Costa; Caminada, 2018). Embora fosse possível a participação do público nos processos jornalísticos antes do advento da internet, essa interação era “mais tímida ou menos visível” (John; Costa; Caminada, 2018, p. 2), por meio de ligações e envios de cartas. Atualmente, em contrapartida, devido à circulação rápida e ampla que a internet proporcionou (Castells, 2003), o público consegue consumir narrativas, curtir, compartilhar e comentar em notícias publicadas em sites e redes sociais digitais (John; Costa; Caminada, 2018).

Apoiados em Shirky (2011), os autores discorrem que ao “se conectarem, trocarem experiências, expectativas e opiniões sobre aquilo que consomem” (John, Costa, Caminada, 2018, p. 2), as pessoas deixam de compor uma audiência individual e passiva e passam a constituir uma coletiva e participativa. Silva e Mattos (2018), também reiteram esse argumento ao dizerem que “a interatividade nos meios digitais possibilita que o usuário interaja com a informação que foi transmitida a ele, a mensagem é encaminhada e o receptor a partir desse fator cria diálogos, debates e surgem ideias a ser discutidas” (p. 4). Nessa perspectiva, é possível notar como o jornalismo se reinventa e se modifica a todo instante de acordo com as tecnologias de informação (Silva; Mattos, 2018) e tendo a interatividade como uma das principais marcas contemporâneas.

Nessa perspectiva, como forma de disponibilizar um ciberespaço aberto à discussão e participação do público no jornalismo, os comentários online são bastante utilizados pelos portais de notícias nas redes sociais (John, Costa, Caminada, 2018). De acordo com Raquel Recuero (2009), no que diz respeito à interação entre os receptores da informação, a falta de conhecimento anterior à identidade e personalidade do outro ator social participante da discussão é uma das particularidades intrínsecas do meio digital, uma vez que “não há pistas da linguagem não verbal e da interpretação do contexto da interação. É tudo construído pela

mediação do computador” (Recuero, 2009, p. 31). Uma outra característica destacada por Recuero (2009), por sua vez, refere-se à capacidade virtual de manter as interações no ciberespaço mesmo após a saída dos atores, permitindo, assim, a manutenção dos laços sociais estabelecidos no espaço off-line.

Isto é, o espaço online deu ao jornalismo novas propriedades e dinâmicas de conexões, conversas e debates, em que os participantes não precisam estar conectados simultaneamente para continuar o diálogo. Recuero (2009) acrescenta que a “rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais)” (p. 22). Dessa forma, é possível perceber que a rede é um território amplo, que abrange as mais variadas interações e, conseqüentemente, indivíduos com os mais diversos interesses, intenções, sentimentos e tendências.

Nesta perspectiva, devido a tal multiplicidade de perfis, ao mesmo tempo em que a internet alavancou o acesso à informação, criou um novo espaço em que os homens conseguem propagar seu ódio a meninas e mulheres, agora também por meio da violência cibernética (Gomes Barbosa, Barbosa, 2020, p. 9). Donna Zuckerberg (2018) reitera esse argumento ao afirmar que “as mídias sociais levaram a uma democratização sem precedentes da informação, mas também criaram oportunidades para homens com ideias antifeministas transmitirem seus pontos de vista [...] e espalharem teorias da conspiração, mentiras e desinformação” (p. 3, apud Barbosa). A prova disso são os resultados apontados pela Plan International, que a partir de uma pesquisa mundial, revelou que 58% das meninas e mulheres entre 15 e 25 anos já sofreram algum tipo de assédio nas redes sociais. No Brasil, a porcentagem sobe para 77% (Valente, 2015).

Uma das razões desses resultados é devido à presença de “grupos de audiência que gastam suas energias em expressar opiniões negativas e críticas jocosas sobre os conteúdos midiáticos” (Pessotto, Toledo, 2014, p. 87). O primeiro deles, os *haters* – também conhecidos pela expressão “haters gonna hate” (odiadores odiarão) – são grupos que pregam o ódio a qualquer mínima manifestação de algo que lhes desagrade e, por isso, no ambiente virtual, mantêm uma “relação de proximidade com o texto que ‘odeiam’, consumindo-o para poder ter conhecimento detalhado de tudo que parece desagradá-lo no texto em questão” (Pessotto; Toledo, 2014, p. 87). “São sujeitos que não estão abertos ao debate/diálogo construtivo, eles fazem apenas críticas negativas ao outro [...] o hater quer ser temido e ouvido, e com o surgimento dos sites de redes sociais, ele ganhou voz e visibilidade” (Amaral, Coimbra, 2015, p. 4). Partindo desse ponto, Amaral e Coimbra (2015), afirmam que os *haters* desejam ser influentes, para, assim, tornarem-se uma classe dominante na rede.

Ainda de acordo com as autoras, os *haters* “atuam diretamente na deterioração da reputação de suas vítimas, muitas vezes, compartilhando informações falsas e preconceituosas” (Amaral; Coimbra, 2015, p. 7) com o objetivo de desacreditar/inferiorizar e/ou violentar as vítimas em questão. A presença dos *haters* nos sites de redes sociais está relacionada à quebra de expectativa e falta de identificação com as vítimas em questão, uma vez que, por não compor o mesmo grupo social, para eles, devem ser discriminadas e inferiorizadas (Amaral; Coimbra, 2015)

Nessa perspectiva, os trolls – também como um grupo com intenções similares – por sua vez, utilizam a internet para propagar comentários maldosos e sistêmicos (Barbosa, 2020), aproveitam da possibilidade de anonimato do cibermeio (que permite o uso de pseudônimo ou identidade falsa) para ameaçar, ridicularizar e atingir pessoas por meio de ofensas e discursos intolerantes sem que sejam identificados e punidos. Para Zago (2012), o troll é um “indivíduo que perturba o bom andamento de uma comunidade virtual através da postagem de mensagens negativas ou fora de contexto” (p. 151). A autora complementa que o comportamento costumeiro de um troll envolve postar uma mensagem, geralmente em resposta a uma questão, buscando chatear, insultar ou perturbar algum grupo (Zago, 2012). Segundo ela, o termo surgiu da expressão “trolling for suckers”, que significa “lançando a isca para os trouxas”.

Diante desse cenário, é possível notar que *haters* e trolls dedicam-se, de diversas formas (que detalharemos mais à frente) a tumultuar, insultar e proferir discursos de ódio nas redes. Aqui, tomaremos como definição de discurso de ódio o conceito de Jeremy Waldron, defendido por Mariana Valente em *Misoginia na Internet* (2023). Nas palavras da autora:

O cerne convergente do discurso de ódio está no uso de palavras deliberadamente abusivas, insultantes, ameaçadoras ou inferiorizantes direcionadas a membros de minorias vulneráveis, com o objetivo de instigar o ódio contra essas pessoas. As palavras até podem ser dirigidas a uma pessoa em particular, mas passam a ser consideradas discurso de ódio quando o alvo é um grupo subalternizado ao qual essa pessoa pertence (Valente, 2023, p. 119).

Escobar (2019) compartilha do mesmo ponto de vista. De acordo com a autora, “o objetivo dos praticantes do discurso de ódio é o conflito social de forma gratuita” (p. 41), que, embora, muitas vezes, pareça direcionado a um indivíduo em específico, na verdade, é a “manifestação de um ódio social canalizado para todo um grupo, numa clara exteriorização

de repúdio e aversão a este” (p. 41). Conforme Escobar (2019), as minorias, sejam elas culturais, religiosas, raciais ou de pessoas LGBTQIAPN+ constituem-se como alvos frequentes “daqueles que se enxergam como superiores, desprezando e discriminando os que, em sua visão, são seres mais fracos” (p. 28). Não à toa, um dos significados atribuídos à palavra “ódio” no dicionário online Aurélio é “aversão instintiva direcionada a; antipatia, repugnância”.

Sobre as definições de ódio, também é importante pontuar suas distinções. Valente (2023) traz uma fala bastante marcante de Fabiana Benedito ao dar uma entrevista para o Internetlab em 2021. De acordo com Benedito, integrante do Coletivo de Comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres, o ódio como componente do discurso intolerante diz respeito a um “ódio direcionado, principalmente, para as mulheres, pessoas negras e pessoas LGBTQIAPN+” (Valente, 2023, p. 124) e, por isso, é essencial nomear tais discriminações específicas. Dizer é machismo, é racismo, é homofobia, é transfobia e etc. é um movimento importante não só para universalizar e identificar tais termos de forma ágil e eficaz, mas como forma de enfrentamento às violências direcionadas aos respectivos grupos.

Mas, antes de discorrer mais a fundo sobre as manifestações preconceituosas dos trolls, é necessário pontuar mais precisamente a respeito de quem são. Isso porque, apesar dos trolls pregarem o mesmo fundamento de ódio às mulheres, dentro do masculinismo – movimento que baseia-se no entendimento de que a sociedade é injusta com homens cis heterossexuais brancos e privilegia as mulheres (Zuckeberg, 2018, p. 1) – são divididos de acordo com algumas especificidades. Os Pick-up Artists (ou Artistas da Sedução em português), por exemplo, ensinam práticas de como conquistar mulheres, partindo da ideia de que são inferiores e objetos a serem conquistados (Valente, 2023, p. 105). Os MGTOW (men going their own way, ou homens seguindo seu próprio caminho), por sua vez, acreditam que as mulheres são prejudiciais a eles e, por isso, devem romper qualquer relação com o gênero considerado feminino e “seguir seu caminho” sob a perspectiva de um certo “separatismo masculino” (Higídio, 2023, p. 11). Já os Red Pill (ou pílula vermelha), recebem essa nomenclatura devido à uma associação ao filme *Matrix*, em que a pílula vermelha significa conhecer a verdade (Higídio, 2023). Fora da ficção, tal verdade seria a de que a sociedade é ginocêntrica (centralizada na figura feminina) e os reais discriminados e desfavorecidos no contexto social são os homens (Hidígio, 2023). Ainda, há os incels, conhecidos como “celibatários involuntários”, que alegam ser rejeitados pelas mulheres por não estarem dentro do padrão estético desejado (Valente, 2023) e, por isso, as odeiam e as punem – dentro e fora

do meio virtual. Para eles, a ideia de dominação masculina é construída socialmente para garantir e manter a opressão supostamente sofrida pelos homens (Barbosa, 2020).

Todos esses grupos compõem a chamada “manosfera”, que, segundo Valente (2023), é a “a junção da palavra “man” (homem, em inglês) com o sufixo “sphere” (esfera, do grego “sfaira”, também usado em palavras como atmosfera e biosfera), que passa a ideia de um local onde tais homens se concentram” (p. 62). O posicionamento dos integrantes desse grupo gira em torno de se colocar como vítima de uma sociedade que os marginaliza sistematicamente (Vilaça, D’Andrea, 2021). Segundo Vilaça e D’Andréa (2021), na manosfera, as mulheres são pensadas como “fúteis e inalcançáveis ou insubmissas e feministas” (p. 25), comumente chamadas de “bostalheres” ou “merdalheres”. Assim como na sociedade em geral, nesses grupos masculinistas, quanto mais abaixo na “hierarquia de privilégios” essas mulheres estiverem (se forem negras, gordas, periféricas e/ou tiverem uma orientação sexual distinta da heteronormativa, por exemplo), são ainda mais atacadas. O grupo LGBTQIAPN+ também é inferiorizado e colocado como “escória” social, é visto como uma ameaça à hegemonia patriarcal e heterocentrada (Vilaça, D’ Andréa, 2021). Isso veremos mais a fundo no próximo capítulo, onde analisaremos a presença dos trolls em comentários de uma publicação no Instagram sobre mulheres lésbicas.

A manosfera “se organiza em torno ‘do movimento de direitos dos homens’ e dos anti-feminismos” (Vilaça, D’ Andréa, 2021, p. 5). Segundo Lola Aronovich, autora do blog feminista *Escreva Lola, Escreva* e uma das maiores vítimas do ódio dos trolls, “masculinistas costumam ser extremamente conservadores em todas as outras áreas da vida. Quase sempre são de direita politicamente, e radicalmente contra a legalização do aborto” (2011, s.p). A blogueira detalha, ainda, sobre a idealização da “mulher perfeita” na visão dos masculinistas:

Pra eles, mulher não gosta de sexo, só atura (mas o que gosta mesmo é de dinheiro), e regula a oferta para dessa forma controlar os homens. Ao mesmo tempo que os masculinistas — ninguém disse que precisam ser coerentes — detestam essa mulher reguladora, também odeiam mulheres “rodadas” (que já fizeram sexo). Às vezes fixam limites de parceiros sexuais que a moça pode ter tido antes de casar (um? Dois? Nenhum? Não há consenso) sem ser considerada uma vadia. Mães com filhos, então, devem ser evitadas a qualquer custo porque 1) são a prova viva de que não são virgens, e 2) o filho não é do machão, e você vai sustentar filho de outro? Seja homi, rapaz! (Aronovich, 2011, p. 1)

Zuckerberg (2018), neste sentido, acrescenta que, na manosfera, o patriarcado ideal “baseia-se fortemente em modelos antigos de casamento e família para promover um mundo

em que as mulheres não têm poder de decisão fora [e nem dentro] de casa” (p. 8, apud Gomes Barbosa e Barbosa). Além disso, “para que possam sustentar e defender suas ideias, os masculinistas se unem em ambientes virtuais para responderem ou comentarem sistematicamente” (Gomes Barbosa, Barbosa, 2021, p. 11). Wilma Maria Pereira (2020) explica que, muitas vezes, os argumentos construídos pelos comentaristas indicam que eles desejam sustentar os seus pontos de vista apenas baseados em desqualificar os supostos adversários.

Diante desse cenário, desqualificar e insultar os indivíduos diversos que compõem a sociedade é uma estratégia utilizada também para conseguir visibilidade, aprovação e reputação (Recuero, 2019). Recuero (2019) discorre que a construção da reputação nas redes sociais é relacionada às “impressões que os demais autores têm de outro ator” (p. 108) e, nesse contexto, a reputação de alguém é uma “consequência de todas as impressões dadas e emitidas deste indivíduo” (Recuero, 2019, p. 108). Pereira (2020) também reitera esse argumento ao afirmar que “os interagentes agem não só para atacar as faces alheias, mas também buscam manter uma imagem positiva perante os demais” (p. 42). Isso porque, segundo a autora, a construção da reputação e consequente aproximação entre usuários aliados – que pensam sob a mesma perspectiva discriminatória – colabora para a potencialização e força do movimento masculinista, uma vez que, assim, os autores de comentários maldosos encontram semelhantes que podem alavancar a disseminação do ódio nas redes por meio de metáforas pejorativas e xingamentos (Pereira, 2020). Além disso, encontram “a ‘proteção’ necessária para que se sintam livres para a prática ofensiva, sem a possibilidade de serem contra-atacados” (Pereira, 2020, p. 42). Neste sentido, Amaral e Coimbra (2015) propõem uma reflexão sobre o porquê de os haters incitarem o ódio nas redes sociais, e a resposta a que chegam é a seguinte: eles ganham “capital social, como visibilidade, popularidade, reputação e influência” (p. 4).

Os chans, fóruns virtuais de discussão, também são espaços muito utilizados pelos “mascus” (Aronovich, 2011), uma vez que, graças ao anonimato garantido aos usuários, tornam-se lugares propícios à concentração de conteúdos com discursos de ódio, preconceitos e ameaças (Higídio, 2023). Isso porque, nos chans, não há necessidade de “fornecer qualquer dado pessoal. As fotos de perfil nunca correspondem a retratos verdadeiros dos usuários [...] Não há controle ou filtragem das postagens e não é possível identificar os autores, o que dificulta medidas de responsabilização por eventuais danos” (Higídio, 2023, p. 21). Por isso, apesar dos chans abrigarem outros usuários além dos membros da manosphere, os masculinistas se aproveitam da possibilidade de esconder sua identidade para propagar

LGBTfobia, misoginiam racismo, capacitismo, apologia à violência e a diversos outros crimes — incluindo terrorismo — e até mesmo neonazismo (Higídio, 2023). Nessa perspectiva, Gomes Barbosa e Barbosa (2021), acrescentam que tais discursos preconceituosos são consequências da ideia de supremacia masculina, a qual vê o outro como contrário, anormal ou inferior.

Como consequência, são muitas as expressões utilizadas por haters e trolls para se referir e diminuir/violentar mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+: “escória da humanidade”, “dejeto da sociedade”, “excremento” e “vadia” (um dos preferidos dos ‘mascus’) são alguns exemplos frequentes. O termo vadia, em específico, significa uma crítica às mulheres que romperam com a ideia de “recato feminino” imposta a elas como grupo social (Amaral; Coimbra, 2015). Lola Aronovich, no texto *Como não conquistar mulheres* (2011), faz um questionamento sobre o significado da palavra. “O que é uma vadia? Se você responder com o típico ‘é uma mulher que não se dá o respeito’, aproveite e defina o que é ‘se dar o respeito’. Há como chamar uma mulher de vadia sem estar recriminando sua vida sexual? Há como isso *não* ser machista?” Neste sentido, Bailey Poland (2016), pontua sobre a razão de tanto julgamento e violência de gênero no meio virtual:

A decisão de atacar mulheres através de assédios online, abusivos e baseados nas questões de gênero raramente é aleatória ou espontânea. Embora ações individuais possam não ser impelidas por um objetivo que não seja discordar de uma mulher e querer colocá-la em seu lugar, por assim dizer, a decisão de se envolver em assédios obviamente sexistas para alcançar tais fins indica como os cibersexistas acreditam que a internet deveria funcionar. De muitas maneiras, atividades destinadas a construir e reforçar a dominação masculina online são realizadas a fim de recriar padrões de dominação que existem offline. Nos espaços offline, o sexismo ocorre de várias maneiras, desde exemplos óbvios de controle financeiro e político à violência, incluindo fatores quase invisíveis, como policiar as maneiras pelas quais as mulheres falam (Poland, 2016, p. 5).

Valente (2023) reforça o mesmo argumento ao afirmar sobre a necessidade de reconhecer a existência do “continuum on-line/off-line” (p. 22). Isso porque, as ideias misóginas pré-concebidas no meio social de que mulheres são inferiores e, por isso, devem ser desprezadas e odiadas, constituem e reverberam no ambiente online, e vice-versa, fazendo com que, agora, a violência contra a mulher seja presente em mais um espaço – a internet (Barbosa, 2020). Nesse contexto, Valente (2023), acrescenta a ideia de Suzie Dunn sobre a violência de gênero ser facilitada por tecnologias digitais, uma vez que, seguindo esse conceito, é possível “marcar o continuum com formas de violência existentes anteriormente” (p. 28) e incluir outras formas possibilitadas pelas tecnologias digitais. A tecnologia digital

facilita e potencializa a ocorrência de diversos crimes, como ataques de haters em comentários de blogs e sites de notícia, difamação, ameaça, discurso de ódio e exposição de imagens íntimas ou informações privadas (doxxing) (Valente, 2023).

É nessa perspectiva que Felipe Viero Kolinski Machado e Christian Gonzatti (2019), assim como discorremos anteriormente, pontuam que “apesar também de consistir um espaço de resistência e de fomento à diversidade, as redes digitais, igualmente, operam como um corpo condutor de discursos de ódio (potencializados via espalhamento) e de ideais fascistas” (p. 400). Partindo disso, segundo o relatório *Violências de gênero na internet: diagnóstico, soluções e desafios* (2017), banalizar as manifestações de violência na internet sob a falsa crença de que elas começam e terminam no digital, é a primeira maneira de maquiagem e diminuir a real gravidade do problema de misoginia na internet. Por isso, a ideia do “continuum online/off-line” (Valente, 2023) cabe perfeitamente aqui, visto que as violências podem ser produzidas e reproduzidas por diversos meios, transitar entre um ambiente e outro, passando por eles cada vez mais indiferenciáveis (Valente, 2023).

Infelizmente, exemplos não faltam para comprovar essa ligação entre a violência online e offline. Em 2011, Wellington Menezes, de 23 anos, invadiu a escola Tasso da Silveira, localizada no bairro Realengo (RG) e matou 12 pessoas; 10 eram meninas, com idade entre 13 e 15 anos. Segundo uma matéria da *BBC News* (2021), o feminicida era ex-aluno da escola e mirava diretamente na “cabeça das meninas que ele considerava bonitas” (Bernardo, 2021, s.p), uma vez que se ressentia por ter sido rejeitado e sofrido *bullying* na época da escola. Wellington participava de fóruns masculinistas e, em vídeos, chamava mulheres de seres impuros. Após o ataque, o feminicida se matou depois de ter sido baleado na perna, e passou a ser tratado como um herói, “um sancto” nos espaços da manosphere. Nesse contexto, é possível perceber que, dentro das subdivisões de trolls, Wellington era um incel, isto é, um celibatário involuntário, que odiava mulheres por supostamente ter sido rejeitado.

Três anos depois, em 2014, outro caso se construiu de forma semelhante na comunidade de Isla Vista, próximo à Universidade da Califórnia. De acordo com uma matéria publicada no portal de notícias *G1* (2014), Elliot Rodger, que, na época, tinha 22 anos, matou seis pessoas e tinha como motivação do crime o ódio às mulheres e a rejeição que sofria por elas. “Antes da matança, Rodger publicou um vídeo no YouTube, de cerca de 7 minutos, no qual anunciou que teria sua vingança contra a humanidade” (G1). Nesse mesmo vídeo, o assassino relatou sua fúria por ter 22 anos e nunca ter beijado uma garota, embora, segundo o próprio, ele era o “cara perfeito” e o “cavalheiro supremo”. No outro dia, após concluir seu

plano e matar seis estudantes, Rodger se suicidou. Assim como Wellington, Elliot foi cultuado por grupos masculinistas como herói, por exemplo, no Dogolachan (do qual falaremos mais à frente). Diante desse cenário, Lola Aronovich (2022) diz que sempre que algum membro da manosphere fala em suicídio, escutam o coro de seus parceiros “Leve a escória junto” (p. 7). Em outras palavras, “não se mate ainda. Antes vá numa palestra feminista, numa Marcha das Vadias, numa Parada do Orgulho Gay, numa Marcha das Mulheres Negras, e abra fogo. Só então se mate ou seja morto pela polícia, e torne-se um herói” (Aronovich, 2022, p. 7).

E por falar em Lola Aronovich, não há como falar de violência de gênero na internet sem contar sua história. Em 2008, Dolores Aronovich (mais conhecida como Lola), deu início ao seu blog *Escreva Lola, Escreva*, no qual ela publica conteúdos relacionados ao feminismo e suas lutas. Segundo Lola, desde o início, o “blog chamou atenção dos masculinistas, que a viam como representante do feminismo” (Aronovich, 2022, p. 5). No artigo *A trajetória e resistência do Escreva Lola Escreva* (2022), a professora discorre que, sequer antes de saber da existência dos masculinistas, eles já a atacavam “em suas comunidades e fóruns” e a xingavam com “os mesmos adjetivos que foram usados contra as sufragistas no século 19 (mal-amada, mocreia, gorda, lésbica etc.)” (Aronovich, 2022, p. 5). Aqui, é importante ressaltar que os haters e trolls desejaram atribuir um caráter pejorativo às palavras gorda e lésbica, mas, como bem pontua Lola, não passam de adjetivos (mas que também são importantes como formas de autoidentificação).

Em 2011, Lola escreveu o post “O pensamento vivo (modo de dizer) dos masculinistas”, que gerou tanta indignação nos masculinistas a ponto de Lola reunir os comentários em outro post, nomeado “Troll fest de lógica linear dos mascus” (Aronovich, 2022, p. 5). Foi aí que surgiu o termo “mascus, uma abreviação”, mas que se tornou tão pejorativo a ponto de os próprios mascus não quererem ser chamados de ‘mascu’ (Aronovich, 2022, p. 5). A partir daí, Lola começou a receber ódio e ameaças de forma mais incisiva, tanto em comentários, como em outros blogs, como no *Silvio Koerich*, em que além dos masculinistas defenderem “a legalização do estupro, principalmente do estupro corretivo para lésbicas, o assassinato de mulheres, negros e gays, e a legalização da pedofilia” (Aronovich, 2022, p. 6), ofereciam dinheiro a quem conseguisse estuprar e matar Lola.

Na 1º vez que li sobre o blog *Silvio Koerich*, pesquisei-o para ver o que encontrava. Imaginei que fosse encontrar somente links de matérias que explicassem o que o blog foi, mas o encontrei ativo. Nele, há conteúdos anti-feministas, que incitam o ódio às mulheres e que colocam o homem, especialmente o que não corresponde ao padrão estético de beleza,

como vítima da sociedade atual. Alguns dos conteúdos do blog são, na verdade, arquivos dos textos de “Silvio” (um pseudônimo que representa o símbolo de um dos masculinistas mais prestigiados), mas que são republicados por outros membros da manosphere que alimentam o blog. Outros, são feitos por eles mesmos. Não à toa, uma das últimas publicações que encontrei foi feita no dia 09/08/2024 e se refere ao “bizarro fenômeno do lesbianismo”:

Bom dia, rapaziada. Com frequência muito alta tenho observado o fenômeno das mulheres que se tornam lésbicas. A situação é tão comum que me parece que mais de 50% das mulheres com ensino superior já tiveram algum relacionamento homossexual. Hoje pela manhã no trabalho fiquei chocado com um evento: uma mulher que fez faculdade comigo, que era mentalmente estável e aparência normal, terminou o casamento e 6 meses depois, decidiu "namorar" outra mulher. Na firma, uma secretária que era criadora de gatos, passou a se injetar anabolizantes e apareceu com uma tatuagem de arco-íris no mês passado. Que bizarrice está acontecendo nesses últimos 10 anos? (Vincent, 2024, s.p)

Isto é, o usuário escondido sob o codinome “Vincent” afirma que mulheres lésbicas não são “mentalmente estáveis nem têm uma aparência normal”. Os outros conteúdos seguem todos essa linha: mulheres são inferiorizadas, violentadas, vistas como menos humanas e dignas de toda a revolta masculinista. Quanto mais a mulher estiver afastada do perfil de “mulher ideal” no sistema patriarcal, ou seja, branca, jovem, magra, cis, heterossexual, cristã, esposa exclusivamente dedicada aos filhos, marido e ao lar, mais ela é alvo. O texto “Nove mulheres que você deve evitar para relacionamento sério”, publicado em 7 de agosto de 2023, por exemplo, traz tópicos que evidenciam esse argumento, como o “Mulher que fuma é promíscua”. Todos são horríveis, misóginos e absurdos, mas dois dos tópicos me deixaram ainda mais atordoada. O primeiro, “Tatuagem é carimbo de puta”, diz que:

“Mulher que usa tatoo na maioria são promíscuas E/OU manipuladoras perigosas E/OU não têm forte arcabouço moral. Principalmente tome cuidado com aquelas tatuagens em cima da bunda nas costas ("tramp stamp"), esse tipo de mulher não tem moral forte e noção do que é certo e errado, assim num relacionamento ela vai te destruir porque ela vai fazer absurdos e ainda te culpar por reclamar. Outro tipo de tatuagem perigosa são as que ficam no pé ou na nuca. Esse tipo de mulher é absurdamente egocêntrica e jogadora emocional pois mulher que venera os pés dela ou são dominadoras e propensas a libertinagem. Evite com força mulheres tatuadas, são imprestáveis pra relacionamento sério” (Koerich, 2015, s.p).

Isto é, para os masculinistas, mulheres tatuadas, além de serem mais propensas a trair, são imprestáveis, dominadoras e não servem para se relacionar. O segundo tópico a ser trazido como exemplo, por sua vez, é sobre “Mulher que faz sexo casual”:

TODA mulher que faz sexo casual, ou seja, faz sexo fora de um relacionamento, é perigo pra namorar. É muito importante que tu saibas se uma mulher já fez sexo casual. Se sim, perigo a vista. Mulher que faz sexo casual tem maior probabilidade de ser infiel num relacionamento do que uma que não faz. Mulheres que sentem nojo de sexo casual ou o evitam costumam ser aquelas que ESPERAM namorar ou só conseguem dar com envolvimento emocional. Essas se dedicam mais numa relação e tem menor capacidade de trair fora da relação pois ao esperarem mais por alguém, investem mais na relação e não só isso, a possibilidade de traição se torna mais distante exatamente por detestarem sexo casual. Isso é lógico e claro mas a moda hoje em dia é venerar promíscuas e fechar os olhos pro passado da mulher (Koerich, 2015)

Segundo o autor do texto, mulheres que fazem sexo fora de um relacionamento não investem na relação (o que, para eles, é terrível, já que o correto é que as mulheres os venerem e vivam suas vidas em busca de um relacionamento amoroso heterossexual) e não são dignas de respeito. Nos comentários, os trolls interagem, acrescentam tópicos ao texto e dão seu feedback positivo em relação ao conteúdo: “5 Estrelas, um verdadeiro clássico da real. O antigo e verdadeiro Silvio Koerich, foi um visionário e a frente do seu tempo, seus textos continuam atuais e com uma rajada de real que só o Silvio trazia” (Ronaldo, 2015).

O usuário “Roland Deschain” (2015), ainda, escreve: “Li algo sobre mulheres que devem ser evitadas pela profissão que têm. Uma delas é a corretora de imóveis, já que, se ela precisar vender um um e tiver de dar o rabo pra isso, não hesitaria. Não lembro do resto da lista, mas se não me engano também constava advogadas. Nem imagino por que...” (s.p).

Além disso, outro ponto que me surpreendeu, é a grande organização de conteúdos no blog e capacidade de monitoramento de visualizações, interações e número de pessoas online. Logo na primeira página, há os registros de movimentações nos textos do blog, com dados que atualizam, a todo momento, quem e o que comentou no conteúdo. Ainda, na parte inferior da página, como mostrado pela FIG 1, está o controle dos usuários ativos no momento, separados em “membros, invisíveis e visitantes”.

Figura 1: captura de tela de uma tabela do blog *Silvio Koerich*

Estatísticas do fórum	
Quem está Online [Lista Completa]	
808 usuários ativos agora (37 membros, dos quais 9 são invisíveis, e 766 visitantes).	
Google, Bing, Applebot, Yandex, Facebook, A6M Zero , Awaken , Bastardo , Belmont, Berzerk , Bkdomal, Darien Gordon, Doutor Pregos, eremita_urbano, FapfLima, Fernando_R1 , halt7, J3omberman, Josey Wales , kidesgraca, Lee , Libre , Luiz, Minerim , negev, Odin, padawan, Rapaz Iniciante, rubonebr, Sigma2001, twitch, Wesley de Mileto, Zé cowboy	
Estatísticas do fórum	

Nossos membros postaram um total de 95,020 mensagens em 4,650 tópicos.

Nós atualmente temos 3,248 membros registrados.

Por favor, recebam nosso mais novo Realista, [Mangina Pill](#)

Fonte: blog do Silvio Koerich

O *Machismo Esclarecido*, outro blog semelhante, deixa claro o objetivo do site: ensinar “a recobrar tua masculinidade perdida por anos de doutrinação ridícula feminina de ser um bundão frouxo”, além de mostrar como liderar “seus relacionamentos de forma máscula e dominadora [...] e também combater o feminismo e essa cultura anti-homem, anti-honra, anti-virilidade” (Koerich, 2012, s.p). Um dos conteúdos mais abordados é sobre o contraste entre a pureza e ingenuidade do homem e a promiscuidade e dominação planejada da mulher. Isso fica nítido, por exemplo, no trecho: “As mulheres entram nos relacionamentos para dominar, submeter e testar constantemente o homem [...] Para ele, o relacionamento é um ambiente de tranquilidade e refúgio, pra mulher é uma arena de dominação, testes, exigências e jogos mentais horripilantes” (Koerich, 2012, s.p).

Neste mesmo texto, o autor afirma que seguindo seus passos sobre como lidar com as mulheres, os homens vão “afinar suas técnicas de defesa emocional nos seus relacionamentos, vencer a arena de jogos mentais cruéis femininos e submetê-las a sua liderança honrada de MACHO dominante viril” (Koerich, 2012). Como iremos mostrar na FIG 2, as mulheres são vistas como as responsáveis pelo sofrimento dos homens rejeitados:

Figura 2: captura de tela do blog *Machismo Esclarecido*

O mercado sexual hoje



“Cara, eu sofri a vida inteira pra arranjar mulheres e esposas. Me casei e me fudi. Não tenho dinheiro pra nada. Sexo é uma merda, ruim, pouco e fresco. Ela pode levar meus bens que eu construí, meus filhos, casa, carro mesmo me traindo ou me agredindo fisicamente. Socorro!” – Depoimento de Mangina Boy, homem desesperado casado com uma mulher moderna

Fonte: blog *Machismo Esclarecido*

Nesta perspectiva, os homens que acessam a verdade (red pills), são orientados pelo criminoso a violentá-las de diversas formas: “comer ela em ruas vazias, levar ela pra lugares fodas pra jantar e no outro dia sumir, aumentar o tom de voz quando ela fizer algo que tu não gostas e depois fazer sexo forte de reconciliação [...] agarrá-la pra ela sentir seu poderio e que ela seria destruída em uma briga” (Koerich, 2012). Diante desse cenário, é possível notar como, o tempo todo, nesse tipo de blog, a ideia reforçada é a de que as mulheres são “o mal” da sociedade, que não sabem amar e que se aproveitam da bondade dos homens, que, enquanto isso, desejam apenas amá-las, mas são sempre rejeitados.

É justamente esse tipo de pensamento que influencia e oferece respaldo aos incels (celibatários involuntários), que, após encontrarem, em blogs, fóruns e chans, homens que pensam de forma similar, fortalecem a ideia de que são fracassados e, por isso, não só têm que se matar, como matar as responsáveis por tamanho sofrimento – as mulheres. A prova disso são os massacres anteriormente citados, motivados por misoginia e, infelizmente, ainda muito presentes na história do Brasil e do mundo.

Voltando ao caso de Lola, os autores do blog *Silvio Koerich* eram Marcelo Valle Silveira e Emerson Eduardo Rodrigues, que chegaram a ser presos na época, mas permaneceram na cadeia somente por um ano. Quando saíram, responsabilizaram Lola por terem sido presos e queriam vingança. Depois da prisão, Marcelo criou o seu próprio chan, o Dogolachan e, nele, havia conteúdos relacionados a ameaças de ataques terroristas e, mais especificamente, à Lola, além da valorização dos autores de massacres. Em 2016, a quadrilha do Dogolachan enviou ao reitor da UFC (universidade onde Lola trabalha) um e-mail que exigia sua demissão ou “passar uma semana recolhendo pedaços de corpos e enterrando centenas de mortos” (Aronovich, 2022, p. 8). Depois disso, a Polícia Federal começou a investigar Marcelo e, finalmente, em 2018, ele foi condenado a 41 anos de prisão, mas seu advogado conseguiu diminuir a pena para 11 anos.

Infelizmente, a prisão do líder não representou o fim do Dogolachan. Em 2018, um dos moderadores do chan, André Luiz Gil Garcia, de 29 anos, deixou uma mensagem no chan, dizendo que sua vida era miserável e que iria se matar. Na mesma noite, André abordou uma jovem que nunca tinha visto numa praça em Penápolis e atirou em sua nuca, depois se matou. A vítima era Luciana de Jesus Nascimento, de 27 anos, que morreu após ficar 20 dias

na UTI. Um ano depois disso, Lola continuava a sofrer ameaças, até que em 13 de março de 2019, ocorreu o Massacre de Suzano. Dois rapazes invadiram a Escola Estadual Raul Brasil e mataram cinco estudantes, a inspetora e diretora da escola, e se mataram em seguida. Lola reforça que, nesse massacre, não houve dúvida entre os jornalistas que foi um crime de ódio, visto que uma das frases mais ouvidas nas redações foi “A Lola avisou” e “A Lola vivia falando que isso iria acontecer”.

Nos anos seguintes, outros ataques ainda marcaram o Brasil, como o na cidade de Saudades, em 2021. Mas, em contrapartida, segundo Lola, a polícia passou a dar mais atenção para ataques cibernéticos, monitorar os chans e, como consequência, conseguiu evitar que muitos massacres acontecessem. Além disso, a deputada federal Luizianne Lins, ao investigar o caso de Lola e perceber a dificuldade de mulheres recorrerem a autoridades que as amparem em situações de violência de gênero cibernética, redigiu um projeto de lei que prevê que “quaisquer crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres” sejam investigados pela Polícia Federal (*Portal Catarinas*). O projeto foi sancionado em 2018 e nomeado como Lei Lola (nº 13.642/18).

Essa lei é extremamente importante para tentar solucionar a subnotificação dos casos de violência e, nesse caso, das violências online (que, como apontamos, está longe de se restringir a esse âmbito). Isso porque, de acordo com Valente (2023), nas Delegacias da Mulher, é muito comum o despreparo para conduzir investigações sobre atos cometidos online, o que faz com que as mulheres não sejam devidamente acolhidas e, muitas vezes, sejam transferidas de setor em setor (sem chegar a nenhuma resolução). Como consequência, ainda segundo a autora, frequentemente, os casos de violência cibernética contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ não são denunciados, nem chegam ao Judiciário. Uma das principais razões é o medo das vítimas de serem revitimizadas nas delegacias pelos policiais (Valente, 2023).

A Lei Carolina Dieckmann, nº 12.737/2012 também foi um marco contra a violência digital de gênero. Ela entrou em vigor depois que a atriz teve suas fotos íntimas divulgadas na internet após terem sido roubadas de seu email. A lei criminaliza a invasão informática, que consiste em:

Art. 154-A. Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou

tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita. Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

Aqui, é interessante pontuar a presença da violência cibernética contra mulheres que ocupam o espaço público, uma vez que “a ideologia dominante pressupõe que o espaço público pertence ao masculino, arquétipo do racional, e o espaço privado, ao feminino, emocional e íntimo” (Valente, 2023, p. 150) e, por isso, “mulheres que ocupam o espaço público encontram um desafio que se expressa em números — como a baixíssima representação feminina nos espaços políticos institucionais — e em violências relacionadas à misoginia” (Valente, 2023, p. 150). Valente (2023), ainda acrescenta que para “mulheres negras, indígenas e LBTQIAPN+, essas dificuldades são acrescidas e complexificadas pelas discriminações decorrentes dessas outras identidades” (p. 150).

A exemplo disso, temos o caso (e inúmeros outros) em que as parlamentares Daiana Santos, Rosa Amorim, Bella Gonçalves, Mônica Benício, Iza Lourença e Cida Falabella receberam ameaças de “estupro corretivo” em seus e-mails institucionais. Segundo uma matéria publicada no portal de notícias *O Globo* (2023), “o primeiro e-mail foi enviado a Bella Gonçalves no dia 8. Nesta primeira mensagem, o autor teria pedido para que ela renunciasse seu mandato e teria escrito: “Seremos breves: você é lésbica e por isso sua presença não será mais tolerada.” Depois, ainda de acordo com a matéria, Iza Lourença e Cida Gonçalves receberam ameaças de estupro corretivo como uma “terapia cognitiva para curar a lesbianidade”. Além disso, afirmou que iria até suas casas “para testar a prática” (Marzullo, 2023). A mensagem enviada à Rosa Amorim foi similar, mas com o agravante de que o criminoso afirmava saber seu endereço (Marzullo, 2023).

Em “*VOU FAZER VOCÊ GOSTAR DE HOMEM*”: casos de estupro e lesbianidades em registros policiais e produções jornalísticas (2024), Dayane Barretos, Joana Ziller e Kellen Xavier discorrem sobre a definição de estupro. Segundo as autoras, apoiadas no artigo 213 do Código Penal Brasileiro, o crime de estupro consiste em: “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (Barretos; Ziller; Xavier, 2024, p. 4). Ainda, acrescentam acerca do estupro corretivo, que, de acordo com o artigo 226, “ocorre quando há o intuito de controlar o comportamento social ou sexual da vítima” (Barretos, Ziller, Xavier, 2024, p. 4). Isto é, materializa-se como uma tentativa de correção ao que é dissidente, partindo da falsa ideia de que exercer tamanha violência e brutalidade fará com que a vítima se enquadre nos padrões hetero-cisnormativos (Rodrigues, 2021)

Na sociedade patriarcal, como discutimos, rejeitar o homem, o ser mais completo e representante do máximo prazer, é visto como aberração, como reforçou o autor do email às deputadas ao afirmar que o estupro corretivo é uma “terapia de eficácia comprovada que cura o homossexualismo (sic) feminino porque ser sapatão é ser uma aberração” (Barretos; Ziller; Xavier, 2024, p. 13). Desse modo, o estupro corretivo é utilizado como “meio de punição e correção, para que a mulher aprenda que não deve rejeitar sua forma natural” (Rodrigues, 2021, p. 23) de servir a figura masculina.

Diante desse cenário, é possível perceber que “os pactos masculinos que regem o patriarcado dispõem de uma grande capacidade de permeabilidade nos diversos tecidos sociais” (Gomes Barbosa; Barbosa, 2021, p. 3), e a internet é um deles, uma vez que, frequentemente, em ambientes digitais, nos deparamos com os retratos de um sistema misógino e LGBTfóbico, que anseia pela violência contra mulheres e a comunidade LGBTQIAPN+. A violência, aqui, configura-se “mais do que uma forma de demonstração de poder das masculinidades” [...] mas como um modo de retomada de algo que se tem como perdido” (Chagas, Mendonça, Azevêdo, 2020, p. 175). Escobar (2019) também reitera esse argumento ao afirmar que, em decorrência da mudança de comportamento das mulheres e consequente rejeição dos papéis de gênero que estavam bem definidos segundo à lógica patriarcal, os homens sentiram-se como se estivessem perdendo seu poder, e isso vai de encontro “ao estado natural das coisas” (Escobar, 2019, p. 45). Como consequência à ideia de perda (de poder, de posse), os masculinistas atuam sob a ideia de defesa, seja do orgulho, da família tradicional ou do patrimônio (Chagas, Mendonça, Azevêdo, 2020).

Nesse contexto, olhar para as novas cotidianidades de forma crítica faz-se cada vez mais necessário para compreender como a cultura machista se manifesta em diferentes meios, cerceando a liberdade, a dignidade e o reconhecimento de cidadania (Gomes Barbosa, Barbosa, 2021) aos grupos que são jogados à margem da sociedade. Estudar novas territorialidades em que as violências se fazem presentes é uma maneira de perceber como a misoginia e a lgbtfobia on-line se colocam como obstáculo entre as mulheres e a expressão pela internet e distribuição da informação (Valente, 2023, p. 23).

5. O Instagram e suas políticas

Criado em 2010 por Kevin Systrom e Mike Krieger, o Instagram surgiu com uma proposta de compartilhamento instantâneo de fotos. Inicialmente, era um aplicativo disponibilizado apenas para smartphones da Apple com sistema iOS, mas, em 2012, celulares com sistema Android também conseguiam acessar a rede social digital. Atualmente, segundo dados do estudo *Digital 2024: Brazil*, o Instagram tem cerca de 134 milhões de usuários no Brasil e, para Rial (2024), o grande número tem relação com a estratégia de incorporar as inovações das plataformas concorrentes. A criação dos Stories, por exemplo, deu-se em razão do sucesso do Snapchat em 2014; do Reels, por sua vez, como resposta ao crescimento do TikTok (Rial, 2024). Portanto, é uma plataforma que a todo momento se reinventa e faz o possível para manter sua hegemonia comercial e sua base de usuários.

A plataforma, ao mesmo tempo em que possibilita um espaço valioso para relações positivas entre os usuários – que podem se conectar, interagir e criar laços – também se tornou um ambiente propício para a disseminação de discursos de ódio (Oliveira, 2024). Isso porque a possibilidade de anonimato, a ideia de impunidade, a opacidade das políticas de uso das plataformas privadas e o vácuo regulatório criam um cenário encorajador às práticas de discriminação, oferecendo um sítio propício às pessoas agirem “de maneira odiosa com mais espontaneidade e com menos barreiras” (Rial, 2024, p. 42). Tal contexto sugere que discursos

antes proferidos majoritariamente em chats privados e de difícil acesso, atualmente encontram lugar em plataformas de redes digitais.

Além disso, como pontuamos anteriormente, os discursos intolerantes se organizam e são nutridos a partir de uma visão de mundo distorcida, que conforma posturas odiosas e justifica posições preconceituosas e violentas (Rial, 2024). O sistema de aceitabilidade grupal e de recompensas promovidas entre os usuários, como curtidas, respostas e compartilhamentos, também são colaboradores do contexto de ódio. Segundo Oliveira (2024, p. 8), tal realidade provocou um desafio a ser enfrentado pelo Instagram e outras redes sociais: o de “moderar o discurso de ódio sem cercear a liberdade de expressão”. Ao mesmo tempo em que é fundamental proteger os usuários contra violências cibernéticas, é necessário garantir a troca livre de opiniões e ideias nas plataformas (Oliveira, 2024).

Neste sentido, como alternativas para tentar solucionar esta dualidade, o Instagram criou termos de uso – que consistem em regras e condições para utilizar a plataforma – e políticas de governança, que, de acordo com as Diretrizes de Comunidade, no item “Respeite os outros membros da comunidade do Instagram” (Instagram, 2018), buscam remover o

conteúdo que contenha ameaças reais ou discurso de ódio, conteúdo que ataque indivíduos privados com a intenção de degradá-los ou constrangê-los. Também removemos informações pessoais com o intuito de chantagear ou assediar alguém e mensagens indesejadas enviadas repetidamente. Geralmente, permitimos discussões fortes sobre pessoas que são noticiadas na mídia ou que possuem um público mais amplo devido à profissão ou às atividades de sua escolha.

Não é aceitável incentivar a violência ou atacar alguém com base em raça, etnia, nacionalidade, sexo, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, religião, deficiências ou doenças. Quando um discurso de ódio for compartilhado como uma forma de confrontá-lo ou de conscientizar, poderemos permitir esse compartilhamento. Nesses casos, pedimos para você expressar as suas intenções claramente.

Não são permitidas ameaças reais de danos à segurança pública e pessoal. Isso inclui tanto ameaças específicas de danos físicos quanto ameaças de roubos, vandalismo e outros danos financeiros. Analisamos cuidadosamente as denúncias de ameaças e consideramos vários fatores para determinar se uma ameaça é real. (Instagram, 2018)

Em 2021, a plataforma fez um pronunciamento com o título *Uma atualização sobre o nosso trabalho no combate ao abuso no Instagram* contendo explicações sobre as penalidades que seriam direcionadas às pessoas que enviassem mensagens abusivas e colaborassem para o discurso de ódio na rede:

Hoje anunciamos que tomaremos medidas mais duras quando descobirmos que as pessoas estão violando nossas regras em mensagens diretas. Atualmente, quando alguém envia mensagens diretas que violam nossas

regras, proibimos essa pessoa de enviar mais mensagens por um determinado período. Agora, se uma pessoa continuar enviando mensagens que violam nossas regras, a conta dela será desativada. Também desativaremos novas contas criadas para contornar nossas restrições de mensagens. Continuaremos desativando contas que acreditamos que são criadas exclusivamente para enviar mensagens abusivas (Instagram, 2021).

A grande discussão em relação às plataformas privadas é que elas detêm o poder de classificar certos discursos como de ódio, com critérios de moderação humana e algorítmica pouco claros e sem nenhum escrutínio público. Como consequência, o discurso de ódio – que configura-se como um problema de linguagem que penetra todas as dimensões da vida social e das interações humanas” (Rial, 2024, p. 28) – muitas vezes, permanece visível nos espaços de interação.

6. Procedimentos Metodológicos

As discussões teóricas trazidas nos primeiros capítulos deste trabalho são essenciais para compreender como o ambiente digital – devido às características de anonimato, impunidade, entre outras anteriormente discutidas – “é um lócus privilegiado” (Carvalho, 2018, p. 44-45) para a manifestação de violências de gênero e lgbtfóbicas. Isto é, caracteriza-se como um espaço que atravessa e é atravessado por discursos, os quais, muitas vezes, são carregados de ódio e preconceito, especialmente contra grupos vulnerabilizados, como os de mulheres lésbicas. Nesse sentido, as argumentações fundamentadas sobre patriarcado, gênero, heteronormatividade, lesbofobia e misoginia no ambiente digital nos conduziram ao objetivo deste trabalho – analisar os comentários lesbofóbicos em uma publicação do portal *GI* no Instagram.

Segundo Márcia Benetti (2016), é necessário escolher o “objeto empírico que ofereça mais representatividade ao estudo” (p. 243-244), com o intuito de “assegurar que se tenha material suficiente para evidenciar certa estabilidade do discurso” (Benetti, 2016, p. 246) e alcançar resultados válidos e seguros à pesquisa. Partindo dessa premissa, a seleção do perfil do *GI* no Instagram para esta análise se deve à presença marcante da página na rede, visto que tem aproximadamente 30 mil publicações, e ao seu grande número de seguidores (cerca de 9,5 milhões). Além disso, a grande credibilidade jornalística e autoridade social do Portal *GI* na sociedade também foi um ponto relevante na escolha deste veículo. O site foi lançado

em 2006, mas sua inserção no Instagram – onde compartilha notícias – deu-se somente em 2012 (Ferreira; Montardo; Valiati, 2024). Outro ponto relevante de ser citado é referente às “call-to-action” (em português, chamadas para ação), como “Leia mais no #g1, que são bastante utilizadas pela página para incentivar o engajamento e a leitura da notícia na íntegra.

Diante desse cenário, a pesquisa se desenvolverá a partir da escolha de uma publicação feita pelo *G1* no ano de 2021, que noticia o caso de lesbofobia ocorrido em um bar na cidade de Catanduva, interior de São Paulo. As vítimas, Beatriz Péulopi e Raíssa Furlan, tiveram seu pedido cancelado pelo dono do estabelecimento após darem um selinho. Indignadas com a violência que tinham sofrido, prestaram uma queixa formal na polícia e utilizaram as redes sociais para desabafar, o que fez com que o caso tomasse uma grande proporção. Pessoas da cidade aliadas ao movimento LGBTQIAPN+ organizaram um protesto em frente ao bar e, depois disso, o dono do estabelecimento se desculpou com o casal e disse que tudo foi um “mal entendido”.

Figura 3: Posts feitos por Raíssa no Instagram na madrugada de 4 de dezembro de 2021



Fonte: arquivo pessoal

A escolha desta publicação em específico se justifica por três fatores: 1) por tratar-se de um post relativamente recente (o que nos possibilita ter uma noção da percepção social das lesbianidades nos últimos anos) 2) por ser uma publicação de bastante repercussão e com um grande número de comentários (no total, 2.228), que nos permite ter uma estabilidade na pesquisa e, ao mesmo tempo, compreender todo o universo das interações; e 3) por, na capa do post, haver uma foto do casal se beijando, o que evidencia que o assunto a ser tratado (na publicação e na matéria do site) é referente às lesbianidades.

Figura 4: Publicação do Portal *GI* no Instagram sobre o caso de lesbofobia



Fonte: Captura de tela da página, realizada no dia 10/11/2024

Para realizar a análise, primeiramente, faremos algumas divisões. A primeira, diz respeito a separar os comentários que foram feitos por usuários identificáveis como homens, mulheres e usuários anônimos, para compreender a presença cibernética sob um olhar gendrado. A segunda, por sua vez, consiste em dividir os comentários entre positivos (apoiadores das lutas lésbicas e do movimento LGBTQIAPN+) e negativos (contra os movimentos lésbicos e LGBTQIAPN+). Posteriormente, nos dedicaremos mais a fundo aos comentários negativos, visto que, a partir deles, conseguiremos ter um panorama da lesbofobia expressada neste espaço cibernético (que também corresponde à percepção social das lesbianidades fora do virtual).

Na próxima etapa, os dividiremos em “constelações de sentidos” (Henn, Machado, Gonzatti, 2019, p. 378-379), que permitem agrupá-los em “categorias” com discursos semelhantes. Além disso, essa abordagem permite ter uma visão ampliada e integral dos comentários (Barbosa, 2020), o que facilita na identificação dos saberes e dizeres que estão sendo ali circulados.

Segundo Marcos Paulo da Silva (2021) e Lucas Souza da Silva (2021), “patologização da existência *queer*”, “repulsa”, “ofensa à dignidade humana”, “imposição da religiosidade pessoal” e “discurso biologizante” são alguns exemplos de constelações de sentido que costumam emergir em análises de reverberações de assuntos que envolvem a comunidade LGBTQIAPN+. No caso desta pesquisa, as constelações emergiram a partir do momento em que a observação dos comentários começou a ser realizada. Dessa forma, foi possível defini-las de modo assertivo de acordo com os discursos que estavam sendo ali percebidos.

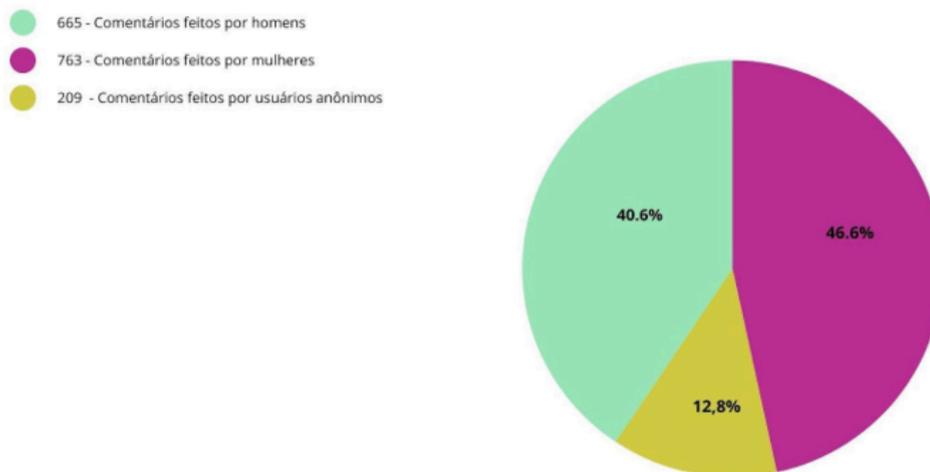
6.1 - Análise das constelações de sentido nas redes digitais

A partir deste tópico, nos debruçaremos na análise dos comentários encontrados na publicação sobre a lesbofobia que Raíssa Furlan e Beatriz Péulopi sofreram em um bar na cidade de Catanduva. Ao todo no post, como dito, são 2.228 comentários, mas decidimos nos concentrar naqueles que se referem ao caso em si, excluindo os de interação entre os usuários, pois, apesar de reconhecermos a importância deles para a compreensão dos sentidos expressados no universo dos comentários, não dizem respeito direto à publicação. Portanto, o número total que encontramos depois de realizar este recorte é 1.637.

A partir desse resultado, primeiramente, apesar de não termos como afirmar se o nome utilizado por determinado usuário no Instagram corresponde à identidade de gênero ou mesmo se é uma identidade verdadeira (ou um bot, usuário falso, etc.), realizamos uma divisão de gênero para tentar mapear a presença de homens e mulheres neste espaço cibernético. Obtivemos, então, que 665 (40%) dos comentários são feitos por homens, 763 (46,6%) por mulheres e 209 (12,7%) por usuários anônimos, o que explicita que, nos últimos anos, as mulheres têm sido mais ativas nesta rede. Embora não seja nosso objeto de análise, observamos, de forma pouco aprofundada, que a maioria dos comentários feitos por mulheres são comentários positivos e de apoio às lésbicas (ao contrário do que percebemos em relação

aos comentários feitos por homens), mas isso não significa que mulheres não possam reproduzir preconceitos e praticarem lesbofobia, machismo, racismo, capacitismo e etc.

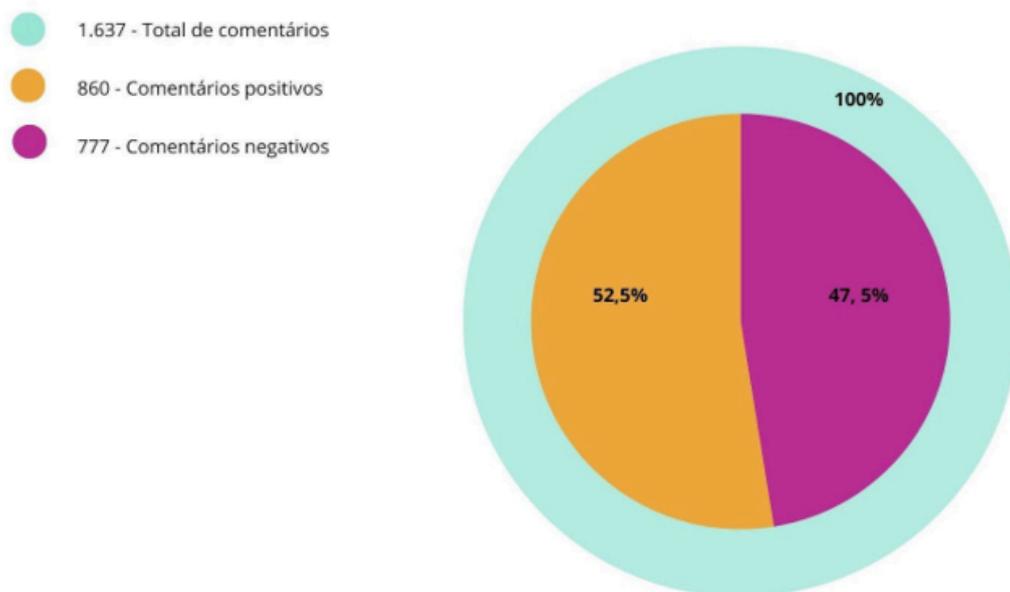
Gráfico 1: divisão dos comentários por gênero



Fonte: Elaboração da autora

Até este momento, a observação dos comentários foi feita de modo mais distante. Depois disso, a análise se deu a partir da leitura e aproximação de todos os comentários de forma individualizada. Desse modo, os dividimos em comentários positivos (que dão apoio às vítimas), que correspondem a 860 do total (ou 53%), e negativos (contra o movimento e/ou existência lésbica), que dizem respeito a 777 (ou 47%) de todos os comentários.

Gráfico 2: divisão dos comentários em positivos e negativos



Fonte: Elaboração da autora

Apesar de nos aprofundarmos nos comentários negativos, dado o número relevante de comentários em apoio ao casal, é importante pontuar também como as redes sociais são espaços de luta e manifestação de mulheres e grupos LGBTQIAPN+. Segundo Perez e Ricoldi (2019), a quarta onda feminista é marcada por um ativismo amplamente digital, em que é utilizada a potência e instantaneidade da internet para incitar debates sobre questões de gênero, sexualidade, violências e direitos. Dessa forma, além das redes sociais colaborarem para que os ideais feministas cheguem a um público maior, contribuem para a mobilização de manifestações sociais, como no caso #MeToo e na Marcha das Vadias. Mariana Valente (2018) argumenta que a internet é um espaço para formar um contrapúblico feminista com diversos objetivos: disputar discursos com a esfera pública dominante, levar demandas à mídia tradicional, pensar novos propósitos e reelaborar práticas são alguns deles. Desse modo, decidimos nomear essa constelação de sentidos como “Apoiadores das vítimas”. A seguir, alguns exemplos:

Que absurdo!!!! Sempre tem uma desculpa pra camuflar a homofobia

Tem que divulgar o nome do bar, para ninguém frequentar

Meu amigo também teve a conta em um bar cancelada por conta disso, vergonha, vexame e humilhação.

Nossa tadinhas.....

Mal entendido, sei! Repercutiu e deu essa “desculpa”! HOMOFOBIA NÃO!


Um mal entendido = foi homofóbico mas só se retratou pq o caso teve repercussão, fim!

Gente que ignorância, cada um tem vida que quer, cada um de nós temos o livre arbítrio. Perante Deus somos todos iguais. E filhos dele!!! 

Ninguém tem culpa de ele não ter um NAMORADO PARA BEIJAR...

Sinceramente, repúdio total! Todos merecem respeito, até quando vamos ter esse tipo de notícia? Homofobia é crime e merece punição!
      

Divulga o nome bar e a foto do "Gente de Bem"

Dificuldade em aceitar que as mulheres gozam sem precisarem de um homem!

Tem que dobrar a aposta e não frequentar... O bolso pesa mais que o preconceito.

Devia ter o nome do bar aqui, para todos os lgbs e pessoas que não topam lesbofobia, não fossem mais nesse bar

CANCELA ESSE BAR

Curioso que sempre em casos de racismo ou homofobia, os nomes das vítimas são expostos e os criminosos, não. Qual o nome do homofóbico? Qual o nome do bar? Se há alguém que precisa ter nomes preservados, essas são as vítimas.

Vcs não tem que pedir permissão a ninguém para demonstrar o amor que uma sente pela outra ... "aqui não" ???  Processo no estabelecimento... Ate qdo vão entender que são obrigados respeitar

Pleno 2022 quase, ainda homofobia? Até quando? Absurdo!

Os comentários apresentados aqui expressam apoio à luta lésbica e às vítimas que sofreram lesbofobia no bar. Em sua maioria, defendem que a lesbofobia não será tolerada e que o respeito deve prevalecer, evidenciando como a internet também pode ser um lugar de acolhimento e identificação.

Paradoxalmente, “as redes têm sido ao mesmo tempo um espaço hostil e imbuído de riscos extremos às mulheres” (Valente; Neris, 2019, p. 4), uma vez que, como discutimos no

capítulo anterior, elas são constantemente atingidas, agredidas e violentadas por trolls. Desse modo, Valente e Neris (2019) pontuam que a presença das mulheres nas redes – especialmente quando atravessadas por marcadores sociais como raça, classe, deficiência e etc. – tem um caráter complexo e, portanto, é necessário reconhecer essa multiplicidade de aspectos, positivos e negativos.

Os comentários negativos, por sua vez, correspondem a cinco constelações de sentido que (Machado; Gonzatti, 2019, p. 378-379) identificamos e nomeamos a partir da observação disciplinada: “Imoralidade/ Culpabilização das vítimas”; “Lesbofóbicos”; “Apoiadores do violentador”; “Religiosos” e “Descrédibilização jornalística/ Descaso com a luta lésbica”. Aqui, é interessante explicitar o modo como esses núcleos de sentido foram definidos. Em um primeiro momento, de maneira manual, fizemos uma observação integral dos discursos dispostos ali e, a partir disso, mapeamos quais constelações estavam presentes naquele ambiente digital e separamos os comentários dentro de cada uma (ou mais de uma). Isso porque, como afirmam Machado e Gonzatti (2019), os comentários estabelecem relações entre si e, por isso, podem transitar e ocupar mais de uma constelação ao mesmo tempo. A partir dessas categorias, compreenderemos como os comentários negativos desta publicação dialogam e estão articulados com preconceitos culturalmente enraizados (Barbosa, 2020, p. 60), além de perceber a maneira como os comentaristas se aproveitam do espaço cibernético para propagar a lesbofobia.

Gráfico 3: constelações de sentido presentes na publicação



Fonte: Elaboração da autora

a) Imoralidade/ Culpabilização das vítimas

Esta constelação agrupa 131 (ou 16,9%) dos 777 comentários negativos. Os comentários deste núcleo dizem respeito àqueles que atribuem à homossexualidade um lugar de imoralidade, de libertinagem. Segundo Gayle Rubin (2017), como abordamos anteriormente, grande parte dos discursos sobre o sexo qualificam apenas a heterossexualidade como saudável e politicamente correta. Às outras sexualidades – vistas como dissidentes – resta os lugares de patologização, condenação religiosa e moral. Rubin (2017), faz um paralelo de que as expressões sexuais distintas da heteronormativa são colocadas no lado negativo da linha, consideradas repulsivas e desprovidas de qualquer nuance emocional e amorosa, pois envolvem apenas desejos carniais, promíscuos e impuros. Na análise desta constelação de sentidos, essa percepção social de que as lésbicas são imorais e que a homossexualidade em geral é promíscua ficou bastante evidente, como mostraremos nos exemplos a seguir:

Façam isso na casa de vcs homossexuais (COMENTÁRIO 1)

deixa pra fazer em casa ué 😂😂😂😂😂😂 (COMENTÁRIO 2)

O mal desse povo e que quer respeito mas não dão respeito pow beijo em casa nossa família não é obrigado a ficar vendo essa palhaçada (COMENTÁRIO 3)

Só existe homem e mulher... quer viver na vida de gambiarra fique em casa com seu dito "amor" misericórdia tenho repulsa disso. (COMENTÁRIO 4)

Dentro de 04 paredes, essas Cachorras podem virar pelos avessos. Isso é problema delas. Agora em público, tem que ter compostura ética e moral, querendo ou não!! (COMENTÁRIO 5)

Só não bjr em lugar público ué (COMENTÁRIO 6)

Ninguém é obrigado e tolerar beijo entre os mesmo sexo, uma escolha sexual é uma coisa (agora ser obrigado e ver gente do mesmo sexo aos beijos é outra coisa (se beijem em suas casas (COMENTÁRIO 7)

diz, q era selinho neh, não saberemos... (COMENTÁRIO 8)

Palhaçada isso aí , querem respeito se dão o respeito (COMENTÁRIO 9)

Tem que respeitar os mais velhos e as crianças que não tem culpa de nascer num mundo tão pobre como está. (COMENTÁRIO 10)

Era um restaurante ou uma festa LGBT? (COMENTÁRIO 11)

Sempre os imorais querendo protagonismo.. Fora indecentes!!.. (COMENTÁRIO 12)

Mais uma safadeza repreendida, parabéns pra ele 🙌🙌🙌🙌 (COMENTÁRIO 13)

Será q só eles tem direito, tudo é logo preconceitos ou homofobia ,será q a gente não tem direito também, vamos ser obrigados a ver dois machos de barba ou duas mulheres se beijando isso é ridículo, longe de ser amor o mundo hoje virou uma bagunça total. (COMENTÁRIO 14)

A turma do arco íris pensa que pode tudo. E ai de quem pensar ao contrário. Turma chata do caramba. Quer se pegar vão para um lugar mais reservado ou para o mato. (COMENTÁRIO 15)

Infelizmente o mundo tá de cabeça pra baixo, o ERRADO tá CERTO e o CERTO tá ERRADO. Agora a justificativa pra tudo é Preconceito e Homofobia. Acabou o RESPEITO. Deus que proteja nossos filhos de tanta má influência. 😞 (COMENTÁRIO 16)

Que casal? to vendo duas sem-futuro,isso é safadeza,no meu bar nem entra!!! (COMENTÁRIO 17)

Agora o dono do bar não pode nem mandar no bar dele que o povinho começa... No bar poderia ter famílias, ter crianças. Eu particularmente não iria gostar se duas pessoas do mesmo sexo estivessem se beijando ou dando selinho na frente dos meus filhos. Não iria agredir verbalmente e tbm não iria

discriminar-los, mas me retiraria daquele estabelecimento e não voltava mais lá. Não adianta vcs quererem achar isso correto, pois não é e nunca vai ser. Não vou dizer que todos são ruins, pois não são, sei que existe muito gay e lésbicas que cuidam melhor do filho do seu companheiro(a) melhor que o próprio pai ou mãe. Mas isso é a minha opinião, isso é errado e ninguém vai fazer uma mulher minha opinião, porque eu defendo a família composta por um Pai (masculino) e uma Mãe (feminina). Do jeito que vcs querem que respeitamos seus pontos de vista, tbm respeitem nossa opinião... (COMENTÁRIO 18)

O comerciante está certo, quem quer respeito tem que respeitar o direito dos outros também, não quero tentar explicar isso para minha filha de 6 anos. O que eu acredito não tem valor nem deve ser respeitado? RESPEITO TEM QUE SER À TODAS AS OPINIÕES. Inclusive a minha. (COMENTÁRIO 19)

Abominável tais atitudes, imoral (COMENTÁRIO 20)

Decisão acertadíssima do dono bar.la é um local público onde tem pessoas mais velhas e crianças e ninguém é obrigado a presenciar cenas obscenas. Tanto de casais normais como homossexuais. As pessoas têm suas casas e motéis .vamos respeitar quem não curte como .como as pessoas não possa opinar sobre seus desejos. Mais tudo isso tem que ser no local apropriado. (COMENTÁRIO 21)

Os oito primeiros comentários dizem respeito explicitamente à visão social homofóbica de que o lugar das lésbicas e das sexualidades dissidentes é no ambiente privativo, afastadas da sociedade heteronormativa para não “corrompê-la”, especialmente se trocarem qualquer tipo de afeto. O afeto, aqui, por mais singelo que seja, é visto como algo negativo e sujo. Um mero toque de mãos pode ser considerado promíscuo e imoral, uma vez que essa atribuição não está relacionada às ações, mas a quem as pratica. Os outros comentários, por sua vez, taxam as lésbicas de “más influências”, “indecentes” e, mais especificamente, consideram o selinho de Raíssa e Beatriz “errado”, “falta de respeito” e “safadeza”, o que evidencia a diferença de tratamento dos afetos homossexuais em relação aos heterossexuais. Enquanto os desejos e trocas de carinho entre casais que correspondem à lógica heteronormativa são considerados naturais e universais, as manifestações de desejo e afeto entre pessoas do mesmo sexo biologicamente atribuído (ou daquilo que é entendido socialmente como tal) ou da mesma identidade de gênero são vistas como peculiares e anormais (Borillo, 2010).

BEIJO NO ROSTO??? "ÇEI".... (COMENTÁRIO 22)

Tem que ver se foi só por causa do selinho mesmo. Com certeza tem o outro lado da história. Agora fica aí se fazendo de vítimas (COMENTÁRIO 23)

Certíssimo, não é obrigado a aceitar o que não lhe agrada, no seu próprio estabelecimento, quem fez suas escolhas que comam os frutos dela. (COMENTÁRIO 24)

Quem quer lacrar que aguente as consequências???????????? (COMENTÁRIO 25)

Povo gosta de polêmica. Levanta e vai embora . E n volta mais . N são direitos iguais ? elas têm um modo de viver e ele o dele. Q se dane (COMENTÁRIO 26)

Se o lugar não permite é só respeita,,que evitaria todo esse alvoroço.. (COMENTÁRIO 27)

Deveriam ter colocado uma sofás e umas cortinas? Essa história de beijo no rosto e só pra dramatizar , intimidade no local errado (COMENTÁRIO 28)

Quando ver isso já aprontaram e muito no estabelecimento do cidadão, quando o cidadão vai reclamar, se vitimizam (COMENTÁRIO 29)

O núcleo de sentidos explicitado acima é referente aos comentários que culpabilizam as vítimas pelas violências sofridas no estabelecimento. Este agrupamento foi englobado junto ao núcleo “Imoralidade” devido a uma relação entre os sentidos enredados e as constelações. Isso porque o entendimento de que as vítimas devem ser culpabilizadas e sofrer consequências está diretamente ligado à percepção de que o carinho entre lésbicas é algo imoral, que deve ser repreendido e punido. Portanto, unir essas duas categorias nos pareceu plausível e coerente.

Os comentários 22 e 23 colocam em xeque o relato das vítimas, pois questionam se elas teriam sido expulsas somente por terem dado um selinho, como afirmaram. Por meio do sarcasmo e da sátira – comportamento bastante característico em discursos de depreciação das pessoas não heterossexuais (Amorim, 2023) – o comentário 22 deixa claro que duvida da veracidade dos testemunhos de Raíssa e Beatriz. No jornalismo, o relato testemunhal – assim como o acolhimento dele e a escuta respeitosa – tem uma importância crucial, pois “ainda que possa não promover punições em âmbito jurídico ou penal, é capaz de promover reparações subjetivas e atender distintas demandas por justiça” (Gomes Barbosa, 2024, p. 8). Desse modo, contestar o relato das vítimas de lesbofobia do caso aqui tratado é fazê-las sofrer outras violências, agora no espaço virtual.

Nos comentários 24 e 25, os usuários explicitam que desejam que o casal sofra as consequências, respectivamente, “de suas escolhas” (referindo-se à ‘escolha’ de serem lésbicas) e de “lacrar”. A utilização deste último termo diz respeito a uma ferramenta de opressão, visto que configura-se como uma tentativa de minimizar e/ou invalidar as lutas do movimento LGBTQIAPN+ (Amorim, 2023), mas nos aprofundaremos neste tópico mais adiante na análise do agrupamento “Descrédibilização jornalística/ descaso com a questão lésbica”.

b) Lesbofóbicos

O núcleo de sentido “Lesbofóbicos” agrupa os comentários que se expressam contra a comunidade lésbica e seu reconhecimento identitário. Esta categoria é a maior e mais ampla, pois além de englobar o maior número de comentários (256, que correspondem a 32,9% do total dos comentários negativos), abarca diversos de outras constelações. Outro ponto importante de ressaltar é que, apesar de muitos dos discursos percebidos ali discriminarem o grupo LGBTQIAPN+ como um todo, decidimos manter a nomenclatura da categoria como “Lesbofóbicos” devido aos comentários terem sido motivados por uma publicação sobre as lésbicas e, por isso, direcionados a elas. Além disso, reconhecemos que as mulheres lésbicas sofrem violências particulares, relacionadas ao gênero e à sexualidade (Borillo, 2010), o que evidencia a necessidade de tratar dos sentidos construídos sobre elas de forma específica. Alguns exemplos dos comentários encontrados:

É pecado ter o livre direito de não aceitar a vender pra eles , pq estaria errado . Ou vivemos numa democracia que somo obg a aceita esse tipo de preconceito que não se pode mais ter o contraditório. (COMENTÁRIO 30)

a verdade é que se tds n concordar c a homossexualidade alheia, seremos excluídos da sociedade...

HÉTEROFOBIA TBM É CRIME ??? (COMENTÁRIO 32)

Tem muitas assim, querendo ganhar dinheiro fácil nas costas de um trabalhador que sustenta sua verdadeira FAMÍLIA! (COMENTÁRIO 33)

Pior que nem se pode mais falar que coisas erradas estão erradas .a pessoa é obrigada a dizer que tá certo (COMENTÁRIO 34)

Ohhhhh povinho pra querer ter mas direito que os outros 😞 (COMENTÁRIO 35)

Todo mundo fala em preconceito, nada contra ,mais vcs esquecem que tem pessoas que não são adeptos! Isso não torna vcs preconceituosos tbm ? (COMENTÁRIO 36)

Quem vai sofrer preconceito daqui um tempo será os héteros. (COMENTÁRIO 37)

Que mundo infernal somos obrigados a tudo ,direitos de nada. (COMENTÁRIO 38)

hoje não se pode mas falar nada tudo é preconceito (COMENTÁRIO 39)

Democracia é isso, ou você aceita todo tipo de baixaria ou será linchado (COMENTÁRIO 40)

Gente o bar e dele as pessoas tem opinioes diferentes temos q aceitar ou a democracia so vale pra um lado (COMENTÁRIO 41)

Que absurdo, essa gente já não sabe que não se pode falar mais nada. (COMENTÁRIO 42)

Eu não entendo o pq algumas pessoas acham q algumas pessoas tem que aceitar TD? E as pessoas podem não gostar!!! Pq tem que aceitar TD???? Qual o problemas em não concordar com algo? (COMENTÁRIO 43)

SERÁ Q AGORA ISSO VIROU DITADURA ??? (COMENTÁRIO 44)

Triste, quando a maioria tem que se curvar e obedecer à minoria (COMENTÁRIO 45)

Tenho uma dúvida. É proibido montar um bar que aceite somente casais héteros ? Por exemplo temos locais que são destinados a mulheres e outros destinados a homens. Montar um lugar, e deixar avisado que só aceita casais héteros como nos tempos dos nossos pais, é proibido ou não ? (Somente uma curiosidade) (COMENTÁRIO 46)

Este grupo de comentários retrata um comportamento bastante comum entre os trolls no ambiente cibernético: o anseio de retomar o lugar integral de poder e de privilégios sociais (Chagas, Mendonça, Azevêdo, 2020). Com a luta por direitos da comunidade LGBTQIAPN+ e sua afirmação enquanto sujeitos que merecem respeito, os grupos conservadores e de direita sentem-se afetados, como se estivessem perdendo um espaço que lhes fosse seu por direito, visto que estão alinhados, ao ver deles, com o “estado natural” (Escobar, 2019) da existência. Por isso, no virtual (e fora dele), como vimos nestes discursos trazidos aqui, atuam sob a ideia de defesa, seja da família tradicional, do orgulho (Chagas, Mendonça, Azevêdo, 2020) ou,

Onde é esse bar pra eu dar os parabéns. Ninguém é obrigado a participar dessa aberração 🙌🙌🙌 (COMENTÁRIO 55)

Poxa as pessoas são obrigadas a aturar esse tipo de coisa 😞😞 (COMENTÁRIO 56)

Dizer que é normal isso não mas como Brasil é uma piada e a hipocrisia reina nessa bodega então seguimos jogo 😏 (COMENTÁRIO 57)

Tipo cada um com sua opinião .Mas sejamos um tanto respeitosos, ninguém ainda está acostumado a ver determinadas coisas .Tipo você vai em barzinhos ,restaurantes ,shoppings,tem crianças ,idosos.Vi um dia desses uma criança perguntando aos pais porque a mulher estava beijando outra mulher e o difícil de explicar. (COMENTÁRIO 58)

Esses 12 comentários colocam as lesbianidades à margem daquilo que não é normal, da aberração, do não humano e abjeto (Wittig, 2019). O comentário 53, por exemplo, desumaniza as lésbicas ao ponto de comparar suas práticas sexuais à de cachorros e ignora que, no contexto do caso explicitado, não havia relação sexual. Nos sistemas de poder, a heterossexualidade é recompensada e incentivada, enquanto as outras expressões sexuais são punidas e suprimidas de diferentes formas (Rubin, 2017).

Como afirmamos anteriormente, os comentários estão interligados e, muitas vezes, integram diversas constelações (Machado; Gonzatti, 2019) simultaneamente. Os comentários 47, 48, 49 52, e 58, por sua vez, estão na categoria “Lesbofóbicos” ao mesmo tempo em que fazem parte da “Imoralidade/ Culpabilização das vítimas”, uma vez que, além de expressarem a lesbofobia, apelam para a questão moral, principalmente em relação às crianças. Para esses usuários e outros que compartilham dos mesmos ideais, a homossexualidade é um desvio que pode ser aprendido, um mal contagioso transmitido a partir da convivência com a comunidade LGBTQIAPN+. Para Natividade (2006), os argumentos em torno da ideia de que a homossexualidade é uma impureza-não-natural partem da ideia de que a conversão é a alternativa para produzir saúde social. Por isso, os afetos e até a existência propriamente dita dos sujeitos dissidentes da norma e, neste caso, das lésbicas, são vistos como imorais e, portanto, impróprios para se estar em contato com crianças, que representam seres humanos puros e em formação, que poderiam ser facilmente corrompidos pelo terror da homossexualidade.

Se desculpou com a dupla* (COMENTÁRIO 59)

Casal? 🤔 Aí ai (COMENTÁRIO 60)

por isso temos que vigiar na hora de apoiar certos tipos de bandeira isso já não é só sobre respeito eles querem mudar até o nome pai e mãe dos documentos, estão querendo destruir a família tradicional, não são todos mas a maioria sim (COMENTÁRIO 61)

Ja sabemos que as famílias estão se acabando aos poucos, eu respeito mais nao acho normal e ninguém no mundo não venha (COMENTÁRIO 62)

Aqui não... vaza !!! (COMENTÁRIO 63)

Eu nao poderia proibir de entrar mas faria tudo pra mostrar que nao é bem vindo...e isso muito bar faz e nso é só com cola velcro ou enrustido... (COMENTÁRIO 64)

se você é sapatão sua opinião não me importa. (COMENTÁRIO 65)

FIM DO MUNDO MESMO (COMENTÁRIO 66)

Esse mundo ta mesmo de cabeça para baixo cruz credo!! 😏 (COMENTÁRIO 67)

fim de mundo gente, a pessoa não é obrigada a ver certas nojeira na frente da gente (COMENTÁRIO 68)

SE QUEREM RESPEITO RESPEITEM (COMENTÁRIO 69)

Não tenho, preconceito mais vc poderiam respeitar quem estavam ali porque ninguém é obrigado ver duas pessoas do msm sexo na intimidade. Tem lugar específico para isso e pronto (COMENTÁRIO 70)

Não é homofobia é um pedido de respeito que vocês sejam discretas em suas preferências 😞😞😞😞😞😞😞 (COMENTÁRIO 71)

Querem RESPEITO??? Aprendam a RESPEITAR primeiro 👍 (COMENTÁRIO 72)

E uma falta de vergonha dessas mulheres ficar se beijando... Que falta de respeito. (COMENTÁRIO 73)

Quer respeito ,tem que respeitar o estabelecimento e os outros clientes do local , ninguém é obrigado a ver isso (COMENTÁRIO 74)

Agora pronto povo tem q aceita TD agora e cada coisa (COMENTÁRIO 75)

Mas para eles (Vitimas pela opção sexual) somos tds obrigados a aplaudir, sñ somos homofobicos... cada uma viuu (COMENTÁRIO 76)

APRENDI AMAR ESSAS PESSOAS... INCLUSIVE TENHO AMIGOS MARAVILHOSOS "GAYS" PQ ELES RESPEITAM MINHA OPINIÃO

HÉTERO..... OK GENTE.... SE LIBERTEM DESSA DITADURA CRIMINOSA.... DE HOMOFOBIA CADA UM CADA UM.... MAS Q SEJAM RESERVADOS.... CADA UM NO SEU QUADRADO.... BLZ GENTE..... CERTOS DE SUAS NÃO IGNORÂNCIAS.... MUITO GRATO (COMENTÁRIO 77)

eles querem empurrar goela abaixo e n é bem assim n.. (COMENTÁRIO 78)

esse povinho gay acha que pode tudo e ai de quem disser algo ou almenos olhar pra esse povinho aff um saco!!! (COMENTÁRIO 79)

Fazem de propósito pra causarem, ganhar repercussão e dinheiro com processos. Ninguém é obrigado a presenciar certas coisas não. Pra quê? Fiquem de mãos dadas que tá bom demais. (COMENTÁRIO 80)

errado ele não está há ambientes que até mesmo homem e mulher não podem se beijar devido a política administrativa do local não a crime nenhum aí pq elas não são melhores que ninguém e simplesmente ir em outro local onde é aceito esse tipo de afeto e vida que segue tão querendo ficar famosinhas as meninas (COMENTÁRIO 81)

Vai chegar um tempo que se quiserem fazer sexo em cima de uma mesa ,ninguém poderá impedir,sob pretexto de homofobia. (COMENTÁRIO 82)

Deveria era prender elas (COMENTÁRIO 83)

Mas sinceramente ã vejo necessidade de tanta exibição por parte dessas pessoas gey, se elas tem sua privacidade, afinal opção sexual é como roupa íntima, todo mundo usa,mas ã precisa esfregar na cara de ninguém. (COMENTÁRIO 84)

Agora tudo eh motivo de processo affff q mundo. Eles próprios não se aceitamos. Agora somos obrigados a aceitar afffff (COMENTÁRIO 85)

A partir da aproximação, leitura e interpretação dos discursos – como explicitado nas divisões de comentários que fizemos nos agrupamentos anteriores – percebemos que, dentro de um mesmo núcleo de sentidos, há diversas formações discursivas semelhantes entre si, que compõem diversos “micro grupos”. No caso dos comentários acima, esses micro grupos ficaram nítidos. Alguns deles: a negação de reconhecimento das relações fora da heteronormatividade e um apego à “família tradicional brasileira”; a revolta com a afirmação identitária da comunidade lésbica enquanto sujeitas e a associação dos afetos lésbicos à falta de respeito. Os 5 primeiros comentários expressam uma dificuldade de reconhecer e validar outras existências e formações familiares. Os comentários 59 e 60, por exemplo, se utilizam

do desdém e da ironia para expressar o não reconhecimento das relações entre mulheres como afetivas e sexuais. O símbolo * que o comentário 59 insere depois da palavra “dupla” faz referência a uma correção da palavra “casal” presente na legenda da publicação, dando a entender que duas mulheres não poderiam compor um casal.

Para Butler (2019), o reconhecimento identitário impacta diretamente na maneira como se é conhecido, classificado e catalogado nos processos sociais vigentes e nas instâncias de poder. Portanto, quando não têm suas relações reconhecidas, as lésbicas estão sujeitas a sofrer diversas violências, principalmente institucionais. Mas por que a dificuldade de reconhecimento dessas relações? Como citamos anteriormente, as mulheres sem os homens são vistas como avulsas na sociedade, sozinhas e reféns da própria sorte em um mundo violento (Castañeda, 2006) e, por isso, seus relacionamentos são vistos como incompletos, não dignos de respeito e validade.

Já o comentário 61, por sua vez, explicita uma revolta diante de outras configurações familiares: “querem mudar até o nome pai e mãe dos documentos, estão querendo destruir a família tradicional”, se referindo às famílias homoafetivas. Tal rejeição é consequência de um posicionamento conservador e homofóbico, que considera como família apenas a heterossexual (Butler, 2024), além de resultar da mesma ideia de perda de espaço e privilégios que trabalhamos anteriormente. Ainda, como estratégia de invalidação, são utilizadas ofensas, como as proferidas no comentário 64, que evoca as expressões “cola velcro” e “enrustido”, referindo-se, respectivamente, às lésbicas – fazendo uma associação com a prática sexual entre mulheres cis – e aos homens que estão dentro do armário.

Um dos outros micro grupos diz respeito aos comentários que associam os afetos lésbicos à falta de respeito e até à “nojeira”, como fez o usuário autor do comentário 68. Os discursos que emergem neste sentido apelam para a ideia de que um simples selinho – se dado por um casal de mulheres – é desrespeitoso e capaz de ferir os olhos de quem presencia. Portanto, para a sociedade cis-heteronormativa-patriarcal, o ideal é que mulheres lésbicas se recolham ao ambiente privativo e “sejam discretas em suas preferências” (COMENTÁRIO 71). A terceira “micro categoria”, no mesmo núcleo, abrange os comentários que interpretam a existência lésbica e da comunidade LGBTQIAPN+ como “reafirmação”. Neste sentido, é muito comum ouvir da sociedade lesbofóbica em geral que “tudo bem ser lésbica, mas não precisa ficar se afirmando”, pensamento expressado nos comentários 75, 78, 79 e 84. Para os lesbofóbicos, o simples existir e se reconhecer enquanto sujeita digna de direitos é “se afirmar”. Entretanto, como pontuamos acima, em uma sociedade que ainda não nos respeita

como indivíduos nem valida nossas relações, a autoafirmação é imprescindível para lutarmos e, um dia, mudarmos este cenário.

c) Apoiadores do violentador

Os comentários englobados por esta constelação de sentidos correspondem aos que, explicitamente, deram apoio e viram como positivas as atitudes do dono do bar de cancelar o pedido e expulsar as vítimas do local. Isso ocorre devido à condenação moral, cultural, religiosa e institucional (Rubin, 2017) que é atribuída à homossexualidade no meio social, e que, como consequência, coloca os integrantes do grupo LGBTQIAPN+ em posições subalternas e de vulnerabilidade. Diante desse cenário, muitas vezes, a violência contra as pessoas dessa comunidade configura-se como um instrumento de punição por estarem fora da norma e por serem associadas àquilo que não é humano. Levando em conta que a desumanização é o “primeiro passo para justificar a violação dos direitos humanos” (Soares, 2017), no caso da publicação sobre a lesbofobia sofrida por Raíssa e Beatriz, o alto índice de identificação e concordância com o pensamento lgbtfóbico do criminoso demonstra a forma como as lésbicas são afastadas socialmente da humanização e, portanto, da dignidade. Não à toa, este núcleo é o segundo maior da análise, com 200 comentários ou 25,7% do grupo dos negativos.

O mesmo direito que elas quer ter para se beijarem em todo lugar, o dono do bar também tem de não aceitar esse tipo de atitude no bar dele, ou eu tô errado? Democracia não é ? 🙄 agora ele é obrigado a engolir oq ele não gosta só pra agradar os outros. (COMENTÁRIO 86)

Qual a dificuldade de respeitar a opinião do dono do bar, praticando ato libidinoso (COMENTÁRIO 87)

O cara não gosta, não quer ver, pq não respeitar o direito dele! Ahhhh entendi respeito só vale quando é pro outro lado! (COMENTÁRIO 88)

agora pronto ,o cara do bar vai ser preso ..cada um tem direito a opinião e pronto.. isso já virou absurdo.. 🤪 (COMENTÁRIO 89)

Cadê os direitos iguais????? (COMENTÁRIO 90)

Olha a hipocrisia, e o direito de o dono se expressar, ele não aceita ok, vai pra outro bar, não entendo esta liberdade, eu não aceito expresso minha opinião sou julgado, se os direitos são iguais, porque tanta repercussão, são aceitou o beijo, vão pra outro, bar, elas se sentiram ofendidas, ele se desculpou, pronto,

imagina tantos processos na justiça, que estão parados, pra julgar acontecimento destes, as pessoas se entenderam, ninguém saiu feridos, bola pra frente, agora se fosse o contrario, pessoal liberdade de expressão, todos tem o direito de se expressar os que gostam ou não, democracia liberdade, o povo deveria ficar irritado com políticos corruptos que roubaram futuro da nação. Virem a página, somos todos iguais. Isto prova que o povo brasileiro deve respeitar a igualdade, respeitando a opinião de todos, quando aconte algo assim a imprensa cai matando, se é normal, porque tanta repercussão, pense nisto, direto e igual a todos e não esqueçam dos deveres de cidadão também. É viva a liberdade de expressão (COMENTÁRIO 91)

Eu acredito que o estabelecimento e uma casa e na casa dos outros tem que respeitar as regras se o dono não quer afinal ele e o dono então tem que respeitar a vontade dele não só respeitar a vontade dos outros e obrigar as pessoas a engolir essa situação (COMENTÁRIO 92)

Nas formações discursivas acima, foi possível notar argumentos semelhantes aos expostos no agrupamento “Lesbofóbicos”. De maneira bastante parecida com o núcleo anterior, os usuários que apoiaram as atitudes do violentador também utilizaram da ideia de democracia e direitos iguais para justificar o preconceito lesbofóbico. Tal argumentação é fundamentada em uma tentativa de distorcer o conceito de respeito e inverter as responsabilidades entre opressores e oprimidos, adotando uma postura de falsa vulnerabilidade para mascarar a posição intolerante. Isto é, estes discursos tentam criar uma equivalência entre o direito de existir e ser respeitado das pessoas LGBTQIAPN+ e o “direito” de quem discrimina manter suas manifestações preconceituosas. Contudo, enquanto a comunidade *queer* luta pela garantia de uma vida digna e segura, os preconceituosos desejam liberdade para perpetuar discursos de ódio e violência sob o pretexto de “opinião”.

eu falei todos bar é lugar de beber e comer , e não está com safadeza pode ser étero gay lésbica tem que procurar respeitar, os direitos dos outros, o dono do bar fez o certo eu fazia o mesmo , esse povo que fazer dos ambiente público cabaré (COMENTÁRIO 93)

As pessoas também tem que respeitar o ambiente... Independente do sexo se for homosexual ou hetero.... Quer ta aos amassos fica em casa ou vai ao motel So cobram respeito.... O respeito tem que ser de ambos as partes .. (COMENTÁRIO 94)

Mas ele está certo . Tem lugar para isso... o bar é dele. Ele estabelece as regras...

Tá certo ele , ele e nem ninguém é obrigado a adotar esse tipo de coisa (COMENTÁRIO 96)

Bar e dele, coloca para vazar mesmo. (COMENTÁRIO 97)

meu bar, minhas regras...😄😄😄 (COMENTÁRIO 98)

Tá certo 🙌🙌🙌 o estabelecimento e dele ,e ele tem o direito de atender ou não quem quer que seja (COMENTÁRIO 99)

PARABÉNS AO DONO DO BAR 🙌🙌 (COMENTÁRIO 100)

O bar é dele e as regras são dele. (COMENTÁRIO 101)

Certíssimo 🙌🙌🙌🙌 ainda colocaria pra fora.....no ambiente público existem famílias que precisam ser respeitadas....a grande maioria se sentiria incomodado com um imagem dessalógico q o dono do estabelecimento precisa prezar pelo bem estar de seus clientes..... (COMENTÁRIO 102)

O dono do bar está certíssimo, isso não é homofobia, isso é manter o ambiente respeitoso para qualquer tipo de gênero, agora essas mulheres lésbica é homem gay gostam de provocar, para chamar atenção, com já chamou atenção dessa mídia podres que só que dividir o país. Os lulista vão me chamar de homofobico (COMENTÁRIO 103)

Uai?!? Mas o bar não é do "dono"??? 😞 (COMENTÁRIO 104)

O dono do estabelecimento pode fazer oq ele quiser! (COMENTÁRIO 105)

Parabéns ao dono do Bar. 🙌🙌🙌🙌🙌🙌

Tem que entender que não é todo mundo que gosta disso,então,o bar é dele,não tem custo respeitar tbm o estabelecimento,se queremos respeitos,temos que dar tbm...minha opinião 😞🙌 (COMENTÁRIO 106)

O bar é dele. Ele aceita que ele quiser... (COMENTÁRIO 107)

Aqui não... vaza !!! (COMENTÁRIO 108)

Quer dizer que o dono, proprietário, não pode proibir qualquer que seja no estabelecimento dele? isso que é absurdo (COMENTÁRIO 109)

Bem feito 🙌 (COMENTÁRIO 110)

A pessoa é o dono, paga impostos altíssimos e não pode determinar regras em seu restaurante isso é um absurdo. (COMENTÁRIO 111)

O estabelecimento é dele e ele permite oque quiser. Se querem respeito, aprendam a respeitar. Essa tal de lacração LGBT já está um nojo. Cada um pensa como quiser,. Esse povo só fala em respeito, mas será que realmente eles respeitam? 😞 (COMENTÁRIO 112)

Se eu fosse o dono do bar tbm expulsaria... FODA SE (COMENTÁRIO 113)

ele tá certo! Tava no estabelecimento dele,pois não é obrigado a engolir o que a memoria da sociedade quer. (COMENTÁRIO 114)

O estabelecimento é privado, ele pode aceitar ou nao praticas quaisquer.. ai ai (COMENTÁRIO 115)

O bar é dele,se ele não concorda respeitem e vai para outro local.Da mesma forma que muitos concordam tem os que não,o respeito tem que ser de ambas as partes. (COMENTÁRIO 116)

Eu não acho que ele está errado. Quem não gostar vai pra outro. Só isso. Ninguém é obrigado a nada. O bar é dele. As regras ele pode colocar no estabelecimento dele. Ou não? (COMENTÁRIO 117)

Parabéns ao dono do Bar. (COMENTÁRIO 118)

O bar é dele, ele paga os impostos dele, vende pra quem quiser. Simples assim (COMENTÁRIO 119)

Ele é o dono então ele recebe quem ele quiser não é um espaço público (COMENTÁRIO 120)

Ele que está certo. Tem que ter respeito com as famílias presentes no restaurante. (COMENTÁRIO 121)

Certíssimo = O dono não tem o direito de mandar no que é seu. (COMENTÁRIO 122)

Ele está certo temos valores e querem empurrar como normal Mais não é (COMENTÁRIO 123)

Bem feito 🔥 (COMENTÁRIO 124)

Se o dono não quer não tem porque receber homossexuais. Seu estabelecimento, suas regras!!!! (COMENTÁRIO 125)

Estabelecimento privado! O cara vende pra quem ele quer! Tá certinho! Menti? (COMENTÁRIO 126)

Parabéns ao dono do Bar... (COMENTÁRIO 127)

Quem manda no estabelecimento é o dono 🙌🙌 (COMENTÁRIO 128)

Se o cara é contra ele está no direito dele, o bar é dele.

Da mesma forma que todos têm direito de escolher se fica com homem ou mulher ,o cara tem direito de impor regras no estabelecimento dele,mas o negócio da galera é querer causar tumulto. (COMENTÁRIO 129)

E muito mimimi respeito q e bom nada o dono do bar está certo ele não e obrigado ter uma nojeira dessa no seu estabelecimento 🙄 (COMENTÁRIO 130)

Os dois primeiros comentários dispostos aqui expressam que “independente do sexo” o dono do estabelecimento estaria correto em expulsar o casal por trocar afetos no ambiente. Partindo desse pensamento, mesmo que as pessoas envolvidas fossem heterossexuais, receberiam o mesmo (des) tratamento que o casal lésbico teve. Esse argumento é uma tentativa de minimizar a percepção do preconceito como tal, uma vez que alega que a ação do dono do bar teria sido motivada pela demonstração de afeto em si, não por lesbofobia. Na prática, vemos casais heterossexuais se amando, beijando e trocando carícias em todos os lugares: em filmes, novelas, restaurantes, hospitais, bares e em quaisquer outros espaços que ocupem, mas isso sequer é notado. Isso porque a heterossexualidade sempre foi naturalizada aos olhos da sociedade e percebida como a única maneira natural, normal e desejável de se relacionar (Barretos, 2021). Enquanto isso, a homossexualidade é o desvio, o diferente daquilo imposto como moralmente aceitável. Como consequência, as relações entre casais heterossexuais são tratadas como neutras e invisíveis, pois passam despercebidas diante dos olhos vigilantes da heteronormatividade. Já as sexualidades fora desse espectro são interpretadas socialmente como fugitivas do padrão esperado e, por isso, qualquer demonstração de amor entre elas é taxada de “chamar a atenção”, “querer aparecer” e/ou “provocar”, como evidenciado pelo comentário 103. No caso das lésbicas, acrescenta-se o preconceito de gênero nas razões pelo incômodo/ desconforto em ver duas mulheres trocando carícias, visto que desafiam ainda mais a lógica patriarcal de que as relações afetivo-sexuais precisam de alguma mediação ou participação masculina.

Os outros comentários do núcleo, em sua maioria, referem-se à legitimação da discriminação cometida pelo violentador sob a justificativa de que o proprietário do estabelecimento pode impor suas regras no local, que é propriedade privada. Os comentários 125, 126 e 129, por exemplo, defendem que o dono tem pleno direito de não querer receber homossexuais e de “vender pra quem ele quer”. No entanto, a lei – teoricamente – não permite que indivíduos sejam discriminados e impedidos de acessar direitos básicos, como o do lazer, devido à orientação sexual. Portanto, utilizar do argumento de posse do lugar para validar uma exclusão baseada na sexualidade das vítimas é mais uma manifestação

lesbofóbica na sociedade e uma forma de defender os privilégios e valores tradicionais que estão sendo vistos como ameaçados.

d) Discursos religiosos

Os discursos religiosos foram percebidos em 70 comentários, ou em 9,1% daqueles que são negativos. Apesar de, em dados numéricos, representar o menor núcleo de sentidos, os comentários expressados ali correspondem a uma parcela significativa das interações encontradas neste universo cibernético. Nesta constelação, as articulações lesbofóbicas são manifestadas a partir de uma justificativa baseada em valores religiosos, que operam “por meio de táticas plurais e polimorfais de desqualificação e controle da diversidade sexual” (Natividade; Oliveira, 2009, p. 132). Ancorar-se na religião para propagar preconceitos e incentivar exclusões é uma forma de tentar legitimar o ódio por meio de uma instituição que tem grande poder coercitivo na formação sociocultural e que, muitas vezes, é percebida como incontestável e sagrada. Nessa perspectiva, a única possibilidade de relacionamento afetivo-sexual vista como correta é a heteronormativa (Silva; Maia, 2013, p. 11), sob a ótica de que essa é a “vontade de Deus”. Como consequência, a homossexualidade é tratada como pecado e associada à degeneração humana, ao castigo, “em oposição à onipotência de Deus, à graça, ao merecimento e ao poder mediador do Espírito Santo, que ‘naturalmente’ os convertidos conseguem obter” (Natividade, 2006, p. 9). Para Butler (2024), se a criação divina implica somente em homem e mulher, e se a reprodução por meio e entre esses seres é a única natural, os fiéis são instruídos a seguir algumas lições: “se opor ao aborto e à contracepção, ao sexo gay e lésbico, ao casamento gay e lésbico, à identidade transgênero e até à identidade intersexo” (p. 86).

Se fizer isso na minha frente eu vou chamar atenção não me importo de ser presa, defendo a família que Deus criou. O resto é modinha (COMENTÁRIO 131)

Ele simplesmente falou a verdade fossem eu tbm tirava todas as duas do Bar isso é contra a Lei do Senhor não só favor do mesmo sexo nos vivemos em uma sociedade q o certo tá errado e o errado tá Certo ele virá um dia pra dá um basta em todo isso 🙏 (COMENTÁRIO 132)

não é normal e pronto.. Deus abomina isso. (COMENTÁRIO 133)

A palavra de Deus diz. Deixará o homem seu pai e sua mãe e se unirá a sua mulher e os dois serão uma só carne (homem e mulher) (COMENTÁRIO 134)

Tá tudo e bagunçado nesse resto de mundo, O q é errado as pessoas tão achado q é certo e ninguém pode dizer nada q é uma tão de homofobia, preconceito, meu discurso aqui não é de onde nem de raiva mais vcs tem q respeitar, na moral Deus fez homem e mulher, não gosto da minha opinião vai reclamar com Deus (COMENTÁRIO 148)

Pra vocês tudo é homofobia leiam a Bíblia e saibam que é falta de respeito com Deus e com os homens, hipócritas. (COMENTÁRIO 149)

Gente vcs tão confundido as coisas ta tudo errado, me desculpe mais isso é errado mulher com mulher homem com homem, Deus fez homem é mulher, diabo bota na cabeça de vcs q isso é certo mais tá errado me desculpe de novo o tudo do bar tá certo (COMENTÁRIO 150)

Galera acho que o cara não quer crítica se liga não foi homofobia mais isso e foda pq esse pessoal que fazer tudo na frente de todo mundo a hora que bem etender e não é assim só Deus mesmo pra cura essa galera deus e a igreja universal (COMENTÁRIO 151)

Deus seja louvado, isso é coisa do inferno. Que todos sejam libertos dessa maldição. (COMENTÁRIO 152)

Certíssimo o dono do estabelecimento, vá fazer suas imundices no inferno.....👊👊 (COMENTÁRIO 153)

Deus fez o Adão e Eva . Não fez Eva e Eva e NEM Adão e Adão. (COMENTÁRIO 154)

não tô julgando ngm, qm jogará é Deus, e Deus deixa bem claro que não aprova esse tipo de coisa. Leia a Bíblia (COMENTÁRIO 155)

Romanos 1

26. Pelo que Deus os entregou a paixões infames. Porque até as suas mulheres mudaram o uso natural no que é contrário à natureza;

27. semelhantemente, também os HOMENS, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, HOMEM com HOMEM, cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a devida recompensa do seu erro. (COMENTÁRIO 156)

Os comentários deste grupo expressam a lesbofobia utilizando três premissas-base para realizar a discriminação: 1) a homossexualidade é um comportamento pecaminoso aprendido; 2) é um problema espiritual causado pela “falta de Deus” e submissão aos prazeres carnavais; e 3) é antinatural, já que está fora da relação homem-mulher (Natividade, 2006). Partindo dessa ideia, ao ser enquadrada no lugar daquilo que é bizarro, a homossexualidade é vista como um desvio ocasionado pelas perversões mundanas, mas que pode ser “curada” se

as pessoas acometidas (por este mal/doença) forem em busca da salvação. Isto é, da conversão à heterossexualidade, a única manifestação sexual digna de respeito e abençoada pelo Deus Criador. O comentário 131, por exemplo, afirma que defende a família “que Deus criou”, fazendo referência ao pensamento de que há apenas um modelo legítimo de constituição familiar – a que segue a lógica heteronormativa. Para a pessoa que escreveu o comentário, quaisquer outras configurações familiares materializam-se como ameaçadoras do modelo “tradicional”. Além disso, a afirmação de que “não me importo de ser presa” explicita como o discurso religioso é visto como superior e autoritário, valendo até infringir a lei para torná-lo válido.

“Homem e mulher...aquilo que Deus criou...macho e fêmea os criou...e nada irá mudar isso...a palavra de Deus não muda nem se adapta... é uma só...”. Este comentário defende que a criação divina é imutável, incontestável e, portanto, não pode ser questionada. Não por coincidência, sob esse argumento, o mesmo mandado divino determinou que apenas as relações heterossexuais estão de acordo com a norma. Como consequência, de acordo com Natividade (2006), são criadas diversas oposições: salvação-inferno, santificação-pecado, pureza-impureza, e a homossexualidade está sempre associada ao polo negativo dessas dicotomias.

Os discursos enredados nos comentários 140, 141, 142 e 143 apelam para argumentos que evocam a “volta de Jesus” e o “juízo sem misericórdia” como formas de coagir e controlar moralmente as lésbicas para que se “convertam” à heteronormatividade. Isto é, para os autores dos comentários, por estarem fora da inteligibilidade (Butler, 2019) e “coerência” entre sexo-gênero-desejo, as lésbicas estão fadadas à condenação eterna e à punição, pois são corpos pecaminosos perante as leis de Deus. Além disso, os emojis de fogo (🔥🔥🔥) utilizados no comentário 141 representam uma violência simbólica, pois fazem referência ao inferno, lugar associado ao sofrimento e castigo daqueles que pecaram durante a vida. De maneira semelhante, o usuário que fez o comentário 146 expressou nojo e aversão ao afeto de Raíssa e Beatriz por meio dos emojis “🤢🤢🤢”. Ainda, manifestou violência simbólica ao associar os elementos figurativos “👹👹👹👹”, que correspondem à uma imagem formada socialmente do “diabo”, com o texto “Ele tá esperando vocês”, também fazendo uso do discurso para coagir as mulheres lésbicas a não viverem suas identidades e sexualidades.

Tais discursos expostos nesta constelação de sentidos demonstram o quanto a religiosidade é presente na vida política, social e cultural do Brasil, “afetando todo o espaço público e o imaginário de toda uma nação, criando formas de colocar o seu saber acima das ciências e do estado ou por vezes se mesclando aos dois de uma maneira silenciosa” (Silva;

Barbosa, 2015, p. 81). A coerção baseada na religião se faz presente na sociedade por meio da educação, mídia, serviços de saúde e por outras instituições sociais que pregam ambientes cada vez mais opressores para as vidas dissidentes (Silva; Barbosa, 2015).

e) **Descrédibilização jornalística/ descaso com a luta lésbica**

Com 119 comentários ou 15,3% dos negativos, este agrupamento diz respeito às interações que questionam a legitimidade do portal *GI* por ter reportado um caso de lesbofobia. Ao descrédibilizar o veículo midiático, os usuários partem da ideia de que o jornal manipula ou inventa casos de violências contra grupos minoritários para defender uma posição política, ao mesmo tempo em que tentam invalidar as denúncias feitas pela comunidade LGBTQIAPN+. Esta é a razão destes dois núcleos estarem agrupados, uma vez que, na nossa perspectiva, a descrédibilização do portal está diretamente associada à percepção social de que a denúncia da lesbofobia não é importante. Dizer, portanto, que as reivindicações da comunidade lésbica são “mimimi”, “lacrção”, ou “vitimismo”, como iremos exemplificar nos comentários abaixo, é uma das maneiras de tentar frear e enfraquecer as lutas e as conquistas dessa população (Amorim, 2023). No Brasil, estes termos, especialmente no período dessa publicação, eram (e continuam a ser) utilizados como ferramentas de opressão de grupos políticos de direita e extrema-direita, que encontraram espaço e força para atuar – de forma ainda mais incisiva – no governo de Jair Messias Bolsonaro, entre os anos de 2018 e 2022 (Amorim, 2023).

As vezes parece que são matérias plantadas pela globolixo, porque eu não vejo isso em lugar nenhum, nós bares as meninas se abraçam e ou beijam(as vezes nem são namoradas) e ninguém liga... Mas a merda da Globo sempre acha uma matéria pra mostrar que o povo é homofóbico. (COMENTÁRIO 157)

Quando ,um Policial for morto por Bandidos, ou Crianças for agredidas ou Estupradas, ou Também Mulheres, aí Vocês fazem Lacração, vão procurar defender Causas, Sérias, não esse topinho de Cena 🤢🤢🤢🤢🤢 (COMENTÁRIO 158)

Grande matéria! Deve ter feito diferença na vida de muuuuuuuuuuuuuu gente! Mediante o custo q está uma cesta básica 🙌🙌🙌🙌🙌 (COMENTÁRIO 159)

Eu não me importo com a vida pessoal de ninguém, eu só me importo com o desemprego 😞 (COMENTÁRIO 160)

Vcs já passaram saber quanta gente passa fome diariamente????
(COMENTÁRIO 161)

Esse assunto ja ta muito chato 😞 nao tem nada mais pra falar pqp 😞🐼
(COMENTÁRIO 162)

Eu duvido que tenha sido somente isso, toda história tem dois lados, e hoje as pessoas se beneficiam da polêmica envolvendo assunto para gerar mimimi.
(COMENTÁRIO 163)

Afs geração de mimimi tudo Mimimi qualquer coisa choram e fica de birra
(COMENTÁRIO 164)

Essa gayzarada se ofende com tudo aff...mimimimimimimimi
(COMENTÁRIO 165)

G1 de mimimi de novo porra? (COMENTÁRIO 166)

Agora as pessoas tem que aceitar tudo que esse povo mi-mi-mi quer. Preguiça de ter que aceitar tudo que eles fazem. (COMENTÁRIO 167)

Mimizentos!!! (COMENTÁRIO 168)

Choradeira que não acaba nunca... Haja mimimi 😞(COMENTÁRIO 169)

O comentário 157 faz referência ao termo “globolixo”, expressão pejorativa utilizada, principalmente pelos grupos conservadores e de direita, para desacreditar as informações divulgadas pela emissora. Além disso, ao afirmar que não vê lesbofobia em lugar nenhum, o autor do texto nega a existência de uma violência que é sistêmica e enraizada na sociedade, ao mesmo tempo em que acusa a Globo de inventar ou “procurar” por casos que abordam uma temática diversa e inclusiva. Os discursos expressados pelos comentários 158, 159, 160 e 161 por sua vez, promovem uma hierarquização entre crimes, de modo a colocar a lesbofobia e a discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+ como problemáticas que não têm relevância social. Já os textos dos comentários 166, 167, 168 e 169 fazem uso da expressão “mimimi” para deslegitimar o ativismo LGBTQIAPN+ e julgar suas causas como “vitimizações” e “exageradas”. Termos como esse estereotipam as denúncias da comunidade LGBTQIAPN+ como causadas por uma “hipersensibilidade” das vítimas, que, como consequência, não merecem atenção nem são dignas de respeito.

Homofobia ou lesbofobia?

Tô ficando desatualizado com tanta palavra nova (COMENTÁRIO 170)

Acho que esse mudo já deu 🙄 tudo é motivo pra reclamação...
(COMENTÁRIO 171)

Será? Acredito não, tem gravado? (COMENTÁRIO 172)

Mais uma mentira da #globolixotraidoradapatria pra fomentar o assunto no qual eles só sabem falar e ninguém quer saber. (COMENTÁRIO 173)

ó sobrou isso pra #globolixo pré falimentar apelar, causas identitária.
Apelativo!! (COMENTÁRIO 174)

Nossa essa globolixo é mesmo fútil. Que notícia idiota. Não tá tendo covid 19 p postar né. Tenho pena dos bitolados que assistem esse lixo de emissora
(COMENTÁRIO 175)

O @portalg1 que comecem os infernos pq matéria boa não temos nenhumaaa.(COMENTÁRIO 176)

Passei pra dizer que nem sei quem são, e quem nem me importa e não faz diferença alguma na minha vida, obrigado de nada.(COMENTÁRIO 177)

Isso não é pra ter tanta polêmica, os envolvidos que resolvam o caso na justiça.
(COMENTÁRIO 178)

Denovo esse assunto ix tem que ter um saco grande pra aguentar esse assunto em (COMENTÁRIO 179)

O mais absurdo isso virar notícia!Falta de matéria ficam postando isso
(COMENTÁRIO 180)

Tá faltando reportagem no G1. (COMENTÁRIO 181)

Sinceramente será que foi esse o motivo, ou só tem um lado da história... Esse G1 não perde uma (COMENTÁRIO 182)

Falta de notícias tá tendo né (COMENTÁRIO 183)

Tb tudo desse povo é preconceito, é processar. Affff menos...
(COMENTÁRIO 184)

Uma vez tava com uma ex namorada na rua aí saiu um velho na janela da casa e começou a xingar, eu só dei risada e sai fora... Mas hoje tudo é uma choradeira do carai... Seloko, tudo "ain homofobia" "ain gordofobia" "ain direita" "ain esquerda"... Que fase desgraçada!!! (COMENTÁRIO 185)

O comentário 170 questiona sobre o termo correto para nomear violências cometidas contra mulheres lésbicas, mas faz uso da ironia para atribuir um julgamento de valor às nomenclaturas. Atribuir a falta de valor aos termos utilizados para especificar as

discriminações sofridas pela comunidade LGBTQIAPN+ é uma maneira de desconsiderar os atravessamentos e opressões que perpassam os indivíduos e suas subjetividades. Como citamos anteriormente ao longo deste trabalho, denominar preconceitos é essencial em diversos pontos: 1) para conseguir identificar as violências que nos cerceiam direitos; 2) para denunciá-las e lutar contra elas; 3) para promover a compreensão e trazer visibilidade aos casos de lesbofobia (uma vez que, sem um termo específico, poderiam ser apagados dentro de categorias mais amplas).

Os discursos enredados nos outros comentários, em sua maioria, fazem críticas ao veículo jornalístico por noticiar temáticas relacionadas à diversidade e inclusão. Por exemplo, o texto “Mais uma mentira da [#globolixotraidoradapatria](#) pra fomentar o assunto no qual eles só sabem falar e ninguém quer saber”, além de tratar a emissora como uma “traidora dos valores nacionais” por dar espaço às discussões LGBTQIAPN+, a acusa de inventar o caso. Os comentários 180, 181 e 182, por meio de textos que alegam “faltar notícias”, jogam as denúncias da comunidade *queer* à margem/para fora da noticiabilidade, pois insinuam que estas não têm importância social à população e, por isso, o *GI* perde respeito e credibilidade ao divulgá-las.

A violência contra o jornalismo e contra jornalistas, infelizmente, ainda é muito comum no Brasil. Em 2023, segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), foram registrados 330 alertas de violações da liberdade de imprensa no país. De acordo com a associação, “os discursos estigmatizantes seguem como a principal forma de ataque, frequentemente iniciados por agentes políticos e perpetrados por internautas” (2021, p. 3). Cerca de 42% dos casos foram discursos estigmatizantes e os dados deste relatório reforçam o potencial das redes sociais como ferramentas de agressão, uma vez que 52,1% dos ataques tiveram origem ou repercussão na internet, o que evidencia uma tentativa de silenciar os meios de comunicação (Abraji, 2023). Além disso, segundo o relatório, 121 casos tiveram como alvos os veículos jornalísticos em geral e 229 vitimaram profissionais de imprensa em específico. Desses, 82 foram ataques explícitos de gênero ou sexualidade, envolvendo comentários misóginos, machistas e/ou LGBTfóbicos contra jornalistas.

No ano anterior, em 2022, os números de violências contra a imprensa eram ainda maiores, tendo como total 557 casos registrados. Tais números têm total influência do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, em que houve a “prática sistemática de desacreditar a imprensa e atacar seus profissionais” (Fenaj, 2023, p. 4). Segundo o relatório *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil* (2023), nos quatro anos de seu mandato, Bolsonaro foi responsável por 570 ataques a veículos de comunicação e aos

jornalistas, numa média de uma agressão a cada dois dias e meio e 142 agressões por ano. Como consequência, seus apoiadores se sentiram livres e incentivados a também propagar esses tipos de violências. Portanto, embora os números de 2023 ainda sejam alarmantes e assustadores, houve uma redução de 40,7% em relação ao ano anterior, o que representou um passo em direção à retomada da caminhada democrática.

6.2 As consequências da lesbofobia

Meu primeiro contato com Raíssa Furlan (28) foi por meio do Instagram, plataforma na qual pesquisei seu nome completo e a encontrei. Depois disso, expliquei sobre o conteúdo e as análises desta pesquisa e ela se mostrou bastante disposta a contar sobre as violências que ela e sua noiva, Beatriz Péulopi (29), sofreram no bar de Catanduva. Conversando com a vítima, ela me relatou alguns dos diversos prejuízos que o caso trouxe em suas vidas, além de alguns detalhes que não foram explicitados na cobertura jornalística feita pelo *GI*. Em primeiro lugar, Raíssa contou que não foram bem recebidas na delegacia quando foram abrir o Boletim de Ocorrência. Segundo ela, os funcionários da delegacia não deram a devida importância em razão de se tratar de um caso de lesbofobia. Além disso, no julgamento do processo contra o dono do bar, o juiz determinou que não se tratava de um caso de lesbofobia, mas que o proprietário somente havia repreendido o casal porque Beatriz já tinha tocado no lugar com sua banda, então, ele se sentiu à vontade (de praticar lesbofobia) por ter um vínculo entre patrão e funcionária.

Depois dessa decisão, Raíssa, que é formada em Direito, afirmou que não acredita na justiça do Brasil e que se sentiu totalmente frustrada. “O processo durou de 2022 a 2024 e, naquele julgamento, tive certeza que não é isso que eu quero para a minha vida. Não existe punição nenhuma e se fosse um casal hétero, tenho certeza que isso não teria acontecido.”

As consequências psicológicas também tiveram grande impacto para as vítimas. Raíssa relatou que ela e Beatriz desenvolveram quadros de ansiedade depois do caso e que Beatriz teve de deixar a banda que tanto gostava, porque não se sentia segura de tocar à noite e não queria ter que escolher os lugares em que poderia ou não ir. Os afetos também passaram a se restringir ao ambiente privativo:

Infelizmente, a gente teve e tem que se adaptar a uma sociedade homofóbica, que pra gente ser aceita nela, temos que fingir ser amigas na rua, porque a gente tem medo. Medo de apanhar, de morrer... A gente tem medo de dar a mão, de dar um selinho. Estamos sempre em estado de alerta, porque essa violência pode vir de qualquer pessoa, como foi o caso, conta Raíssa.

Quando a questioneei se elas haviam visto os comentários da publicação que noticiou a lesbofobia, Raíssa disse que sim e que foi muito doloroso, principalmente em razão de alguns de seus familiares terem comentado no post em apoio ao dono do bar. “O apoio vem bem mais de gente de fora, da comunidade LGBT que nem conhece a gente, do que da própria família.”

6.3 - A necessidade de um olhar interseccional

A interseccionalidade, segundo Kyrillos (2020), “pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea” (p. 1), uma vez que é necessário reconhecer que os processos discriminatórios, de exclusões e cerceamentos de direitos são complexos e articulados. Neste sentido, aproximando esse conceito da nossa análise, Raíssa Furlan e Beatriz Péulopi, as vítimas do caso de lesbofobia de que tratamos, são duas mulheres lésbicas e que, portanto, sofrem pelo menos as opressões de gênero e sexualidade. No entanto, são brancas, magras, jovens e sem deficiência, o que as coloca mais perto do padrão hegemônico e possibilita que, em algumas situações e contextos, tenham mais visibilidade, bem como estejam menos vulneráveis a violências e discursos de ódio que outros corpos posicionados em múltiplas vias de opressão.

Raíssa, a vítima que divulgou a violência sofrida através do Instagram, é uma lésbica que performa feminilidade normativa, ou seja, que é “passável” como heterossexual. De acordo com Barretos *et al* (2022), assim como em vários outros contextos, “as plataformas de mídias sociais tornam perceptíveis hierarquizações e invisibilizações no que se refere ao gênero, sexualidade, raça, etnia, faixa etária, geolocalização e classe” (p. 13), de forma que nem todos os corpos são vistos e circulam de maneira similar.

Ao proporcionarem maior visibilidade às mulheres próximas do padrão normativo, as plataformas evidenciam que trabalham a partir de um caráter anti-interseccional e reforçam/reproduzem que existe “uma forma mais desejável de ser lésbica” (Barretos et al, 2022, p. 19). Para Ziller *et al* (2022), a lógica algorítmica acaba por distribuir os conteúdos menos normativos principalmente entre as pessoas que já têm contato e acessam informações sobre determinado assunto, o que dificulta que temáticas de diversidade “furem a bolha” e cheguem a públicos diferentes da comunidade apoiadora.

A denúncia feita por Raíssa no Instagram, por exemplo, tomou grande proporção na cidade inteira, apesar de somente as pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+ terem se mobilizado para fazer o protesto na frente do bar. Mas, se a denúncia tivesse sido publicada por sua noiva, que é uma lésbica “desfeminizada”, ou por uma sapatão atravessada por outros marcadores sociais, será que teria tamanho alcance? Será que os veículos jornalísticos teriam interesse em divulgar essa notícia? Além disso, caso divulgassem, muito provavelmente os comentários que encontraríamos, além de lesbofóbicos, seriam racistas, capacitistas, etaristas e/ou gordofóbicos.

Tal cenário, segundo Barretos *et al* (2022), explicita que, “nas mídias sociais, como na sociedade em geral, algum desvio pode ser tolerado, desde que sejam mantidos outros padrões desejáveis” (p. 16). Raíssa e Beatriz, embora sejam dissidentes da heteronormatividade, aproximam-se de várias outras normas, o que as coloca em um lugar de maior aceitabilidade dentro (e fora) das plataformas, mas isso não significa que elas não sofram preconceitos e violências.

Considerações finais

Para concluir este estudo, é importante retornarmos ao problema de pesquisa e aos objetivos estabelecidos no início deste trabalho. A pergunta “Como o discurso de ódio se manifesta em comentários de casos sobre lesbofobia?” norteou a pesquisa e buscamos respondê-la, mais especificamente, por meio das análises feitas até aqui. Dessa forma, percebemos que os discursos lesbofóbicos no caso em discussão – o do caso de lesbofobia que Raíssa e Beatriz sofreram no bar após trocarem um selinho – foram expressos por meio de cinco constelações de sentido: “Imoralidade/ Culpabilização das vítimas”; “Lesbofóbicos”; “Apoiadores do violentador”; “Religiosos” e “Descrédibilização jornalística/ Descaso com a luta lésbica”.

Aqui, faremos um breve resumo sobre o que identificamos em cada uma dessas constelações de sentido, para explicitar como as manifestações lesbofóbicas as perpassaram. No núcleo “Imoralidade/ Culpabilização das vítimas”, notamos que os comentários atribuem às lesbianidades o lugar daquilo que é impuro, impróprio, desviado e que deve ser afastado da “sociedade correta” (heteronormativa). Os da categoria “Lesbofóbicos”, por sua vez, expressam ódio à existência lésbica e seu reconhecimento identitário de diversas formas: apelando para discursos estigmatizantes, defendendo a “família tradicional brasileira”, associando as lesbianidades à monstrosidade e invertendo o significado de democracia e luta por direitos. Os discursos percebidos na constelação “Apoiadores do Violentador” defendem o violentador sob o argumento de que, por ser proprietário do estabelecimento, tem o direito de segregar seus clientes, entre os que são bem-vindos (heterossexuais) e os que não (dissidentes da norma).

Os comentários do grupo “Discursos religiosos”, a meu ver, materializam-se como sendo uma das manifestações lesbofóbicas mais brutais e violentas, pois fazem uso de um discurso de extrema autoridade social – que é a religião – para justificar preconceitos e oprimir os sujeitos dissidentes da inteligibilidade hegemônica que faz coincidir sexo-gênero-desejo. Neste caso, uma das estratégias é utilizar o discurso de punição eterna para coagir as vítimas e tentar “convertê-las” à heterossexualidade. Enquanto isso, no núcleo “Descrédibilização jornalística/ Descaso com a luta lésbica”, por meio de um ataque à credibilidade do veículo de comunicação que veiculou a notícia, os haters criticam a relevância do assunto e classificam as lutas lésbicas por dignidade e respeito como desnecessárias. Desse modo, a pergunta de pesquisa é respondida a partir dessas constelações

de sentido, que expressam as várias formas pelas quais o discurso de ódio é manifestado nos comentários, compreendidos como espaços públicos de circulação de sentidos na mídia.

Tendo em mente que os sentidos percebidos nos comentários representam a percepção social de uma parcela da população, tais discursos de ódio e violências são ainda mais assustadoras por terem sido encontrados em um espaço cibernético de um veículo de tamanha visibilidade, uma vez que o *GI* é pertencente ao Grupo Globo, o maior conglomerado de mídia e comunicação da América Latina. Por essa razão, embora Grupo Globo assuma uma posição editorial oficial que defenda a democracia, as liberdades individuais, o respeito e os direitos humanos (G1, 2011), precisa tornar as políticas de denúncia efetivas e penalizar mais assertivamente os autores dos comentários que violem os pilares que afirmam prezar.

De forma semelhante, o Instagram, como uma das plataformas nas quais essas violências acontecem – e permanecem visíveis – também tem de ser responsabilizado e tomar medidas que garantam a segurança e o respeito dos usuários na rede, o que implica em: investir em ferramentas que identifiquem discursos de ódio de maneira eficaz, notificar os autores dos comentários sobre as violações cometidas e as punições que daí irão decorrer, e melhorar o sistema de denúncias, para que as vítimas tenham algum suporte para recorrer.

Mas, ao contrário do que pensávamos antes do momento inicial de observação do objeto de análise, o espaço dos comentários se mostrou também como um lugar de luta, reivindicação por direitos e ativismo digital, algo que nos surpreendeu positivamente. Tal contexto retrata como os movimentos sociais também podem se articular e se fortalecer por meio das redes sociais digitais, o que nos dá esperança de um futuro mais respeitoso, inclusivo e seguro para se comunicar e existir.

O objetivo geral, que consistia em investigar as motivações do ódio às lésbicas e suas articulações com a heteronormatividade, misoginia e patriarcado foi alcançado por meio da análise metodológica – em que percebemos discursos que acionaram esses sistemas em vários dizeres – juntamente com as discussões empreendidas nos capítulos teóricos. Neles, discutimos as diferentes formas de opressão e apropriação das mulheres realizadas pelo sistema patriarcal; as implicações da heteronormatividade no preconceito contra as lésbicas; as violências específicas que estas sofrem por infringirem à norma sexo-gênero-desejo (Butler, 2018) e se desviarem daquilo que é entendido socialmente como mulher. Os objetivos específicos que propomos, por sua vez, foram atingidos nas discussões sobre possibilidades de anonimato e impunidade nas redes sociais digitais; e na divisão e interpretação dos comentários em núcleos de sentido que emergiram na análise.

Desse modo, a partir da análise realizada e dos conceitos trabalhados na fundamentação teórica, percebemos como as mulheres que fogem do espectro heteronormativo são vítimas de discriminações específicas, no que tange ao gênero e à sexualidade. Quando são atravessadas por outros marcadores sociais, como raça, classe, idade e deficiência, as lésbicas são interpeladas por outras violências e colocadas ainda mais abaixo na “hierarquia de privilégios”. Além disso, concluímos, como citamos anteriormente, que o modo como o gênero é performado também é um marcador que influencia diretamente na forma como as lésbicas são vistas e respeitadas e como acessam (ou não) seus direitos: uma lésbica que não performa feminilidade hegemônica (pois entendemos que há diferentes formas de performar ou não feminilidade) fere, ainda mais, os olhos do sistema heteronormativo-patriarcal, que identifica e enxerga aquele corpo como um ser estranho desde a primeira vista. Portanto, ela é mais visível que uma lésbica que performa aquilo que é entendido socialmente como feminilidade – que, em um primeiro momento, pode ser lida como uma mulher heterossexual. Neste sentido, a invisibilidade opera como uma aliada dessas mulheres, visto que as permite entrar no armário diante de situações de perigo (Ziller; Barretos, 2020). Ao mesmo tempo, muitas vezes, a lésbica que está “coerente” com os padrões de performatividade de gênero enfrenta violências relacionadas à invisibilidade de sua orientação sexual, de algo que é parte de sua identidade e a compõe.

Estudos sobre lesbianidades, dessa forma, que explorem diversos âmbitos e levem em conta as “diferentes formas de vestir, de desejar, de amar e compartilhar a vida cotidiana, de andar, de fazer sexo, de resistir e de ser dócil, de se aproximar e se afastar dos papéis de gênero” (Ziller, Barretos, 2020, p. 12) são bastante necessários. Isso porque, a partir de pesquisas relacionadas à temática é que teremos materiais e dados não só para nos fortalecermos e enfrentarmos as violências que nos permeiam, mas para conhecermos e valorizarmos a pluralidade de produções, talentos e expressões culturais da comunidade sapatão.

Ainda, por configurarem-se como ambientes relativamente novos, instáveis (pois mudam a cada instante), a necessidade dos estudos sobre plataformas, redes sociais digitais e políticas de governança se mostra relevante e urgente, especialmente no que tange às violências contra minorias sociais que ocorrem nesses espaços. Afinal, a tecnologia e os espaços de sociabilidade virtuais, cada vez mais, integram nosso cotidiano, nossas pesquisas e impactam na maneira como vivemos e nos comunicamos.

É necessário também pontuar algumas limitações na realização desta pesquisa. Primeiramente, por fugir de nosso escopo e por restrições temporais, não foi possível nos

debruçar mais especificamente sobre os comentários positivos e de apoio ao casal, mas reconhecemos a importância de tal análise ser feita de maneira minuciosa e aprofundada. Além disso, por não termos como afirmar se os nomes utilizados pelos usuários correspondem à forma como identificam (ou não) seu gênero, optamos em não mapear, de forma detalhada e aprofundada, a quantidade de comentários negativos feitos por homens e mulheres, mas entendemos a relevância desse estudo para se ter propriedade no resultado a respeito dos perfis que mais propagam ódio nos comentários.

REFERÊNCIAS

ABRAJI. **Monitoramento de ataques no Brasil a jornalistas**, 2023. Disponível em: < <https://abre.ai/lwWz> >; Acesso em 22/11/2024.

_____. **Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil**, 2021. Disponível em: < <https://abre.ai/lwWg> >; Acesso em 22/11/2024

ALMEIDA, H. Gênero. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 6, n. 3, 2020.

ALMEIDA, G. Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e Aids entre mulheres que se autodefinem como lésbicas. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 2, 2009.

AMARAL, A.; COIMBRA, M. Expressões de ódio nos sites de redes sociais: o universo dos haters no caso #eunãomereçoserestuprada. **Contemporânea | comunicação e cultura**, v.13, n.1, 2015.

AMORIM, A. J. **Homofobia e Futebol: a construção de sentidos em redes digitais sobre a saída do armário do árbitro Igor Junio Benevenuto** . 2023.65f.. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFOP, Mariana

ANGELO, L. **Conheça 5 benefícios que o orgasmo traz para a saúde**; Vogue, 22 jul. 2023. Disponível em: < <https://abre.ai/lyca> >; Acesso em 20/11/2024.

ARONOVICH, L.; A trajetória e resistência do Escreva Lola Escreva. **Revista Estudos Feministas**, v.30, n.2, 2022.

_____. **Como não conquistar as mulheres**. Escreva Lola Escreva, 13 fev. 2011. Disponível em: < <https://abre.ai/lwkq> >; Acesso em 20/11/2024

_____. **O dia em que o cara que quis me destruir foi condenado a 41 anos de prisão**. Intercept Brasil, 21 dez. 2018. Disponível em: < <https://abre.ai/lwkU> >; Acesso em 20/11/2024

_____. **O pensamento vivo (modo de dizer) dos masculinistas**. Escreva Lola Escreva, 21 fev. 2011. Disponível em: < <https://abre.ai/lwkl> >; Acesso em 20/11/2024

Atirador da Califórnia se descrevia como “sofisticado e educado”; G1, São Paulo, 25 mai. 2014 Disponível em: < <https://abre.ai/lwkM> >; Acesso em 20/11/2024.

BAHIA, G1. **Brasil registra 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ em 2023, uma a mais que 2022, e segue como país mais homotransfóbico do mundo**. G1, BAHIA. 20. Jan. 2024. Disponível em: < <https://abre.ai/lwiS> >; Acesso em 20/11/2024

BARBOSA, K. **Ariadnes: percursos e experiências**. (2024). Disponível em: < <https://abre.ai/lwmA> >; Acesso em 20/11/2024

_____. Leslie e Ofelia, meninas que ousam sair do quarto: espaço, feminilidade e

corpo em Ponte para Terabítia e O labirinto do fauno. **Revista Mídia e Cotidiano**. v.14, n.1, 2020

_____.; BARBOSA, Y. Violências de gênero em ambientes digitais: uma análise de discursos masculinistas em comentários sobre a Marcha das Vadias no G1. **Líbero**, n. 48, 2021.

BARBOSA, Y. **Nudez política feminina no Brasil: uma análise das reverberações da Marcha das Vadias em notícias do portal G1**. 2020. 93f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFOP, Mariana

BARRETOS, D. **O que resta ao corpo: disputas de sentido em textualidades sobre assassinatos de travestis e transexuais**. 2021. 191f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, UFMG, Belo Horizonte.

_____.; ZILLER, J.; XAVIER, K. **“Vou fazer você gostar de homem”: casos de estupro e lesbianidades em registros policiais e produções jornalísticas**, 2024. Disponível em: < <http://li.cnm.org.br/r/rl7HOe> >; Acesso em 15/09/2024

_____.; *et.al.* A importância de um olhar interseccional nas pesquisas em plataformas digitais: análises sobre lesbianidades. **Mídia e Cotidiano**, v.16, n.3, 2022.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Trad. Sérgio Milliet Capa De Fernando Lemos. 4ª ed. São Paulo, Difusão Europeia Do Livro, 1980. 309p.

BENETTI, M. Análise de Discurso como Método de Pesquisa em Comunicação. In: DE MOURA, C.; DE LOPES, M. (org.). **Pesquisa em Comunicação: Metodologias e Práticas Acadêmicas**. Porto Alegre, Edipucrs, 2016. cap.3 , p. 235-256.

BERNARDO, A. **Massacre de Realengo: os 10 anos do ataque a escola que deixou 12 mortos e chocou o Brasil**. BBC NEWS, Rio de Janeiro, 06 abr. 2021. Disponível em: < <https://abre.ai/lwxk> >; Acesso em 21/11/ 2024.

BORGES, R.; BORGES, D.; FREIRE, G. **Instagram e jornalismo: caminhos diversos no uso da rede social por jornais de diferentes portes e alcances**, 2021. Disponível em: < <https://abre.ai/lwVj> >; Acesso em 22/11/2024

BORRILLO, D. **Homofobia: História e Crítica de um Preconceito**. Trad. Guilherme João Teixeira. Cidade: Autêntica, 2010. 144p.

BRAGA, M.; CASTRO, S. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**, 2023. Disponível em: < <https://abre.ai/lwWs> >; Acesso em 22/11/2024

BRAGA, K.; CAETANO, M.; RIBEIRO, A. A Educação e o seu investimento heteronormativo curricular. **Momento: diálogos em educação**, v. 28, n. 3, 2018.

_____. **Lesbianidades, performatizações de gênero e trajetória educacional**. 2019. 324f. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente

_____.; RIBEIRO, A.; CAETANO, M. Lesbofobia familiar: técnicas para produzir e regular feminilidades heterocentradas. **Pro-Posições**, v.33, 2022.

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em < <http://li.cnm.org.br/r/hicS09> >; Acesso em 15/09/2024

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão Da Identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro, 1ª ed. Civilização Brasileira, 2018, 226p.

_____. **Quem tem medo do gênero**. Boitempo Editorial, 2024.280p.

CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: **A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**, 2020. Disponível em :< <https://abrir.link/ncjHW> >; Acesso em 18/11/2024

CARVALHO, C. Com a mídia, sem a mídia, contra a mídia: reflexões sobre processos de midiaticização e limites do midiacentrismo. In: LEAL, B; CARVALHO, C; ALZAMORA, G. (orgs). **Textualidades Midiáticas**. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Selo PPGCOM, 2018, cap.4, p.83-103

CASTAÑEDA, M. O machismo invisível. São Paulo: A Girafa Editora, 2006. 304 p.

CHAGAS, I.; MENDONÇA, F.; AZEVÊDO, J. Narrativas de homens autores de violência contra mulheres: pistas para compreensão de um fenômeno mais amplo. In: LEAL, B.; DE CARVALHO, C.; ANTUNES; E. (orgs.). **Um Problema Cotidiano**. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Selo PPGCOM, 2020. cap.8, p. 159-179.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de classe no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.276p.

CODING RIGHTS; INTERNETLAB. **Violências contra mulher na internet: diagnóstico, soluções e desafios. Contribuição conjunta do Brasil para a relatora especial da ONU sobre violência contra a mulher**. São Paulo, 2017. Disponível em: < <https://abre.ai/lwky> > Acesso em 20/11/2024.

CURIEL, O. **El lesbianismo feminista: una propuesta política transformadora**, 2007. Disponível em: < <https://www.alainet.org/en/node/121025> >; Acesso em: 12/11/2024

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCOBAR, P. **MISOGINIA E INTERNET A manifestação do ódio contra mulheres no ambiente virtual e as possíveis implicações da Lei nº 13.642/2018**. 2019. 74f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita.

Estudo global da Plan aponta que 58% das meninas já sofreram assédio on-line. No Brasil, número chega a 77%. Plan Internacional. Disponível em < <https://abre.ai/lwjC> > ;L Acesso em 20/11/2024

FALQUET, J. **Breve resenha de algumas teorias lésbicas**. 2013. Disponível em: < <https://abre.ai/lwi2> >; Acesso em 20/11/2024.

FERREIRA, A.; MONTARDO, S.; VALIATI, V. Usos e apropriações das affordances do instagram pelo jornalismo: um estudo de caso do @portalgl. **Cambiassu**, v. 19, n. 33, 2024

GARCIA, O.; LISBOA, L. Consulta de enfermagem em sexualidade: um instrumento para assistência de enfermagem à saúde da mulher, em nível de atenção primária. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 21, n. 3, 2012.

GUILLAUMIN, C.; TABEL, P; MATHIEU, N. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas Recife: SOS Corpo**, 2014. 188 p.

HAISCH, J. O Orgasmo Feminino no Universo da Sexualidade e seus Benefícios à Saúde da Mulher. In: **Revista da ABRASEX – Sexualidade Feminina**. São Paulo, 2022. cap. 5, p. 48-57

HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, H.(org.) **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019. cap.6, p.163-220

HIGÍDIO, J. **Alerta Vermelho: Red Pill, Incels e a Misoginia da Manosfera. 2023. 168 f.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo). Departamento de Jornalismo e Editoração Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Trad. Ana Luiza Libânio. 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 144p.

_____. **Tudo sobre o amor. Novas perspectivas**. São Paulo, Editora Elefante, 2021. 272p.

JAGGAR, A.; BORDO, S. **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Trad. Rita lemos de Freitas. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997.348p.

JOHN, V.; COSTA, F.; CAMINADA, T. **Corpos femininos despertam o ódio: análise de comentários de haters e trolls em notícias compartilhadas pelo G1**, 2018. Disponível em: < <https://abre.ai/lwjh> >; Acesso em 20/11/2024

KOERICH, S. **Mulher gosta de emoções fortes. Você sabe o que é isso e como despertá-las?**. Machismo Esclarecido. 02 ago. 2017. Disponível em: < <https://abre.ai/lwl1> >; Acesso em 20/11/2024.

_____. **Não assumo o namoro tão rapidamente**. Machismo Esclarecido. 16 ago. 2017. Disponível em < <https://abre.ai/lwlZ> >. Acesso em 20/11/2024.

_____. **Nove mulheres que você deve evitar para relacionamento sério**. Stifler Pobre, 02. jul. 2019. Disponível em: < <https://abre.ai/lwli> >. Acesso em 20/11/2024.

_____. **Por que eu fiz esse Blog e como ele começou.** Machismo Esclarecido. 09 out. 2012. Disponível em: < <https://abre.ai/lwIX> > ; Acesso em 20/11/2024

KYRILLOS, Gabriela M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, v.28, n.1, 2020.

LAURETIS, T. A Tecnologia do Gênero In: HOLLANDA, H. (org.) **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019. cap.5, p.124-161

LOURO, G.L; Pedagogias da sexualidade In: LOURO, G. (org.) **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**, Belo Horizonte, Autêntica, 2000, cap. 1, p. 4- 24

MACHADO, F.; GONZATTI, C. Harry Potter e aquele-que--não-deve-ser-votado: Imaginação cívica, Ativismo de fãs e Fascismo Eterno em redes digitais do jornalismo de cultura pop. **Comunicação e Sociedade**, v. 41, n. 2, 2019.

_____.; GONZATTI, C.; Shun de Andrômeda e as correntes das masculinidades: gênero, jornalismo de cultura pop e construção de sentidos em redes digitais. **Revista Mídia e Cotidiano**, v.14, n.2, 2020.

MARZULLO, L. **Em oito dias, seis parlamentares de quatro estados denunciam ameaças de estupro corretivo’ como ‘cura lésbica’;**. O Globo 100, Rio de Janeiro, 23 ago. 2023. Disponível em: < <https://abre.ai/lwI6> >; Acesso em 20/11/2024.

MINTZ, L. **Por que mulheres têm menos orgasmos do que homens;** G1, 18 ago. 2023. Disponível em:< <https://abre.ai/lybJ> >; Acesso em 20/11/2024.

MOURA, J. **Casamento homoafetivo só é reconhecido em 17% dos países.** UOL, SÃO PAULO, 29 set. 2023. Disponível em: < <https://abre.ai/lvJQ> >; Acesso em 19/11/2024.

NASCIMENTO, A.; MANFRIM; S. **Escola e Sexualidade: Uma Visão moderna de profissionalismo no âmbito social**, 2015. Disponível em <<https://abre.ai/lvIS>>. Acesso em 19/11/2024

NATIVIDADE, M. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.21, n.61, 2006.

_____.; OLIVEIRA, L. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Revista Latinoamericana**, n.2, 2009.

OLIVEIRA, M. **Impolidez no ambiente digital: medidas implementadas pelo instagram para evitar o discurso de ódio na rede.** 2024. 35f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Linguagem Jurídica). Curso de Especialização em Linguagem Jurídica, UFMG, Belo Horizonte.

PATEMAN, C.; AVANCINI, M. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz E Terra, 1993; 347p.

PEREIRA, W. O discurso conflituoso na internet: uma análise discursivo interacionista de comentários em site de notícia. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 28, n. 4,, 2020

PEREZ, O.; RICOLDI, A. **A Quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva**, 2019. Disponível em: < <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf> >:;. Acesso em 20/11/2024.

PESSOTTO, A.; TOLEDO, G. Inimigos mais perto ainda: Globo produz conteúdo para hater e troll. **Revista GEMInIS**, v. 5, n. 2, 2014.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; DJICK, José van. Plataformização. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, janeiro/abril 2020, p. 2-10.

POLAND, B. **Harassment, Abuse and Violence Online**. 1ª ed. Lincoln, University of Nebraska Press, 2016. 312p.

PRADO, M.; JUNQUEIRA, R. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, G.; BOKANI, V. (orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. cap.3, p.52-73

_____; MACHADO, F. **Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.144p.

PRECIADO, P. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 Edições, 2014, 223 p.

RECUERO, R. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.190p.

RIAL, G. **Odiai-vos uns aos outros: cenas do discurso de ódio religioso no instagram**. 2024. 283f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, UFMG, Belo Horizonte.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica (1980). In: _____.(org.). **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha, 2019. cap. 2, p. 25-108.

RODRIGUES, K. **Estupro corretivo: Você sabe o que é?**. 2021.46f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília, Brasília.

ROSAS, P. **Os países que punem a homossexualidade com pena de morte**. BBC, Brasil, 16 jan.2023. Disponível em: < <https://abre.ai/lvJa> >:;. Acesso em 19/11/2024

RUBIN, G. **Políticas do sexo**. 1ª ed. São Paulo: Ubu Editora, 2017. 144p.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed, São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SANTANA, A. Gênero, sexualidade e educação: perspectivas em debate. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v.7, n. 12, 2014, p. 151- 167

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, H. (org.) **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019. cap.2, p.50-83

SEDGWICK, E. **A epistemologia do armário**. Disponível em < <https://abre.ai/lwi6> >; 2007. Acesso em 21/12/2024.

SEFFNER, F. Identidade de gênero, orientação sexual e vulnerabilidade social: pensando algumas situações brasileiras. In: VENTURI, G.; BOKANI, V. (orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. cap.2, p.40-51

SEGATO, R. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.188p.

SENA, L.; RODRIGUES, M. **Mulheres ganham 20,7% a menos que homens no Brasil, diz governo; diferença cresceu desde março**. G1, Brasília, 18 set. 2024 Disponível em: < <https://abrir.link/quiXc> >:. Acesso em 18/11/2024.

SILVA, L.; BARBOSA, B. Entre cristianismo, laicidade e estado: As construções do conceito de homossexualidade no Brasil. **Mandrágora**, n. 2, p. 67-88, 2015.

SILVA, M. **Jornalismo digital, plataformização e novas práticas de interatividade e participação: um estudo netnográfico do perfil do metrôpoles no instagram**. 2022. 294f. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UNB, Brasília

_____.; SILVA, L. Disseminação de discursos de ódio em comentários de notícias: uma análise a partir de notícias sobre o universo LGBT em cibermeios sul-mato-grossenses no Facebook. **Intercom - RBCC**, v. 44, n. 2, 2021.

SILVA, R.; MAIA, A. Sexualidade em produções midiáticas: análise da construção visual, estética e textual do corpo no seriado “os simpsons”. In: **III Simpósio Internacional de Educação Sexual**. Maringá: Paraná. 2013, p. 01-16

SILVA, S.; MATTOS, F. O papel do jornalista na era digital: um estudo de caso das rotinas de produção, reportagem e edição do g1 Pará. **Puçá-Revista de Comunicação e Cultura da Faculdade Estácio do Pará**, v. 4, n. 1. 2018.

SOARES, S. **Um estudo sobre a condição lésbica nas periferias da cidade do Rio de Janeiro**. 2017. 308f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, UFRJ: UFF: UERJ: FIOCRUZ, Rio de Janeiro

STRÖMQUIST, L. **A origem do mundo: uma história cultural da vagina ou a vulva vs. o patriarcado**. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2018, 144p.

TRONTO, J. Mulheres e Cuidados: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: BORDO, S.; JAGGAR, A. (orgs.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997. cap. 8, p. 186-199

VALENTE, M. **Misoginia na Internet**. 1ª Ed. Fósforo, 2023. 267p.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamille Pinheiro Dias Raquel Camargo. São Paulo, Ubu Editora, 2020. 139p.

VILAÇA, G.; D'ANDRÉA, C. Da mansphere à machosfera: práticas (sub)culturais masculinistas em plataformas automatizadas. *Ecopós*, v.24, n.2, 2021

VILELA, I. **Incendiadas e Incendiárias, caça às bruxas no brasil contemporâneo: a presença digital de vítimas de violência de gênero no google News**. 2022.124f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFOP, Mariana.

VINCENT. **O bizarro fenômeno do lesbianismo**. Legado Realista, 09 ago. 2024. Disponível em: < <https://abrir.link/pRZPb> >; Acesso em 20/11/2024

WERMUTH, M.; CANCIANI, P. **Entre identidades e microrresistências: onde estão as lésbicas?** Quaestio Iuris, v. 11, n. 2, 2018.

WHO. **Female Genital Mutilation**. Disponível em <<https://abre.ai/lvF5>> , 2019. Acesso em 19/11/2024.

WITTIG, M. **O pensamento hétero e outros ensaios**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. 144p.

ZAGO, G. Trolls e Jornalismo no Twitter. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 9, n. 1, 2012

ZILLER, J.; BARRETOS, D.; BETTONI, I.; XAVIER, K. do C.; HOKI, L. O algoritmo anti-interseccional: contribuições do pensamento lésbico para análises em plataformas. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 21, n. 39, 2022

_____.; J; BARRETOS, D. **Lésbicas também transam: disputas sobre a visibilidade das lesbianidades no Instagram**, 2020. Disponível em: < <https://abre.ai/lxxK> >; Acesso em 15/09/2024

_____.; HOKI, L; BARRETOS, D. **Corpos lésbicos no YouTube: quais são as mulheres visíveis**. Revista de Ciências Humanas e Sociais, v.2, n.2, 2021.

ZUCKERBERG, D. **Not All Dead White Men: Classics and Misogyny in the Digital Age**. Cambridge, Harvard University Press, 2018. 288p.